



Extratos



Especial **tese 10**



a maioria da **tese 10**

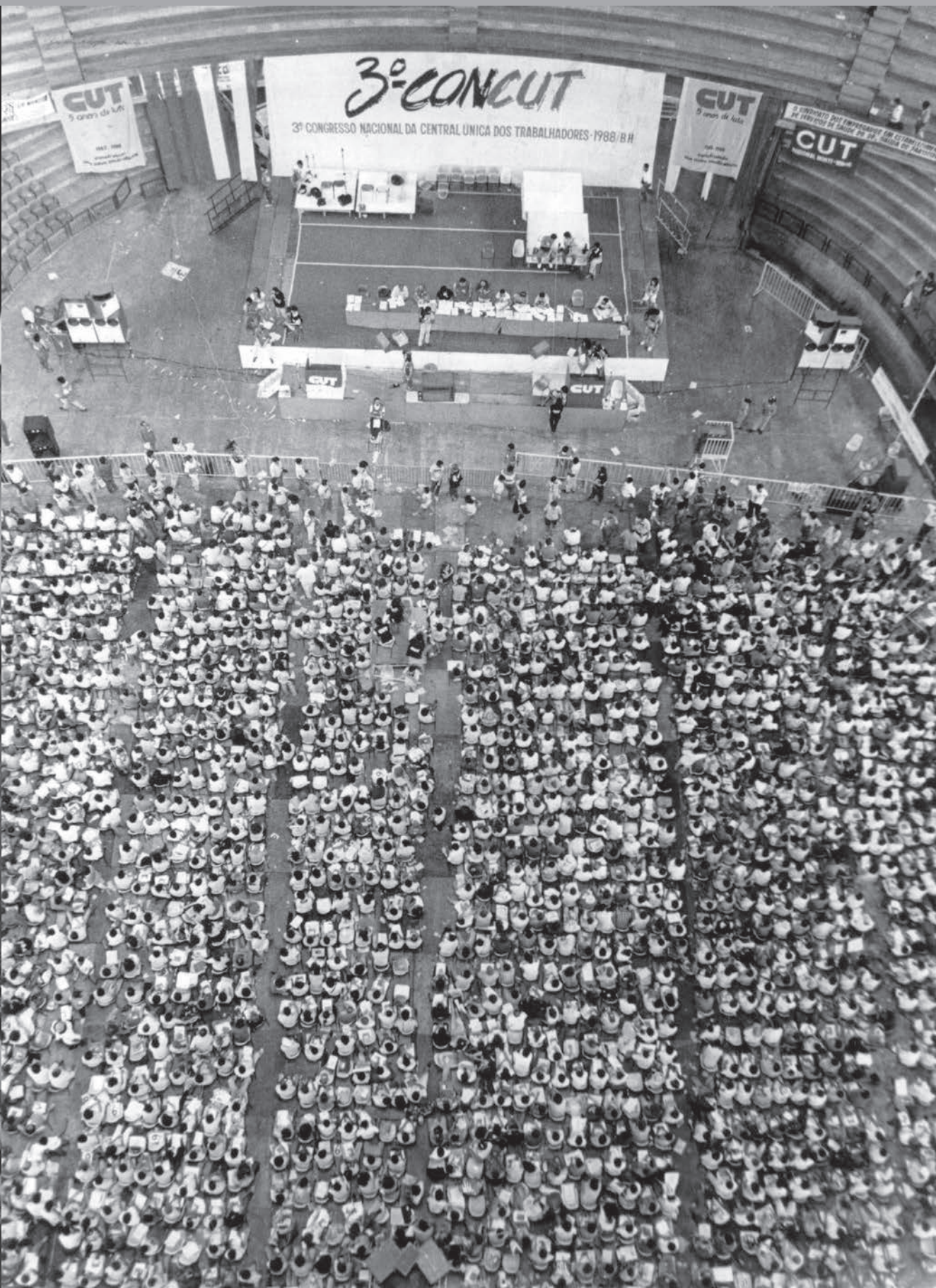
NOS 21 ANOS DO III CONGUT

“NOVOS DESAFIOS

A partir de 1988, o grande desafio é a CUT impor-se enquanto direção nas lutas do conjunto da classe. Para que isso ocorra, é preciso avançar na sua consolidação orgânica a nível nacional, impulsionar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e assumir como tarefa política concreta a conquista da liberdade sindical. Para superar esses desafios, é preciso impor-se, na prática, como alternativa de organização sindical dos trabalhadores frente à estrutura sindical oficial. Além disso, é preciso também, dentro da CUT, localizar e superar as concepções sindicais equivocadas que não contribuem para o avanço das lutas, mas sempre a partir do debate aberto e fraterno e com absoluto respeito aos princípios e prática democrática. A definição de uma concepção sindical, portanto, é a base para a construção de uma estrutura da CUT que assegure a democracia interna, promova a unidade de ação e impulse a organização sindical de massas, classista, representativa, autônoma e independente”

(trecho das Resoluções do III CONGUT, baseadas na Tese 10)





Índice de entrevistas

| | |
|----------------------------|----|
| Homenagem a José Olívio | 6 |
| Jacy Afonso | 7 |
| Rodrigo Britto | 16 |
| Artur Henrique | 20 |
| Jair Meneguelli | 30 |
| Delman Sérgio Ferreira | 36 |
| Antonio Carlos de Andrade | 40 |
| Jacques Penna | 46 |
| Avelino Ganzer | 54 |
| Ciro Garcia | 58 |
| Érika Kokay | 62 |
| Gilmar Carneiro dos Santos | 68 |
| Sebastião Lopes Neto | 72 |
| Jorge Lorenzetti | 76 |
| Oswaldo Bargas | 82 |
| Durval Carvalho | 86 |
| Gerson Almada Silva | 90 |
| Rosiver Pavan | 96 |

IDEALIZAÇÃO

Jacy Afonso, atual secretário de Política Sindical e Organização da CUT

EDITORÇÃO E ENTREVISTAS

Pio Redondo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tadeu Araújo

TRATAMENTO DE IMAGENS

Valdo Virgo

FOTOS

SECOM/CUT

Fotos III CONCURTO

Douglas Mansur

Cronologia

SEDOC/CUT

IMPRESSÃO


Nossa Gráfica

TIRAGEM

000.000

APRESENTAÇÃO

Este pequeno trecho da Tese 10, que prevaleceu nas Resoluções do CONCUR de 1988, aponta com clareza os desdobramentos da crise internacional do capitalismo, que se instalou plenamente no mundo duas décadas depois, confirmando passo a passo, ano a ano, a firmeza das análises das lideranças sindicais reunidas no 3º Congresso de Belo Horizonte, com seus 6.242 delegados. Análises que, acima de tudo, tiveram por objetivo instrumentalizar a classe trabalhadora brasileira para enfrentar o cenário abaixo descrito.



“ A atual conjuntura está marcada por mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo e pela perspectiva de agravamento da crise econômica mundial. A tendência ao agravamento da crise está presente na elevação das taxas de juros internacionais e perspectivas de retração do comércio internacional, especialmente após as eleições presidenciais de 1989 nos EUA. Os efeitos das mudanças estruturais, associados ao quadro de crise são devastadores para os países do “terceiro mundo” e para a classe trabalhadora a nível internacional ”

Este curto enunciado revela que a Tese 10 se tornou um verdadeiro moto-contínuo, ao traçar o cenário e defender uma CUT classista, independente e unitária, com sindicatos organizados nos locais de trabalho, e contra as amarras do Estado, como o imposto sindical.

Essa aguçada compreensão das contradições internas do sistema capitalista global e seu embate com os trabalhadores do país, e internacionalmente, é a base das interpretações políticas de uma expressiva camada dirigente do movimento sindical brasileiro à época, que formava a Executiva da CUT e os demais cargos diretivos.

Daquela década histórica dos anos 80 até hoje os trabalhadores experimentaram mudanças extraordinárias, vencendo a ditadura militar e posteriormente o neoliberalismo esmagador do tucanato, para conquistar o governo de um presidente operário, próximo de completar 8 anos de mandato, em meio à crise do capital.

É a partir desse contexto que 16 integrantes da direção da CUT de 88 discutem as definições e os rumos da Central, num ambiente democrático que só interessa aos que, de fato, estão interessados no aprofundamento da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.

Talvez se perceba, aqui, que a discordância ou a comunhão formam o moto-perpétuo da crítica e autocrítica, tão necessárias para o êxito da luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Portanto, acima de concepções cristalizadas, trata-se de uma consistente colaboração ao debate, mirando nos acertos.

Em meio às entrevistas estão pensados, aleatoriamente, outros extratos e enunciados da Tese 10, e uma cronologia das lutas da CUT. No sítio www.cut.org.br os textos integrais podem ser localizados.

E ainda há a entrevista do jovem sindicalista Rodrigo Britto, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, que colaborou com esta publicação. Britto relata as lutas unitárias de milhares de trabalhadores do D.F, acima dos seus ramos de produção, o que é uma grande e boa novidade.



Quem foi José Olívio

José Olívio Miranda de Oliveira, baiano e engenheiro, foi um dos personagens históricos da CUT, e um de seus fundadores, no estado da Bahia. “Zé Olívio”, como era chamado pelos companheiros, foi mentor e articulador de programas e diretrizes da Central, incluindo a sua relação com organizações internacionais, como a Ciolis, a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, hoje reformulada na Confederação Sindical Internacional, a CSI.

José Olívio integrou a primeira direção nacional da CUT e, em 1988, tornou-se secretário de Política Sindical. A partir de 1991 assumiu a secretaria de Organização. De 1994 a 1997, José Olívio representou a CUT no Conselho Curador do FGTS e foi o representante dos trabalhadores brasileiros no Conselho da Organização Internacional do Trabalho, a OIT.

Por conta das articulações internacionais de períodos anteriores, José Olívio foi eleito secretário adjunto da CIOSL e tornou-se o primeiro representante da América Latina a ocupar um cargo deste nível. Em 2007, foi nomeado diretor da ACTRAV/OIT para América Latina e Caribe, Departamento de Atividades para os Trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho, cargo que ocupou até o seu falecimento.

Por conta de seu legado, José Olívio foi homenageado como um ícone da CUT no X Congresso da Central, realizado há pouco, na primeira semana de agosto. Segundo Jacy Afonso, o atual secretário de Organização da recém eleita diretoria da CUT, um dos motivos que pautaram esta publicação foi a participação do José Olívio na estruturação e na definição das políticas da Central, no histórico III CONCUR de 1988.

(Na foto com o amigo Jacy Afonso à esquerda.)

Justa homenagem a José Olívio

José Olívio por Artur Henrique

Nós decidimos colocar o nome do décimo como o congresso nacional José Olívio pela importância política e história que teve o companheiro, na formação da CUT e na implementação de um conjunto de propostas de políticas. O José Olívio eram uma pessoa extremamente ativa, inclusive nesse debate da tese 10 e da reformulação das políticas da CUT, ele era uma pessoa que conseguia pensar estrategicamente para onde a CUT deveria ir no seu debate interno, então foi uma pessoa extrema-

mente importante, um companheiro, um baiano com muita energia para construir propostas elaboradas.

Ele era uma pessoa que elaborava muito, e teve nos últimos anos um papel importantíssimo na atuação internacional da CUT, um papel fundamental na filiação a organizações internacionais e foi um companheiro que até os últimos dias da sua vida ajudou muito nessa construção e atuação da CUT a nível internacional. Então foi uma perda para o movimento sindical, uma perda para a classe trabalhadora brasileira, para a luta dos trabalhadores e nós assim resolvemos fazer essa homenagem ao companheiro José Olívio.

Jacy Afonso

Secretário de Política Sindical e Organização da CUT

Resgatar a Tese 10 depois de 21 anos tem um significado especial. Entre 1983 e 88 a CUT fez cinco anos de vida, e foi a primeira vez que uma central sindical brasileira conseguiu se solidificar, definitivamente. Ao contrário do que, infelizmente, ocorreu com as outras centrais sindicais brasileiras até 1964, por conta da imensa repressão do Estado contra organização livre dos trabalhadores.

Eu vivenciei esse momento e ele foi marcante na minha vida pessoal. Nunca esqueci. Quando o Marinho era presidente, em 2003, e eu o tesoureiro, logo vieram os 20 anos da CUT, eu falava que nós tínhamos que fazer uma análise e pensar como seriam os outros vinte anos, dali para frente. E no ano passado, quando a CUT comemorou 25 anos, me lembrei mais uma vez da Tese 10.

A outra questão que colaborou com isso foi fato da gente ter perdido o camarada José Olívio. O Zé foi uma expressão no Congresso de 88. O



Extrato da Tese 10

“A CUT cumpriu, neste período, o seu papel de representação classista e combativa da classe trabalhadora e apesar das dificuldades e erros, foi esta concepção e prática que a transformou na mais importante organização de luta popular do país”

Zé era presidente da CUT Bahia, e por ser um democrata, na disputa de 86, votou na chapa da “CUT pela base”, porque esse era o entendimento da CUT baiana naquele momento. E depois veio a se incorporar à Executiva, se tornando secretário de Política Sindical.

E a fala do José Olívio nos dava muita energia. Ele falava que “cabia à maioria a formulação das suas proposições, aprová-las e executá-las. E cabia à minoria discutir e lutar com o objetivo de se tornar maioria. E o risco da maioria não executar suas políticas era se transformar em minoria”. Então o Zé sempre era o nosso intelectual orgânico, que formulava e escrevia, dando base teórica para a prática cotidiana que nós tínhamos. E como o nome do X Congresso da CUT leva o nome de José Olívio, isso nos levou a refletir sobre os 21 anos da Tese 10.

Outro aspecto que eu acho importante que a Tese 10 instrumentalizou a CUT. É o arcabouço de cinco anos de gestão, entre 1983 e 88. No Congresso de 88 os sindicatos não filiados

à CUT podiam participar e decidir. Mas aquele congresso estabeleceu que, a partir dali, só participariam os filiados, ou seja, se consolidou uma central sindical no Brasil. Até aquela época nenhuma central no país chegou há ter cinco anos. Todas as outras experiências, a CGT e o PUA, foram tentativas de organização do movimento sindical, mas experiências curtas.

Então a Tese 10 é o coroamento daqueles cinco anos de gestão, de estatuto e de políticas.

Esse enredo também preparava a questão das eleições presidenciais que teríamos em 1989, ou seja, depois de 25 anos conquistamos as eleições presidenciais por voto direto. A classe trabalhadora não tinha experiência porque foi ceifada, cortada em 64 da experiência de eleição. Então já tinha se passado 25 anos de buscas do movimento sindical e teríamos um candidato operário como Lula para presidência da República. O Congresso de 88 era uma formulação de como os trabalhadores atuariam nas eleições.

E hoje, no X Congresso, temos a questão de que no ano que vem Lula não será candidato à presidência da República. Nos últimos 20 anos Lula foi o nosso candidato e agora nós teremos um congresso que vai apontar uma novidade nesse nível. Por isso eu lembrei um pouco da Tese 10.

Outra questão é o apoio do Sindicato dos Bancários de Brasília para esse trabalho. O sindicato sempre foi atuante, produziu muitos quadros para as mais variadas funções do movimento sindical e político. Hoje tem dois deputados federais, um do PT e outro do PPS, deputados distritais, sempre produziu vários militantes e tinha na primeira direção nacional da CUT o companheiro Jacques Penna. E hoje eu estou aqui, como Tesoureiro da CUT.

Mas o Sindicato dos Bancários de Brasília também passou por uma mudança em 2007, ousou fazer uma transição para renovar a sua diretoria, colocando um jovem como presidente. O Sindicato dos Bancários de Brasília não é tão

AS PRINCIPAIS LUTAS DA CUT

Nas próximas páginas você vai acompanhar os principais movimentos históricos da CUT

1981

AGOSTO
I Conferência Nacional das
Classes Trabalhadoras- CONCLAT
Em Praia Grande, São Paulo, com 5.030

delegados de todo o país, sendo a primeira grande reunião intersindical no Brasil desde 1964. A CONCLAT deliberou pela criação da Comissão Nacional Pró-Central

grande quanto o Sindicato dos Bancários de São Paulo, mas tem a mesma importância, porque lá estão as sedes dos bancos federais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo é uma referência quando se fala de decisões relativas aos bancos privados e o Sindicato de Brasília é a referência quando se fala dos bancos federais, como Banco do Brasil e da CEF.

Portanto é um momento em que o sindicato poderia apresentar esse trabalho como uma contribuição.

E fora essa questão, o Sindicato dos Bancários de Brasília também é muito importante porque ele sempre foi atuante, e está sempre fazendo novas formulações, de combatividade e aprendizado sindical, como vamos ver na entrevista do presidente, Rodrigo Britto.

Nos últimos trinta anos, que completaremos no ano que vem, sempre foi assim. Em 80, quando reconquistamos o sindicato para a categoria, o Lula saiu da prisão, mas foi lá fazer a campanha para a chapa de Oposição. O Olívio Dutra foi fazer campanha dentro dos bancos federais. Então o sindicato sempre foi uma referência de formulações, na Constituinte e em várias outras coisas. E independentemente das correntes políticas que estavam lá, seja o PCB, que dirigiu com hegemonia até 1980, depois uma coalizão do PCB com a Articulação até 1986. Dessa data até 1992 foi só o “Partidão” e de 92 para cá é Articulação.

Com a minha atuação no ano 2004 eu recuperei a nossa aliança com o “Partidão”, atual PPS, reincorporando esse setor na direção. O sindicato sempre foi um formulador, e está praticando isso.

O que contou também para a publicação, é que estamos sentindo a ausência de debates mais aprofundados, acho que nós estamos num ativismo sindical sem elaboração teórica.

Essa é uma tentativa de fazer uma pequena contribuição histórica, com objetivo de resgatar o papel dos nossos líderes, que foram importantes na construção dessa grande ferramenta que é a Central Única dos Trabalhadores, a história feita por homens e mulheres. Às vezes a gente esquece o papel que cada um teve, são milhares de trabalhadores por esse país afora, eu sempre brinco que a CUT é a maior central sindical desse país porque tem seus melhores militantes no Brasil há 25 anos.

Aproveitando que na sua abertura o senhor falou de que é necessário debater melhor a elaboração teórica, aprofundar a pensamento e a formação sindical, o que falta à CUT, o que precisa ser resgatado e remodelado?

Essa é uma pergunta que exige uma resposta longa. A legislação sindical brasileira, por mais que se tenha lutado, não avançou. Desde a era Vargas, de 1945 a 64, nós ganhamos sindicatos, fundamos sindicatos, mas não mudamos a estrutura sindical. Quando veio o golpe militar de 64, a ditadura utilizou esse modelo para cassar dirigentes sindicais e intervir em sindicatos.

Nós ficamos anos seguidos sem luta sindical em função da ditadura militar. Um dia desses eu estava na comemoração de 30 anos sindicato dos Bancários de São Paulo e havia um slogan antigo “Pelas Liberdades Democráticas”, que era um dos eixos da chapa. Ou seja, é claro que lutávamos por aumento de salários, que era pa-

pel do sindicato, mas nós queríamos o fim da ditadura militar, nós queríamos eleições diretas para a Presidência da República. E o fim da intervenção nos sindicatos.

Por isso que todo mundo ali tinha um eixo, independente das categorias. Havia aquilo que era comum a todos esses trabalhadores, acontecia ao mesmo tempo com os metalúrgicos do ABC, com os trabalhadores rurais de Pernambuco, no Rio Grande do Sul e por todo país.

Um dos itens, a Convenção 87, era tão unânime naquela época, mas hoje não é tanto. Por quê? Naquela época quando se falava de intervenção em sindicatos, se citava a Convenção 87. Não se tinha direito de sindicalização dos servidores públicos. E muitas das nossas dificuldades têm como remédio a mesma Convenção 87. Só que a Constituinte de 88 atendeu parcialmente alguns itens importantes e o papel da Convenção 87 diminuiu.

A CUT nasceu exatamente dessa efervescência, das lutas lideradas pelo Lula metalúrgico, e aquilo foi uma faísca, um rastilho de pólvora pelo país afora, para estimular os trabalhadores de que era possível lutar e vencer.

Em Brasília nós tivemos o Olympio, em 79, que era o líder dos professores e fez uma greve sem nem existir um sindicato da categoria. Nós tivemos a greve da Universidade de Brasília, dos estudantes.

Quando se fazia uma greve, uma luta, a ditadura além de ter prendido e assassinado, com intervenção no sindicato, nomeava o interventor. Existia uma portaria do Ministério do Trabalho que proibia reunião intersindical. Bancário não podia se reunir com metalúrgico, professor

Única dos Trabalhadores (Pró-CUT).

1º DE OUTUBRO
Dia Nacional de Luta

Comissão Nacional Pró-CUT lança manifesto, entregue ao governo militar, em Brasília, que exigia o fim do desemprego, da carestia, reforma

agrária, direito à moradia, liberdade e autonomia sindicais, e liberdades democráticas.

ENTREVISTA | JACY AFONSO

não podia se reunir com jornalista. Era uma luta muito dura, eu me lembro da morte de Vladimir Herzog e do Manoel Fiel Filho, e de centenas de outros lutadores.

Então, a CUT nasceu exatamente nesse momento, 28 de agosto de 1983, brotou no meio de uma década combativa, brilhante. E em seu bojo, a Tese 10.

A Tese 10 nasce num período de 10 anos muito ricos, em termos de lutas populares.

Em 1979, veio a Anistia, de Brizola, Araes e Prestes e muito outros líderes políticos exilados, que retornaram. E as primeiras grandes greves de trabalhadores foram durante a ditadura militar. Em 1980, houve a fundação do PT. Em 1971, CONCLAT unitária na Praia Grande. Em 82 das eleições diretas para governador, que haviam sido proibidas no “Pacote de Abril” de 1977. Depois, em 83, vem a fundação da CUT, em 84 a fundação do MST e a campanha das “Diretas Já!”.

Em 85 conquistamos o fim de 21 anos de ditadura militar, com eleições para presidente, via Colégio Eleitoral. E também a legalização dos partidos comunistas no país. E em 86 houve o processo eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte, e em 77 a participação dos trabalhadores na Constituinte, apesar de sermos inicialmente contra, por acharmos que a Assembléia seria conservadora. Houve também eleição de uma mulher nordestina, do PT, a Luiza Erundina, como prefeita da maior cidade do país, São Paulo. E em 1989 conquistamos a eleição direta para presidente da República.

Então essa foi uma grande década de eferescência política, e quem viveu essa fase sabe que foi extraordinária. Os sindicatos tinham um

papel muito forte. Só para citar um exemplo, na Constituinte o PT só tinha 16 deputados, e hoje tem 90 na Câmara Federal.

E mesmo sendo Lula o presidente da República, nós não conseguimos aprovar coisas que aprovamos na Constituinte, e que nasceram no III CONCUAT.

Se olharmos para depois do governo Collor, tem várias leis que conseguimos aprovar, como a lei do servidor público, lei da Loas e outras coisas, como Estatuto da Criança. Tudo que foi desdobramento da Constituinte nós fizemos por força do movimento social. No meu entendimento, os sindicatos exerciam um papel além da sua atribuição, um papel que caberia a um partido político, ou a outros movimentos.

A partir de 88, sindicalistas e os movimentos sociais, que militavam na igreja ou nos bairros começaram a atuar também na luta política e institucional. Assim nós produzimos milhares de candidatos trabalhadores. Eu lembro que na primeira eleição de Brasília, o PT elegeu cinco deputados distritais e dois federais. Só um não era da executiva da CUT. Os dois deputados federais e quatro deputados eram sindicalistas da CUT. Era uma força, uma consequência da luta, porque os trabalhadores desejavam que seus líderes assumissem um papel no Parlamento, municipal, estadual ou federal.

Mas o senhor não acha que de um tempo para cá esse grande espírito mobilizador da CUT, que tanto frutificou, não ficou meio adormecido, buracratizado?

O movimento sindical precisa de renovação,

precisa se desburocratizar, criar novas lideranças. Por esses dias eu falava no sindicato dos bancários, num encontro de juventude, que nós não tínhamos política para a juventude porque nós mesmos éramos jovens. Quando participei do congresso de fundação da CUT eu tinha 22 anos. Eu fui presidente da CUT do DF com em 29 anos. A gente ganhava os sindicatos, derrotando aquelas diretorias que estavam ali, e entrava uma turma nova.

Agora que os sindicatos são da CUT, como se faz o processo de renovação? Eu acho, tenho dito e pratiquei exatamente isso quando fui presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília. Na chapa que fui eleito renovei 48%, da chapa que eu saí renovei 46%.

Eu acho que tem que ter uma política permanente de renovação do movimento sindical. O sindicato tem que ter no estatuto, um mecanismo que possibilite a entrada de novos diretores na entidade de classe.

Se for um terço ou 25%, deve ser uma regra estatutária, para forçar esses sindicatos a incorporar novos trabalhadores. Se não se acomoda, fica todo mundo na estrutura achando que não tem gente nova, e assim por diante.

O senhor não acha que isso pressupõe que haja formação, porque uma base bem informada pressiona as direções pela renovação?

É verdade, assino embaixo. Quando nós formamos a chapa dos bancários de 83, eu fui e impedido de entrar na chapa. Eu era jovem que estava lá com todo gás, mas o “Partidão” achava que eu não deveria entrar. E escolheu outras

1982

JUNHO

**Protesto Contra o
“Pacote da Previdência”**

Da Comissão Nacional Pró-CUT, 388

entidades sindicais e
quatro confederações
nacionais de trabalhadores
em Brasília.

Formação
sindical em
Cajamar



1983

21 DE JULHO

Greve Geral Contra o Arrocho

Organizada pela Comissão Nacional Pró-CUT, paralisou cerca de três milhões de

trabalhadores. O governo militar reprimiu o movimento, intervindo em sindicatos, cassando dirigentes e prendendo trabalhadores.

26 A 28 DE AGOSTO - **NASCE A CUT**

I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCUT

O congresso aconteceu em São Bernardo

do Campo. Mais de cinco mil delegados aprovaram a criação da CUT e foi eleita uma direção nacional colegiada, tendo como coordenador-geral o metalúrgico Jair Meneguelli.

ENTREVISTA | JACY AFONSO

peças menos experientes, com menos atividades políticas. E depois de eleita a chapa é que foram fazer um curso de formação!

Na minha primeira disputa com o “Partidão”, no debate, eu usei uma frase “não é possível sindicato formar um dirigente sindical depois de eleito”. Eu achava há 25 anos atrás, na fundação da CUT, que nós devíamos formar os militantes antes, quando eles eram delegados sindicais, para que quando se tornasse diretor, já tivesse a formação adequada, para que os melhores quadros entrassem para a direção. Hoje, há casos de diretorias que estão nos sindicatos, em que o diretor entra e sai depois de três anos, e não fez um curso de formação política.

A CUT sempre teve muita formação política, mas as categorias faziam uma cobrança por formação profissional. E aí, com os recursos do FAT, nós saímos da formação política e fomos só fazer a formação profissionalizante. Saímos de uma para outra. Eu acho que tem que ter o caminho do meio. Nós temos que fazer a formação política, temos que atrair os jovens delegados sindicais para o sindicato, fazer um curso de formação profissional, colocando o viés político para despertar e descobrir os novos dirigentes sindicais. Nós temos que ter o papel de formação de novos dirigentes.

Mas fornecendo só a formação profissional, sem a consciência política, os sindicatos não estariam apenas fornecendo mão-de-obra barata para as empresas e não apta a lutar por seus direitos?

Nós estamos substituindo o papel do Estado e dos próprios empregadores. Essa não é uma ta-

refa da CUT. Se a CUT faz isso é para ajudar os trabalhadores. Ela deveria também atuar para que eles descubram o qual é o papel do sindicato, qual é a organização, para que serve, como se organizar e como o capital organiza a produção para desvalorizar o papel do trabalhador.

Eu sempre fui muito crítico em relação a isso, mas é preciso reconhecer o papel importante dos companheiros que estavam no movimento sindical durante a década de 90. Quando se falava da década de 80, que o movimento sindical ia muito além do papel dos sindicatos, na década de 90 foi o inverso. Com Collor e FHC, as dificuldades da direção sindical eram tão grandes que ela ficou aquém. O movimento sindical não conseguia responder. Você tinha numa visão de que era “10 + X” em 80 e na década de 90, “10 – Y”.

Então, a distância de quem vivenciou a década de 80 e achava que era fácil, muitos discursos e formulações, na década seguinte viu que as diretorias não apresentavam uma pauta combativa, que esse era o problema, mas não, era bem assim. É só ver o problema dos petroleiros. A greve dos petroleiros em 95 foi feita para cumprir os contratos assinados pelo ministro da Fazenda Ciro Gomes e o presidente Itamar em 94, e que não foram respeitados por FHC, assim que assumiu a presidência em maio de 1995. O governo Fernando Henrique fez de tudo para liquidar a greve, dentro do objetivo de quebrar a espinha dorsal do movimento sindical.

Era uma época de mais resistência do que de grandes avanços, como na década anterior?

De muito mais resistência. Nós do Banco do Brasil ficamos oito anos com um reajuste zero,

só com o abono salarial. E não fizemos greves. Eu brinco dizendo que “nós éramos os governistas do governo FHC”, mas no governo Lula nós fizemos greves todos os anos, com aumento real de salário.

Portanto, não aceito a crítica de que hoje a CUT se acomodou, do ponto de vista da pauta. É só ver quem são as categorias e quais os líderes das greves no governo Lula. Mas a dificuldade naquela década de 90 era enorme, e esse era um empecilho para renovar os quadros.

Se não havia uma política estatutária de renovar um terço, diante daquela dificuldade se preservava as pessoas. Não se avaliava o papel dos sindicalistas nos sindicatos, se foi bom não, em função da luta, em função de enfrentar a política do banqueiro, em função da crise econômica e da reestruturação produtiva, você os preservava.

Alguns sindicatos tiveram que tomar medidas drásticas, e um exemplo disso é o sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Eles se reestruturaram, e sob a liderança do Marinho e do Tarcísio tiveram a coragem de fazer reestruturações dolorosas, mas que deram efeitos no futuro.

Então acho que esse é o momento que a gente precisa enfrentar agora. Em 88, quando nós tínhamos a tese 10, só existiam duas centrais sindicais no país, a CUT e a CGT. Nós viemos de uma derrota dolorosa que foi não ganhar a eleição do sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. É fato que, infelizmente, foram duas chapas da CUT concorrendo entre si. Se nós tivéssemos ganho aquele sindicato em de junho de 87 seríamos uma verdadeira central sindical única dos trabalhadores. Foi aí que surgiu o sindicalismo do Medeiros e do Magri. A Força

1984

MAIO - Plenária Nacional da CUT - Luta Pelas “Diretas Já”

A Plenária Nacional aconteceu em São Paulo e reuniu delegações de 18 Estados.

AGOSTO

I Congresso Nacional da CUT - CONCUT

Em São Bernardo do Campo, com 5.222 delegados. As principais resoluções

foram a luta por “Diretas Já” e a definição da greve geral como principal instrumento de luta. Foi eleita a direção nacional, com Jair Meneguelli presidente.

10 DE OUTUBRO

Marcha à Brasília por “Diretas Já!”

A marcha também lançou a “Campanha Nacional de Luta” pela jornada de

Sindical foi criada exatamente por uma articulação governamental para dividir o movimento e se contrapor à CUT.

Com esse quadro que o senhor traçou, o que existe hoje são divergências que se aprofundaram, com as correntes buscando seu próprio caminho, dentro da sua visão histórica, sindical e política. Ainda mais agora com o reconhecimento das centrais, com o imposto sindical. Isso vai facilitar o surgimento de novas entidades?

A legalização foi uma coisa importante, mas ela vinha com um compromisso de substituir o imposto sindical por uma taxa negocial aprovada em assembleia. A partir do momento em que as centrais sindicais foram legalizadas com a permanência do imposto sindical, houve um incentivo à pulverização.

As centrais sindicais têm direito a 10% do imposto sindical, e hoje está uma guerra na base por filiação.

O importante nessa legalização é que acabou a história dos “independentes”. A tendência hoje é que 98% dos sindicatos vão estar filiados à determinada central. É verdade que, num primeiro momento, para dar acordo com todo mundo, estabeleceu-se um percentual mínimo de 5%.

A legalização das centrais vai gerar mudanças no futuro porque só serão legalizados que tiver mais que 7%, e assim sucessivamente, aumentando os percentuais. Então vai ter alteração, vai ter a fusão, reaglutinação, o movimento sindical vai ter várias mudanças.

E o que isso representa para CUT?

Eu acho que para a CUT são pontos positivos e

pontos negativos. Negativo é o fato é você dividir o movimento sindical, isso é ruim. Por exemplo, nessa crise, ter várias centrais sindicais para enfrentar-la é ruim. Por mais que reunamos cinco ou seis centrais, na hora da ação prática cada uma faz a coisa diferente.

Mas, por outro lado, resgatamos os princípios da CUT. A CUT quando foi crescendo muito em 88, e o PC do B e o PCB não estavam na Central. E não estão agora. Um fundou a CTB, outro foi para a Intersindical. Como a CUT era o desaguardo natural de várias correntes políticas houve acomodamento. Os companheiros da CTB nunca deixaram de defender a unicidade sindical e imposto sindical, que são contrários à carta de princípios da CUT, da liberdade e autonomia sindical e fim do imposto.

Por outro lado, está se criando na CUT muita unidade e muito consenso. São raras as votações que nós temos na direção da CUT. O que há é compreensão, tolerância, os congressos estão mostrando isso. Poucos foram os congressos que não se teve só chapa única. Em Brasília, agora, teve chapa única, mas antes isso ocorreu só em 84. Todos os anos tiveram disputas, mas agora nós construímos uma chapa unitária com todo mundo, e isso é um fator importante de crescimento.

Acho que com as outras centrais sindicais temos que ter unidade na prática das ações concretas. E cada um vai defender suas posições. Agora tem que acabar o imposto sindical porque se não acabar, funda-se sindicato todo dia, é só ver o Diário Oficial, é uma pulverização. A gente tem outros exemplos, como na Alemanha, onde teve um encontro dos metalúrgicos, e lá só tem

oito sindicatos.

No Brasil existem 17.000 sindicatos. É assustador. Você vai numa fábrica, num hospital, e tem vários sindicatos com data-bases diferentes.

O que nós precisamos fazer é recuperar, em primeiro lugar, a luta pela unificação da data-base. Todas as categorias deveriam ter uma só data-base. Os bancários só construíram a unidade nacional e a convenção nacional, a partir do momento que em unificaram a data-base em 1º de setembro. Hoje nós teríamos que unificar vigilantes e outros terceirizados dentro do banco para 1º de setembro também, para que a gente conquistasse algo muito mais importante.

A greve dos vigilantes, no último mês de maio, teve mais força real nas agências bancárias do que a própria greve dos bancários. Antigamente você fazia a greve dos bancários de não tinha dinheiro em circulação, mas hoje as pessoas vão aos terminais dos bancos e sacam. Então se você fizer a greve conjunta e não tiver vigilante colocando dinheiro no terminal, nem dinheiro no banco, nem o pessoal para fazer a limpeza das agências, assim se força a negociação rápida, para conquistar as reivindicações.

Por outro lado, uma das nossas resoluções históricas é o “Contrato Coletivo Nacional Articulado”. Significa a construção de um contrato coletivo nacional da classe trabalhadora. E depois como desdobramento disso, se negociaria depois por ramos, por setor econômico, até chegar ao nível da empresa. A partir de um piso nacional. Você faz um acordo nacional dizendo que todo mundo vai ter um reajuste baseado na inflação. Só que em determinado setor, como o dos bancos, com alto desempenho, vai ter um

1985

DEZEMBRO

Plenária Nacional da CUT

Em São Bernardo do Campo, reunindo 232 delegados. Aprovada a campanha

Constituinte Livre e Soberana e reforma agrária. Aprovou também um modelo de organização sindical baseado na Convenção 87 da OIT.

40 horas semanais. Manifesto e projeto de lei foi entregue no Congresso Nacional.

Extrato da Tese 10

“ Nas grandes potências capitalistas, ocorre um intenso processo de inovação tecnológica, com avanço da automação, o desenvolvimento de novos processos produtivos e novos materiais, além da evolução da engenharia genética e novas fontes de energia ”

reajuste real de 5%, por exemplo. Os metalúrgicos, a mesma coisa. Cada setor terá isso, mas se houver uma empresa dentro do mesmo ramo que lucrou mais, você terá maior participação nos lucros e nos resultados. É uma negociação para cima do piso nacional, não para baixo.

Agora é preciso fazer a contratação geral, unificação da data-base, como está formulado desde a fundação da CUT, fazer disso uma política.

Os metalúrgicos lançaram em 2007 a Campanha Nacional dos Metalúrgicos, com a idéia de fazer um acordo nacional. Isso é importante porque, se um setor fabril da área de São Bernardo se mudar para outros estados, onde os sindicatos têm mais dificuldade, com o acordo nacional, e independente de qual estado, vai ter a mesma conquista. Então acho que esse é o desafio que está colocado nós da CUT.

Vai ser mais difícil de conquistar se os jovens trabalhadores não estiveram engajados?

Antigamente eu brincava que não era preciso fazer formação para a juventude porque ela ti-

nha que ser rebelde, mais hoje se você não fizer, corre-se o risco dela acabar virando de direita.

Acho também que nós temos que enfrentar a questão da comunicação. A mídia hoje faz uma disputa acirrada de corações e mentes.

O cotidiano que a gente vê nesses jornais e na televisão é uma verdadeira lavagem cerebral para os trabalhadores. Aquele mundo que está ali não reflete a nossa realidade, às nossas aspirações, e não é por acaso. Acho que os sindicatos não perceberam as novas tecnologias para dialogar e conquistar a juventude, que tem que ser disputada com a direita, agora.

Outro aspecto é um dado da luta institucional. O governo FHC e outros anteriores não recebiam os sindicatos. Hoje o governo federal negocia, têm campanhas, tanto que os servidores federais lutam por seus direitos. Já nos estados, nas prefeituras, os governos do PSDB, não negociam nada e tem que dar em greve. E eles ainda aparecem como excelentes gestores, que é o que a mídia passa, e também não é por acaso. Então

nós temos que organizar sindicatos, prepará-los para ter esta capacidade de negociação.

E aí entram muitos temas que o sindicato precisa saber para trabalhar hoje em dia: assédio moral no trabalho, que é fortíssimo. Tem também a LER, o adoecimento no trabalho, as metas de produção muito competitivas, é um conjunto de coisas de maior envergadura e maior dificuldade para os sindicatos combaterem. É por isso que a fragmentação dos sindicatos não funciona. É preciso ter um conjunto de sindicatos que tenham médicos especialistas do trabalho, para assessorar os sindicatos, tem que ter advogado na questão do direito previdenciário, coisas essas que sindicatos pequenos não têm, mas os grandes sim.

Desse modo fica uma distância enorme entre categorias, grandes unidades fabris ou de serviços e o trabalhador do comércio, da agricultura, mais fragilizados. Isso significa que a ação institucional é muito importante para as políticas públicas. Isso não é perceptível para o traba-

1986

**AGOSTO
II CONCURTO**

No Rio de Janeiro, reuniu 5.564 delegados que discutiram o projeto de

nova estrutura sindical e mudanças no estatuto da CUT. As principais resoluções foram a luta

pela jornada de 40 horas, a recuperação das perdas do Plano Cruzado, e participação popular na Constituinte. Jair Meneguelli foi reeleito presidente.

lhador, que é uma luta do sindicato, mas é um dos problemas da nossa comunicação. Ou seja, você faz, você conquista, você muda para novos paradigmas e a iniciativa dos sindicatos não aparece. Esse é um dado que está colocado, a questão da comunicação.

Essa disputa por filiações vai se dar mais sobre as bases da CUT, que é a maior central do país. Como a questão será tratada no congresso da central?

A CUT vai fazer um congresso agora, com a saída do Conlutas, com a saída da Intersindical e da CTB, com os mesmos critérios de 2006. Nós vamos aferir a mesma fotografia, e vamos fazer um congresso do mesmo tamanho. Nós perdemos sindicatos, perdemos. É ruim, é, mas ganhamos outros. Isso significa que vai ser um cotidiano, uma luta de corações e mentes todo dia, vai disputar a eleição sindical com todo mundo. Com as nossas políticas podemos liderar.

Acho que vai haver uma reformulação do movimento sindical brasileiro, e não vejo no futuro espaço para mais que três centrais sindicais no país, e a CUT sempre na liderança. Se nós soubemos dialogar, tem muito sindicalista bom nas outras centrais. Sindicatos de base, companheiros que fazem mobilização e campanha salarial, que faz a ação sindical, companheiros, e cabe a CUT ter a capacidade de atrair esses sindicatos para nossa central.

Nós precisamos também ter a capacidade de dialogar com os companheiros da CTB, a base, não a cúpula, porque a CTB foi criada a partir de uma decisão do comitê central. Da mesma

forma que decidiram entrar em 89, em 2007 decidiram sair. Nós temos que ter a capacidade de dialogar com a base da CTB, porque a CGTB é a base da CUT.

Para finalizar, a pergunta é a seguinte: no meio de uma crise internacional profunda, em 2010 haverá eleição presidencial, para governadores e Senado. E com essa diversidade de centrais sindicais e pulverização dos sindicatos no Brasil quais são as tarefas imediatas da CUT para o enfrentamento da nova década?

Primeiro, nós temos que ter a capacidade de não transformar a CUT numa central sindical do PT. Temos que ter a capacidade de manter os companheiros, como o da Paraíba, que é do PSB, companheiros do PDT, vários outros partidos. Isso é importante porque ter central sindical vinculada a partido está errado. A CUT não deve entrar no debate das alianças eleitorais, como aconteceu em Minas Gerais no ano passado. Individualmente os sindicalistas podem, mas a CUT não.

A CUT precisa ter uma plataforma, independente de qual é o partido ou candidato, nós vamos apresentá-la para os vereadores e prefeitos, e aos candidatos a governador e de presidência da República. Tem que ser a nossa pauta. Porque senão, principalmente no caso do PT, pode haver a tendência de fazer um programa de gabinete, de quem está no governo, e não discutido com a sociedade civil. Cabe a nós apresentar uma plataforma com a questão da redução da jornada de trabalho, a questão da 158, a questão do meio ambiente, as relações com a China, com o Mercosul, a reforma agrária e todas as lutas que estão colocadas, como pauta nossa.

Queremos discutir com a provável candidata do PT, com o Artur sentado à mesa com a Dilma, ela com a sua representatividade e o Artur como presidente da CUT, com o mesmo peso de representação. Tem que haver reciprocidade e transparência.

E como será a eleição da próxima diretoria da CUT ?

Nós devemos reforçar na próxima direção da CUT o papel da suas representações e diminuir o papel das correntes políticas internas. O companheiro petroleiro tem se sentir valorizado porque tem um representante da FUP aqui. O companheiro da comunicação tem que ter o sentimento que está aqui dentro da CUT, e não a sua corrente política. Eu mesmo sou de uma corrente política, sou um dos líderes de uma corrente política, mas o que eu quero é que a geopolítica dentro da CUT tenha um sentimento da nação, de pertencimento. Quem manda na CUT são os sindicatos, não são as correntes políticas. É isso que precisamos ter no próximo período.

As reivindicações das categorias e as preocupações dos trabalhadores, expressas nos sindicatos.

E aí nos vamos coroar uma expressão que tenho usado que diz que “nós vamos passar da filiação à CUT para a fidelização à CUT”.

A gente vai ter um sindicato fidelizado à CUT, não como um posto de gasolina que cada dia tem uma bandeira diferente. Nós queremos ver se aquele sindicato tem a bandeira da CUT, e então dizer que ali existe a prática da democracia interna, defesa dos interesses dos trabalhadores e de conquistas. ■

12 DE DEZEMBRO

Greve Geral

Em defesa do salário, contra o Plano Cruzado

e o pagamento da dívida externa. Contou com a adesão de 25 milhões de trabalhadores. No ABC paulista a paralisação foi total.

1987

JUNHO

Plenária Nacional da CUT

Em São Bernardo do Campo, com 227 delegados que aprovaram a deflagração



Rodrigo Britto

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília

Eu fui formado pela geração da década de 80, que nasceu sob o neoliberalismo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Durante a nossa formação, na juventude, pregava-se de uma conduta individualizada, crescer por si só, sem preocupações com a sociedade em geral, ou de uma luta coletiva para conseguir melhoria de trabalho e condições de vida.

Eu acompanhava o conflito entre a classe trabalhadora e a patronal porque o meu pai era magistrado da Justiça do Trabalho e eu estudava Direito. Desse modo, tive a oportunidade de assistir a imensa luta desigual que existia. Em 2002, me tornei bancário, no final do governo Fernando Henrique. Todos os meus irmãos eram bancários, e me orientaram a me filiar ao sindicato.

Meu engajamento começou porque, aqui em Brasília, os sindicalistas eram praticamente proibidos de entrar nas dependências bancárias, a não ser no horário de atendimento público. Assim começou o meu primeiro contato com sindicato dos bancários de Brasília.

Parecia-me um absurdo não poder ouvir alguém do sindicato, nem receber pessoalmente o material, então eu ia recebê-lo na entrada da agência e depois fazia a distribuição. Vendo que o acesso às agências e a organização pela base eram proibidos, passei a atuar nesse sentido.

A partir de 2003, já no governo Lula, com sindicato mais ativo por conta da queda dessas

barreiras, tratamos de derrubar os resquícios da década de 90 e o medo dos trabalhadores em se mobilizar. Foi nessa época que começou a surgir o discurso de “unidade nacional dos bancários”.

Na minha agência, a agência central do Banco do Brasil, havia receio de todos quanto à adesão ao movimento. O sindicato já havia marcado uma data para iniciar a greve geral da categoria e os companheiros estavam com receio. Nessa época eu já era gerente, dirigindo diretamente 82 funcionários.

Quando o sindicato nos chamou para a mobilização da greve eu fiz uma faixa onde escrevi “eu tenho orgulho de ser bancário mais tenho vergonha do meu salário”.

Assim que os bancários me viram, como gerente, segurando a faixa, aderiram à paralisação e lutaram contra o próprio medo de retaliações. Era uma época que quem se manifestasse era demitido sumariamente.

A partir daí conheci melhor o sindicato, seus dirigentes, me tornei delegado sindical, aceitando o convite para compor a diretoria. Fomos eleitos e tomamos posse em julho de 2004. No começo, como sindicalista de base, depois liberado para trabalhar na entidade e na mobilização, trabalhando para os bancários.

Nessa época do meu primeiro mandato, quando o Jacy Afonso, era presidente, comecei minha formação político-sindical mais aprofundada, em cursos que eram realizados pela CUT em Cajamar, São Paulo, em parceria com a central sindical alemã de DGB. Conheci outras realidades e tive uma formação sindical de conceitos e princípios bem maior. Assim comecei a aliar a minha prática aos fundamentos teóricos de

qualidade. Conheci todas as tendências do movimento sindical, os princípios da nossa Central, que era uma formação que eu ainda não tinha. De início, fui formado ao longo de dois anos.

Quer dizer então que a educação política e a formação sindical em Cajamar foram fundamentais para você?

A formação político-sindical de Cajamar foi algo que contribuiu muito porque senão hoje eu teria muitas dificuldades para ser presidente e estar encaminhando as lutas do Sindicato dos Bancários de Brasília. De nada adiantaria a disposição de lutar sem uma formação mais aprofundada para os embates e as negociações com o patronato. De 2004 a 2006 foi a primeira etapa da formação, e até 2008, a segunda.

É essa formação que estamos fazendo o possível para reproduzir no sindicato, em Brasília. Não só com os bancários, mas também com outras categorias, para que novos militantes venham para o movimento.

O que a formação sindical classista trouxe para você, ainda muito jovem àquela época?

Com a formação se enraizou em mim a consciência e o sentimento da luta de classes e dos princípios da CUT. Então o que me foi passado em idéias e princípios, como dirigente sindical passei a adotar na prática. A luta da classe trabalhadora, a solidariedade entre os trabalhadores, um sindicato independente, isso começamos a fazer na prática porque passamos a implementar o pensamento.

Como conseguimos passar esse sentimento e essa consciência para a categoria, aqui em Bra-

sília, conseguimos desenvolver diversas lutas em conjunto com outras categorias, ou seja, fortalecer o sentimento da classe trabalhadora para o coletivo, respaldado pela nossa própria categoria.

Quando a gente colabora com outros sindicatos, como ajudar os vigilantes, ou os professores, colocando a formação sindical classista em prática e os bancários reconhecem seu significado real, a sua necessidade.

Dos quatro anos de sua formação teórica, mais a prática, o que você elege como fundamental para conscientizar os novos trabalhadores que entram todos os dias no mercado de trabalho?

Tanto quanto a formação e a prática é também importante a comunicação. São três eixos fundamentais para a construção do sindicalismo pela base, por isso eu acho que deve ser colocado na ordem do dia um investimento pesado na formação, com sindicatos e a própria CUT valorizando a comunicação e, mais do que nunca, o trabalho de base. Investindo nesses três eixos, o movimento sindical só tem a crescer, com os trabalhadores reconhecendo o papel dos sindicatos e o próprio papel da CUT, seus princípios e o papel da luta coletiva.

Se não fizermos isso quem vai ganhar é direita, o neoliberalismo e a classe patronal, em função do enfraquecimento da luta dos trabalhadores. Porque do outro lado o nosso adversário está constantemente fazendo isso. Em qualquer canal de televisão, por exemplo, as mensagens são ideológicas, consumistas. Nas escolas, com algumas exceções, se emprega a uma linha individualista de formação pessoal. Se a gente não fizer o contraponto vai deixar o pessoal “nadar sozinho”, e a gente olhando, parado.

→ 1987

de a preparação à greve geral e a intensificação da coleta de assinaturas em apoio às propostas populares de emendas à Constituição.

**20 DE AGOSTO
Greve Geral**

A greve geral, organizada pela CUT e CGT, protestava contra o Plano

Bresser. Milhões de trabalhadores cruzaram os braços em todo o país.

Então precisamos intensificar o trabalho de base, a formação e a comunicação porque sem isso não há condição nenhuma de fazer o enfrentamento e construir novos quadros, com condições de atuação no futuro.

Como é que o sindicato dos bancários consegue mobilizar a categoria diante de uma crise tão profunda, como a de hoje, no capitalismo mundial, e em particular no sistema financeiro?

Não só para o nosso sindicato, mas também para os outros. A questão da crise foi colocada e discutida em diversos pontos porque a CUT do DF tem uma atuação muito forte. Tivemos três movimentos grevistas de bastante importância aqui no Distrito Federal. Foram os trabalhadores dos Serviços, o Sindserviços, os professores e uma greve dos vigilantes.

Aqui, tanto o governo local, quando os sindicatos patronais, pregavam que não poderiam dar aumento por causa da crise, que não poderiam conceder as nossas reivindicações. Queriam até retirar direitos dos trabalhadores e nesse momento usaram uma frase do presidente Lula, alegando que agora não era momento de pedir aumento.

Nós entendemos, pelos ensinamentos da CUT, que para sair da crise é preciso ter mais empregos e mais renda. Tínhamos também a assessoria do Dieese, demonstrando a condição de buscarmos as reivindicações. Então não tivemos nenhuma com dúvida na hora de chamar os trabalhadores e encaminhar a luta.

Os bancos tiveram os maiores lucros da sua história.

No caso dos bancos, cuja negociação já começou

e terá o auge em setembro, eles vão alegar que não tiveram lucro e, na verdade, além dos lucros recordes do ano passado, em 2009 eles não tiveram o lucro que almejaram, mas não prejuízos. Com certeza a saúde financeira de todos os bancos está muito boa, e como fala nosso presidente da CUT, o Artur Henrique, quem é mais lucrô com a crise que pague por ela. Não vamos ter receio algum de encaminhar a luta, sem risco algum da gente prevaricar na nossa função.

Agora, o correto é buscar uma solução para a nossa campanha, as nossas reivindicações, e fazer com que elas sejam atendidas, dispondo o mínimo da categoria. Ou seja, se a gente alcançar a vitória sem a necessidade de uma greve, e isso seria o ideal. Vamos buscar um acordo com os bancos, mas junto com a negociação estaremos fazendo também o trabalho de base e mobilização.

Vamos atuar em duas frentes, uma que já estamos fazendo nesse primeiro semestre, dialogando com os bancos para ver onde se pode avançar, para concretizar de fato. E vamos colocar em pauta aquilo que não conseguirmos avançar. A outra frente é a mobilização de toda a categoria para que, caso se não se obtenha o atendimento das nossas negociações, podermos encaminhar as lutas. Dessas duas formas nós temos certeza que vamos ter êxito no final.

O que você quis dizer quando usou o termo “não prevaricar”?

Significa que, quando chegar o momento certo, não teremos o receio de encaminhar a luta, independentemente de quem está do outro lado da mesa. Principalmente no nosso caso, onde grande

parte da categoria trabalha em bancos públicos, que são do governo federal, pelo fato de ser um governo democrático que apoiamos. Encaminharemos a luta na profundidade que for necessária.

Quando falo não prevaricar é exatamente o manter o movimento sindical na sua plena independência, para que, na hora em que os trabalhadores entenderem que é o momento de encarar a luta e fazer uma greve, a diretoria vai fazer aquilo que foi decidido coletivamente, sem restrições de ordem política.

Para concluir, já que você definiu a característica do seu mandato e da atuação dos bancários, o que em sua opinião deveria aprimorar a CUT para melhorar o relacionamento com os sindicatos?

O que eu acho importante é que tem de haver uma via de mão dupla, um maior interesse dos sindicatos.

Compete aos dirigentes sindicais entender a necessidade de fortalecerem a central, porque existe muitos que acham que a CUT existe para nos servir, ao invés dos sindicatos e os trabalhadores fortalecerem a CUT.

Também é necessário que as CUTs estaduais e a nacional estejam mais próximas dos sindicatos. Precisamos de um diálogo mais aprofundado e, realmente, investir mais na formação e na comunicação, porque não basta criar condições sem insistir para que os trabalhadores utilizem a infraestrutura na prática sindical.

Também é importante que a comunicação não seja voltada apenas para os sindicatos, mas para todos os trabalhadores, especialmente os jovens, que às vezes nem sequer entraram no mercado de trabalho. Para que eles conheçam e desper-

1988

MARÇO

**Campanha Nacional de
Recomposição das Perdas Salariais**
Reposição salarial, segundo a tabela

do DIEESE, reajuste mensal de salários, jornada de 40 horas semanais, estabilidade com garantia no emprego, liberdade de organização no local de

trabalho, contrato coletivo de trabalho e unificação das datas-base. No dia 15 de março, a CUT entregou pautas de reivindicações ao Governo Federal

e aos governos Estaduais e realizou manifestações em várias regiões do país.

Extrato da Tese 10



“O caráter classista da CUT implica em articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora. E, nesta condição, assumir o socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que sequer chegaram ainda ao sindicato, e que infelizmente em nosso país, ainda são uma parcela muito significativa da classe”

tem o interesse pela luta sindical e busquem mais conteúdo na CUT. Também é necessário que a formação não se destine apenas aos dirigentes, mas ao mesmo tempo para a formação de base.

O que, mais claramente, você quis dizer em relação à necessidade dos sindicatos participarem ativamente da vida da CUT?

O principal nessa relação é levar em conta os princípios da CUT de uma central classista e solidária. Se existe algum sindicato que vai ter uma luta árdua pela frente, com duros enfrentamentos, não é necessário esperar a ação da Central ou da direção sindical em busca de auxílio. Todos os outros sindicatos devem buscar a CUT e a direção do sindicato em questão para prestar apoio e se colocar em solidariedade para colaborar na luta.

Mais do que isso, o importante é buscar a unificação das lutas, como nós fizemos aqui em Brasília. Em todos os movimentos dos demais sindicatos sempre nos colocamos à disposição

para ajudar. E mesmo em determinados sindicatos, quando percebemos que as direções não querem nossa ajuda, se a base está precisando não esperamos, somamos as forças.

Em muitos momentos tentamos unificar as datas bases, unificar a luta. Por exemplo: vamos ter nosso movimento agora em setembro e sindicato dos trabalhadores em transporte de valores têm data base em agosto. Então começamos um diálogo para que os companheiros de transporte de valores retardem as negociações para casar com um nosso movimento, em setembro. Assim nós poderemos fazer a luta unificada porque sabemos das pressões exercidas pelo sindicato patronal deles, e da Fenaban, quando fazemos qualquer movimento de negociação, embates, paralisação ou greve.

Isto é um exemplo que eu estou citando na prática, mas a idéia é que se faça aquilo que tem de ser feito. Porque a CUT nasceu para isso, para criar a unidade dos trabalhadores na luta. Não temos que ficar presos às determina-

ções da legislação restritiva.

O que nós queremos é unificar as lutas. O que discutimos com as categorias é que não dá para ficar preso à data-base ou aquilo que a legislação determina. Por exemplo: estamos num processo de negociação com o governo do DF, e com a Infraero, de uma pauta que foi tirada numa assembléia dos trabalhadores do aeroporto, aqui em Brasília. Com participação de bancários, vigilantes, rodoviários, aeroportuários, aeroviários estamos construindo essa pauta conjunta, já que no o aeroporto todas essas categorias trabalham lado a lado.

Os sindicatos e a CUT tem que pegar o que há de comum em todos os trabalhadores, unificar as reivindicações e sair com uma luta única. Ou seja, fazer o que o nome da nossa central expressa - “Central Única dos Trabalhadores”. Vamos todos juntos em busca de melhorias para a classe trabalhadora. Se a CUT continuar dessa forma estará sempre fortalecida no seio da classe trabalhadora. ■

**07 A 11 DE SETEMBRO
III CONCUR**

Em Belo Horizonte o Congresso reuniu 6.244 delegados. Os delegados

discutiram a conjuntura, as tarefas da CUT para o próximo período, concepção e prática sindical, além de questões organizativas. Foi o maior encontro

sindical ocorrido no Brasil em todos os tempos. Jair Meneguelli foi novamente reeleito presidente da Central.

Artur Henrique

Presidente da CUT

“Eu acho que, antes de tudo, o III CONCURTO foi um marco importante que definiu uma mudança de rota no sindicalismo brasileiro”.

Vou começar com um breve relato do contexto histórico da época. A CUT nasceu em 1983, fruto de todas aquelas lutas contra a ditadura, por liberdades democráticas, eleições diretas. E o próprio nascimento de uma central sindical fora da estrutura oficial foi fruto de um debate muito intenso com outras parcelas do movimento sindical. Porque havia um conjunto de companheiros que acreditava que era preciso manter a estrutura sindical oficial, entrar para os sindicatos e transformá-los por dentro, principalmente os companheiros ligados ao PC do B e outras organizações.

E também existiam aqueles que, como nós, acreditavam que era preciso implementar uma nova estrutura sindical. Isso, evidentemente, longe de ser um fato isolado, veio em conjunto com o processo de formação do Partido dos Trabalha-

dores, num momento em que havia gente que pregava que nós deveríamos continuar todos só no PMDB, como uma grande frente de aliança de oposição.

Eu penso que o nascimento do PT em 80, e da CUT em 83, marcou esse conjunto de atuações do movimento sindical e do movimento social porque naquela conjuntura política e econômica o momento era de unidade e de unificação em torno de bandeiras de lutas, muito claras para o conjunto da sociedade. Então o debate que unificou todo o movimento sindical e social era a questão das liberdades democráticas, eleições diretas em todos os níveis, contra a carestia e a inflação.

De 83 até 88 houve um debate muito intenso no interior da central, onde as pessoas discutiam que era preciso fazer a “CUT movimento”, com o papel de estar permanentemente movimentando as suas bases e o conjunto da classe trabalhadora, para exigir transformações da sociedade. Com todos os exageros que, em minha opinião, aconteciam nesse debate.

Havia gente que falava que era preciso fazer uma greve geral por mês porque, com isso, as massas fariam a revolução, através do povo na rua. Como se fosse possível mesmo naquela conjuntura política, e se toda a população tivesse já a consciência transformadora. E ainda durante a ditadura militar, com todas as pessoas, com 20, 30, 40 anos, que estavam ali, e que sabiam o que havia sido o golpe de 64, os erros cometidos pelo movimento sindical da época. Havia todo um processo interessante de debate onde as pessoas avaliavam o que havia acontecido, porque que o movimento sindical em 64

não saiu às ruas, embora se acreditasse que seria possível transformar o país.

De qualquer forma, no congresso de 88, nós tivemos o auge desse debate na CUT, se ela deveria continuar sendo de “massas”, com congressos cada vez mais expressivos em número de trabalhadores, mas com pouca condição de aprofundar o debate. Então se fez o último congresso com quase 6000 delegados, discutindo se a CUT continuaria como uma central sindical “movimento de massas”, ou se deveria começar a assumir o papel de uma “central sindical de negociação”, de organização das suas entidades sindicais e da sua estrutura sindical.

E mesmo, assumir uma postura enquanto central sindical que fazia diferenciação entre “partido”, diferenciação entre aqueles que defendiam que o movimento sindical deveria ser uma correia de transmissão de um partido, gente que não estava na CUT naquele momento, como o PC do B. E já se tinha em andamento a articulação para as eleições de 89.

No plano nacional, eu diria que depois de todo o processo de debate, a tese vencedora foi a de que a CUT deveria ser de “massas”, sim, com todos os fundamentos da Tese 10, pela base, que já dava uma visão daqueles que defendiam uma central sindical com o papel de organizar, mobilizar e negociar para alcançar a vitória dos trabalhadores. E nesse processo de conquistas da classe trabalhadora, ampliar a consciência crítica e atingir aquilo que nós defendíamos desde o início do processo. Então acho que esse momento marcou muito.

Já o debate da filiação internacional foi muito interessante porque nós viemos de uma forma-

ção sindical que tinha toda a ligação da questão da ditadura com os órgãos repressores, o papel das instituições sindicais internacionais no apoio, principalmente nos EUA, às ações de apoio à ditadura. Então o processo da questão da filiação a CIOLS foi uma coisa pouco debatida. Porque era uma mudança, um ponto de inflexão de que era preciso entrar para dentro para alterar aquela estrutura. Era um pouco diferente daquilo que a gente estava discutindo até então.

Mas ficamos com uma característica muito forte, de ter uma central sindical dali para frente mais representativa, com muita organização por local de trabalho, e defendendo as alterações na estrutura sindical: Convenção 87, liberdade e autonomia sindical, fim da unicidade e do imposto e fim do poder normativo da Justiça do Trabalho.

Eu penso que depois do Congresso de 88, mesmo se tendo aprovado, por exemplo, o fim do imposto, o que se viu na prática foi uma certa acomodação da Central à sua estrutura sindical.

Nós não conseguimos mobilizar um conjunto de forças políticas para alterar a estrutura sindical até hoje, mesmo com algumas alterações importantes, mas o centro desse debate continua muito forte na sociedade brasileira. Não temos a Convenção 87, que o Brasil não ratifica, e continuamos com a unicidade sindical, favorecendo a pulverização. Hoje são 1,3 sindicatos novos por dia no Brasil, que é um absurdo, com pouca organização por local de trabalho. É uma situação extremamente complicada do ponto de vista da defesa de nossos interesses.

Eu faço uma análise assim, o novo sindicalismo de 1977 e 78 teve o mérito de ter tirado os chamados “pelegos históricos” dos castelos

1989

14 E 15 DE MARÇO Greve Geral

A CUT e a CGT se uniram contra o Plano Verão, a recessão e o desemprego,

recuperação das perdas, e reajuste mensal de salários de acordo com a inflação, além do congelamento dos preços dos produtos de primeira

necessidade. Cerca de 35 milhões de trabalhadores aderiram, com grandes manifestações nas capitais e regiões metropolitanas.

ENTREVISTA | ARTUR HENRIQUE

dos sindicatos e ir para a porta ou para dentro das empresas. Foi muito importante quando se começou a fazer assembleias nas portas das empresas, quando se começou um processo de democratização, de organização e mobilização, extremamente vigoroso naquele período, e que continua até hoje, de certa forma, em grande parte do movimento sindical, mas que já não responde às necessidades dos trabalhadores.

As mudanças do mundo do trabalho estão acontecendo dentro do local de trabalho, com a pressão pelas metas, o assédio moral, as transformações na gestão das empresas, que são feitas a cada dia.

E se os nossos sindicatos não tiverem presença adequada dentro do local de trabalho para defender os interesses dos trabalhadores diante das mudanças, nós vamos continuar fazendo discurso em cima do caminhão, na porta da empresa, mas sem conseguir atingir aquilo que o trabalhador está sentindo no seu dia-a-dia.

Quando entramos na década de 90, com essa visão de uma CUT negociadora, de uma CUT organizada a partir do local de trabalho, com um papel mais “sindicalista” a partir daquele congresso, fomos para uma fase extremamente difícil. O processo de debate interno no país era muito mais de defesa dos direitos e de se tentar não perdê-los, por conta do ataque que veio ao longo da década, com a implantação das políticas neoliberais, privatizações, demissões em massa, queda do nível de produção, queda do nível de emprego e ataque aos direitos dos trabalhadores. Ou seja, nós passamos a década de 90, a década da resistência, repelindo ao máximo os ataques.

Depois de todo aquele debate que havia sido feito no final da década de 80, que vislumbrava um movimento muito rico, unitário, com as eleições de 89, e ao longo da década de 90, com todas as políticas que foram implementadas, houve um refluxo do movimento sindical. Apesar de termos conseguido fazer algumas mobilizações de massa, que ficaram marcadas contra as políticas de governo, elas não tinham nenhuma consequência prática.

Você fazia uma marcha dos 100.000 à Brasília, um grande movimento, mas chegava ao final do dia e todos voltavam de ônibus para seus estados e seus respectivos locais de trabalho. Não havia nenhuma consequência prática do ponto de vista da negociação e no espaço de representação.

Os sindicatos de base tentavam garantir os direitos que estavam nos acordos, com uma dificuldade muito grande pela situação política e econômica do país. Esse foi um marco da década de 90.

Uma parte considerável dos integrantes da executiva da CUT de 88 critica ainda hoje a não aprovação da filiação coletiva diretamente à central, porque julgam que houve restrições às Oposições Sindicais. Qual é sua opinião?

A questão das oposições tem duas visões diferentes. Aqueles que não queriam fundar a CUT diziam que não era possível trazer oposições sindicais, reconhecidas, porque o sindicato já tinha uma diretoria e quem teria que vir ao congresso de fundação de uma central eram as diretorias ou os trabalhadores eleitos por essas diretorias, e não as oposições sindicais. Nós de-

fendíamos que as oposições deveriam estar representadas dentro dos congressos da CUT.

Do ponto de vista interno, alguns companheiros ponderavam como seria possível se garantir oposições sindicais às diretorias de sindicatos que também estavam filiados à CUT, e que também teriam que ter representatividade nos congressos. Eu acho que nós tomamos a decisão correta, de uma orientação para garantir a democracia nos sindicatos.

Quando se falava de organização por local de trabalho, comissão sindical da empresa, comissão de fábrica, a idéia era “vamos garantir da democracia nas fábricas”, com eleição a partir dos delegados eleitos. Portanto, a Oposição trabalharia a partir dos locais de trabalho, na escolha da comissão de fábrica. Depois os escolhidos viriam a se compor com a diretoria do sindicato, e esses delegados escolhidos em assembleia é que seriam indicados para vir aos congressos CUT.

Havia Oposições que não queriam participar ou não tinham força política para ganhar as eleições na base, nos locais de trabalho, mas queriam vir, como parte, participar indiretamente do Congresso. Mas aí venceu a exigência de ter representatividade a partir do local de trabalho para estar nessa representação.

Outro ponto polêmico é a chamada para o “entendimento nacional” de presidentes do período, como Sarney, Collor e FHC.

Nós até hoje vivemos esse debate interno dentro da CUT. E hoje, como presidente, um dos enfrentamentos foi o debate com a Associação Brasileira de Máquinas e alguns empresários, como um instrumento de combate à crise. Con-

→ 1989

AGOSTO DE 1989

Plenária Nacional da CUT

Em São Bernardo do Campo, com a presença de 202 delegados. Aprovado

um plano de lutas contra a inflação e a especulação financeira, em defesa dos salários, pela reforma agrária e o não pagamento da dívida externa.

1990

10 de Junho

“Greve Nacional das Categorias em Luta”

Esta greve foi organizada pela CUT, Confederação Geral dos Trabalhadores

Extrato da Tese 10



“Se o intenso aumento da produtividade do trabalho nos países capitalistas centrais tem de um lado, significado acúmulo de riquezas para a burguesia e melhorias nas condições de vida para alguns setores da população daqueles países, de outro, tem imposto uma série de prejuízos sobre amplas parcelas de trabalhadores e suas organizações sindicais”

tra uma posição da FIESP e da Força Sindical, nós fomos procurar empresários que queriam discutir a manutenção de emprego versus redução temporária de tributos. E fazendo um processo de debate intenso no interior da CUT, e sendo também criticado por isso, assim tipo “não, porque nós estamos fazendo a negociação com empresários”.

Eu acho o seguinte, nós vivemos num sistema capitalista, onde o papel dos sindicatos é negociar. Eu não negocio com o espelho, eu negocio com o patrão. Num sistema capitalista a correlação de forças é justamente essa, como eu amplio a participação dos trabalhadores na renda nacional e diminuo a participação do capital. Estou falando aqui de tarefa intrínseca ao movimento sindical. Eu negocio com representantes do capital, seja ele um empresário, ou governo ou uma instituição.

Ali você está negociando nos marcos do capitalismo e com tudo o que carrega um processo

de negociação, mobilização, consciência crítica dos trabalhadores, a questão do coletivo sobre individual, mas sem perder de vista que a ação tem um limite. Pode se dizer “você é um reformista”, mas está se falando que tem um limite.

Não se arranca tudo que se quer na pauta de reivindicação. Eu lembro que antigamente a gente fazia assembléias para definir a pauta e era uma coisa “de quem pedia mais”. Você pode pedir um monte de coisa, mas tem que ter alguns dados para conseguir no mínimo uma negociação nos marcos do que está sendo debatido.

Eu acho que isso dá para transportar essa situação de um sindicato para uma federação, ou mesmo uma central sindical. Dá para transportar para aquele debate, onde havia todo um movimento no sentido de denunciar o que estava acontecendo no país, mas ao mesmo tempo alguns chamavam para o “entendimento nacional”.

Qual é o papel da central? É não ir e ficar jogando pedra, ou ir, colocando a nossa pauta,

como faz qualquer sindicato de base, mobilizando o conjunto da classe trabalhadora e dizendo “a nossa pauta é essa”. Não podemos entrar no “entendimento nacional”, num “pacto nacional”, sem um conjunto de reivindicações, mostrando claramente que não dava para haver “pacto” como os empresários e o governo queriam, porque só aceitavam aquilo que interessava ao governo e aos empresários.

Aquilo acabou não dando em nada por conta da correlação das forças políticas, da conjuntura da época, mas não estava errado o processo de se estabelecer um acordo nacional. Até hoje eu acho isso. Por exemplo, nós temos uma enorme dificuldade por não ter um contrato coletivo nacional.

As negociações são extremamente diversificadas, espalhadas e descentralizadas, o que não favorece a classe trabalhadora, e sim ao empresariado. Porque com a negociação por empresa, região, setor econômico, não se consegue

e Central Geral dos Trabalhadores, e reivindicou a garantia da reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões e contrato coletivo de trabalho.

17 A 19 DE AGOSTO

Plenária Nacional da CUT

Em Belo Horizonte, contou com 168 delegados que aprovaram a realização de

uma “Campanha Salarial Nacional Unificada” de todos os trabalhadores da base sindical da CUT e que deveria ser articulada com as lutas dos setores populares.

ENTREVISTA | ARTUR HENRIQUE

avançar muito. Com raríssimas exceções, como os bancos, que têm estrutura nacional, e pela força que têm os bancários, ou os petroleiros, com uma só empresa nacional, os Correios e o setor público. Mas a maioria dos setores econômicos não tem contratação nacional.

Isso poderia ser, como já foi em outros países, um processo de início de uma contratação coletiva nacional, que ainda continua sendo uma bandeira da CUT.

Alguns ponderam que no neoliberalismo do governo FHC as privatizações, foram facilitadas porque a CUT estava na defensiva, negociando, burocratizada. O senhor concorda?

Eu acho que não. Se essa verdade fosse absoluta, nós não teríamos exemplos de implantação de políticas neoliberais em outros países, sejam os desenvolvidos da Europa, ou países da América Latina, como o Brasil, com tradição de luta e organização no movimento sindical.

Primeiro, há uma tendência de não se valorizar o que representou o “Consenso de Washington” e as políticas neoliberais, do ponto de vista de uma correlação de forças extremamente poderosas entre elite, mídia e grandes empresas, multinacionais principalmente, contra o poder dos Estados nacionais, que foi colocado para baixo.

Ou seja, a redução do papel dos Estados nacionais, a globalização e a implementação de políticas neoliberais não foram uma coisa simples, uma tese na qual se poderia dizer que se houvesse mais mobilização sindical você conseguiria enfrentar esse debate. É um reducionismo, até porque nós tivemos muita mobilização contra as

privatizações. Eu acho até que isso fez uma mudança, mesmo dentro do segundo mandato de FHC. Havia gente dentro do governo desde que já começava a achar que aquela política do primeiro mandato iria dar com os burros n’água.

Nós conseguimos, em minha opinião, fazer com que tudo aquilo que a gente denunciava na década de 90, viesse a ser em 2002 um ponto importante de debate com a sociedade brasileira. Vou dar um exemplo pessoal. Eu era presidente do sindicato dos eletricitários de Campinas, que era de uma empresa que foi privatizada, em 1995. Eu corri o estado de São Paulo todo fazendo audiências públicas nas Câmaras Municipais denunciando o processo de privatização do governo FHC, do governo Mário Covas, na época em que Geraldo Alkmin era o presidente do plano de privatização aqui no estado.

Eu fazia uma audiência pública numa determinada Câmara Municipal e todo mundo dizia que o serviço e a qualidade iriam piorar, com aumento de tarifas. E todo mundo se convencia do que isso iria acontecer com energia elétrica. Uma semana depois vinha o presidente da empresa ou governador do estado prometer para aquela mesma prefeitura duas ou três ambulâncias, um posto de saúde ou uma escola nova. Tudo aquilo que a gente tinha feito de debate anteriormente caía por água abaixo, com o argumento da aplicação dos recursos da privatização no social.

Estou dando esse exemplo que parece pequeno, mas é muito significativo em minha opinião porque mostra qual era o debate ideológico naquela ocasião.

Os grandes jornais, as maiores redes de televisão e muitos comentaristas políticos e econô-

micos apoiaram totalmente a privatização, com raras exceções.

Todo mundo lembra que aparecia na televisão uma campanha que mostrava o Estado como um enorme elefante, um paquiderme moroso, que não servia para nada, e não se tinha espaço nos jornais e nem na televisão para contestar a privatização. Como o presidente do sindicato dos Eletricitários de Campinas, cheguei a propor para grandes emissoras de TV, três ou quatro minutos de um programa de televisão e, mesmo todas sendo uma concessão, diziam que havia uma ordem da editoria para não pausar programas contra o processo de privatização. Globo, SBT, Record, nós fomos procurar as empresas de comunicação com vídeo de 3 minutos contra a privatização. Mesmo pagando, ninguém aceitou.

Só um parêntese: há um conservadorismo tão arraigado em São Paulo que as mesmas pessoas que privatizaram estão no governo do Estado até hoje, embora o Brasil andado tenha outra direção.

Exatamente, até hoje. A derrota, e eu digo derrota porque nós fomos derrotados naquele processo de privatização do setor de telefonia, do setor elétrico, siderúrgico. O debate que fazíamos não era ideológico do tipo “nós não queremos o setor privado”, era “é preciso atrair o capital privado para expandir o setor, não para comprar aquilo que está pronto”, o que continua sendo válido até hoje. Do ponto de vista dos recursos públicos para investir na expansão era preciso atrair o capital privado como é necessário até hoje, para ampliar os serviços públicos e o atendimento à população.

1991

“Jornada de Abril” Contra o Governo Collor

Em defesa da Previdência Social, aposentadoria por tempo de serviço,

saúde pública gratuita, defesa do serviço e ensino públicos e pela reforma agrária. Realização de passeatas e atos em todo o país, e no dia 1.º de Maio.

22 E 23 DE MAIO

Greve Geral

Convocada pela CUT, Confederação Geral dos Trabalhadores e Central Geral

Agora o que não se pode é vender uma usina que estava pronta, que a população pagou através das tarifas, a preços absolutamente baixos, como foi o caso da Vale do Rio Doce e outras empresas. Foi um processo muito difícil, eu não colocaria que a burocratização da CUT deixou de fazer a luta contra as privatizações. Não, nós fizemos a luta, mas era uma luta fácil, era uma luta da formiguinha contra o elefante.

Quanto à filiação à CIOLS, o que exatamente significa a sua expressão “ponto inflexão”?

O que o que eu quis dizer com “ponto de inflexão” é que quando a gente debatia o nascimento da CUT a idéia era constituir uma organização paralela à estrutura sindical oficial. Tentando fazer um paralelo com a questão internacional, existia um processo de construção de uma organização no plano internacional, onde a CUT não conseguiria sozinha ou com algumas parcerias estratégicas construir uma organização paralela, como foi a fundação da CUT.

Então nós tivemos que entrar para dentro da AFL-CIO para tentar modificar a estrutura dessas organizações internacionais, para poder, internamente, alterar a correlação de forças e fazer com que essas organizações tivessem uma nova forma de enxergar o mundo do trabalho. Não a partir de uma relação Norte-Sul do mundo, mais uma relação Sul-Sul, uma relação Sul-Norte, ou seja, nós também tínhamos um papel a cumprir. Eu acho que foi interessante e correta a decisão.

Esse objetivo foi alcançado?

Nós tivemos nessa primeira etapa um papel importante, de articular entidades sindicais

da América Latina, amigas e parceiras históricas da CUT, como CTA da Argentina, PIT-CNT do Uruguai e várias outras organizações. E com aquelas que nós já tínhamos uma relação histórica interessante, como a Alemanha, a Itália, a Espanha, que eram relações bastante profundas do ponto de vista das parceiras internacionais no movimento sindical - Comissões Obreiras na Espanha, DGB na Alemanha, SGL na Itália. Essas parcerias acabaram fazendo com que a entrada dentro da CIOLS fosse um processo interessante porque ampliou a possibilidade de discutir, num mundo globalizado, como é que se unificaria os trabalhadores, mesmo sabendo que eles tinham interesses diferenciados, mas como é que sempre implementava uma ação conjunta e mais coletiva.

Isso agora deu mais um passo, com a fusão da CIOLS e CMT, criando a CSI e a CSA, as novas confederações. Então temos a Confederação Sindical Internacional, fruto da fusão das grandes são organizações internacionais, só estando de fora os comunistas. E a CSA, que tem um papel de unificar o movimento sindical nas Américas- a Confederação Sindical das Américas, que parte da CSI.

Então esse processo de unificação está ainda acontecendo, nós estamos vivendo isso neste momento, não é um processo fácil, porque são culturas e realidades diferentes, mas é um processo que eu diria que, do ponto de vista dos trabalhadores, é parecido com o comércio internacional, quando se fala de MERCOSUL, por exemplo. As dificuldades que países têm e mesmo que o comércio internacional tem, claro que sem comparar o conteúdo, são também as

dificuldades que o movimento sindical tem de construir essa unidade dos trabalhadores a nível internacional.

Um ponto quase unânime para os entrevistados é que a ascensão de quadros formados na CUT ou no movimento sindical para funções administrativas ou no Parlamento criou um vazio não preenchido por novos quadros por falta de formação sindical. Proceder?

Nós chegamos à conclusão ao longo desse processo de debate que muitas conquistas no âmbito da negociação eram perdidas, numa mudança de legislação ou proposta de lei que tinha uma consequência na renda dos trabalhadores. Conquistávamos um aumento de salário, mas se mudava a tabela do Imposto de Renda no Congresso Nacional.

Eu posso dar um exemplo: garantíamos um aumento real de salário numa negociação, só que na hora do valor líquido no bolso do trabalhador, as mudanças na legislação ampliavam os custos. Eu tinha um “Estado mínimo” piorando a qualidade do ensino e da saúde, que obrigava os trabalhadores que tinham condições a procurar instituições privadas, piorando a renda porque uma parte do que se conquistava no reajuste salarial ia para aquilo que é papel do Estado - a saúde e a educação de qualidade.

Isso também mereceu um debate na CUT, quando nós começamos a trabalhar o conceito de “CUT cidadã”, ou seja, enxergar o trabalhador no local de trabalho. O trabalhador tinha filhos na escola, ou usava o transporte para chegar ao trabalho, então era preciso discutir o transporte e a educação pública. Nós não podíamos só

dos Trabalhadores, exigia reposição das perdas salariais, garantia de emprego, defesa dos serviços públicos, reforma agrária. Várias categorias

paralisaram suas atividades em todo o país, envolvendo cerca de 19,5 milhões de trabalhadores.

04 A 08 DE SETEMBRO
IV CONCURTO

Em São Paulo, com 1.554 delegados.
Aprovado um plano de de combate ao



Extrato da Tese 10

“O desemprego é crescente e, apesar da existência de um sistema previdenciário que garante alguma proteção social, atinge 30 milhões de trabalhadores, 8,5% da população atual dos países industrializados; as novas tecnologias sob controle do capital estão destruindo direitos trabalhistas históricos, além da diminuição crescente do peso relativo da classe operária industrial e crescimento do trabalho indireto no setor de serviços”

ficar presos a questão da negociação salarial, mas, sem perdê-la de vista, ampliar para outras questões como saúde, educação, transportes e políticas públicas.

Então havia uma questão política, de saber como se movimentar nesse processo. Era preciso eleger pessoas para prefeituras, governos estaduais, disputar o governo federal, o Congresso Nacional, como forma de ampliar o poder dos trabalhadores.

Esse processo está em curso e tem um simbolismo de eleger o presidente da República, o presidente Lula, fundador da CUT, e do PT. Mas o processo criou uma situação onde os quadros sindicais mais experientes foram para o partido, ou assumir posições e cargos na estrutura institucional.

E em paralelo havia, principalmente na década de 90, e início dos anos 2000, uma situação em que aquilo que foi o forte, a formação sindical do final da década de 70 e durante a década

de 80, deixou de ser um processo natural. Sindicatos mais organizados continuaram a ter formação nas suas entidades, fato que garantia que o mesmo número que saísse de quadros, seria renovado com pessoas qualificadas para assumir os postos.

Mais esse não foi um processo que alcançou todas as entidades sindicais.

E a CUT poderia na década de 90, no enfrentamento de resistência, ter feito um esforço para de investir muito mais informação sindical, política e ideológica para formar quadros para ocupar espaços. Eu acho que houve um vácuo, de pessoas que saíram para ocupar cargos importantes para ampliar o as lutas do conjunto da classe trabalhadora, como se vê hoje, no Congresso Nacional e tudo mais, mas com uma perda do ponto de vista de qualidade nas entidades sindicais.

Eu diria que de qualidade, e mesmo de concepção, de prática e princípios.

Uma coisa é você fazer parte de um processo

como foi o da década de 80, de se constituir uma oposição, brigar na oposição sindical para ganhar um sindicato. Aquilo foi processo formativo muito forte. Outra coisa é quando você ganha sindicato, nós temos hoje 3.200 sindicatos, e estamos com direções na CUT envelhecidas, do ponto de vista e ter vinte ou 25 anos na direção do sindicato.

Eu me lembro de quando estava na oposição do sindicato dos Eletricitários, de Campinas a gente falava “tirar os pelegos que estão há vinte no sindicato”, e nós estamos há vinte anos dentro do sindicato. Evidente que numa situação totalmente diferente a daqueles pelegos que faziam acordo com os patrões, mas do ponto de vista da renovação e da formação esse é um desafio para a CUT.

E como é que a direção da CUT está corrigindo essa grande lacuna?

Nos lançamos desde o início desse mandato em 2003, um processo muito grande de retomar

→ 1991

projeto neoliberal do governo Collor, contra o veto presidencial à política salarial e contra as privatizações das estatais. Também foi discutida a

reestruturação produtiva. Pela terceira vez, Jair Meneguelli foi reeleito presidente da Central.

1992

13 DE MARÇO

Dia Nacional de Protesto – “Diga Não ao Governo Collor”

A “Campanha Nacional Por uma Vida

a formação sindical, política e ideológica. Nós dizíamos que durante a década de 90 fizemos um processo de qualificação dos trabalhadores, que foi importante porque também tem um debate de utilizar qualificação como forma de fazer a formação sindical, mas a formação mais no sentido político do termo, de discutir o papel do dirigente sindical, a gestão sindical, concepção e prática, princípios da CUT, a gente acreditou que as gerações passariam umas para as outras nos sindicatos. Isso não se deu dessa forma, não é automático.

Então é preciso fazer isso agora, e nós estamos retomando esse processo, investindo recursos para na a retomada do processo de formação política e ideológica.

E a luta pelo fim do imposto sindical? Recentemente as centrais foram reconhecidas, e teme-se que surjam entidades sem representatividade real.

Esse é um dos pontos centrais de debate na CUT. Primeiro, porque no primeiro mandato do governo Lula foi implementado o Fórum Nacional do Trabalho, que ficou durante dois anos discutindo a mudança da estrutura sindical brasileira. Eu fui o coordenador da CUT nesse processo de debate dentro do fórum quando eu era secretário de Organização Sindical, na gestão do companheiro Luiz Marinho. Era preciso discutir na CUT, depois ter uma posição de unidade entre as centrais sindicais que participavam do fórum, porque os empresários que participavam vinham de forma unitária com as suas posições. E defendendo a estrutura sindical empresarial, que também depende de imposto sindical, que também depende de uma estrutura sindical sem

democracia e sem ampla participação. Então as estruturas empresariais todas querendo manter as coisas como estão, porque manter a estrutura sindical também bom para eles.

Segundo, era só CUT que defendia a liberdade e autonomia sindical, Convenção 87, fim do imposto e da unicidade. As demais entidades sindicais temiam o fim do imposto porque isso acabaria com quem não tivesse a representatividade do trabalho de base. E não queriam acabar com a unicidade porque isso favoreceria as oposições sindicais ou mesmo a constituição de sindicatos em suas bases. Era o medo de perder a máquina sindical. E também não queriam o poder normativo da Justiça do Trabalho porque entendiam que ela poderia resolver o problema daqueles que não conseguiam se mobilizar para fazer greve e exigir, na mesa de negociação, um resultado favorável aos trabalhadores.

O esforço que foi feito no Fórum Nacional do Trabalho era de se construir uma proposta na qual a gente mudava a forma de financiamento do movimento sindical. Essa nova forma teria que ser aprovada em assembleia, deixando de ser um imposto porque os trabalhadores decidiriam qual seria o desconto. Livremente nas assembleias.

E isso foi um esforço muito grande para conseguir aprovar. Mas ao final desse processo, o projeto de reformas sindical entrou no Congresso Nacional em 2005, num auge da crise política do país. Tanto ninguém discute a nada no Congresso Nacional não ser a crise política e o impeachment do Lula. Os próprios empresários e alguns sindicalistas das outras centrais, quando o projeto que deu entrada no Congresso Na-

cional, começaram a criticá-lo, apesar de terem participado de sua elaboração. Aquilo foi enterrado, está até hoje no Congresso Nacional, tem uma PEC, um projeto de emenda constitucional, e começamos a fazer um processo que eu chamo de “fatiar” a reforma sindical.

Era um projeto muito amplo, que versava sobre organização sindical, negociação coletiva e solução de conflitos, um pouco do que a gente sempre defendeu na CUT, do chamado sistema democrático de relações de trabalho, uma mudança radical na estrutura sindical. Infelizmente não foi para frente, eu acho que uma das grandes decepções nossas no governo Lula, de não ter conseguido fazer essa alteração e começamos a fazer um debate para alterar a estrutura sindical.

Primeiro, vamos reconhecer as centrais sindicais, porque elas não são reconhecidas para negociar ou para falar em nome dos trabalhadores. Mas, de forma bastante absurda, eu participei junto com o companheiro Marinho, de várias negociações do salário mínimo que acabaram transformando a política de valorização do salário mínimo. Então a central sindical passou a ter um papel no governo Lula de negociadora de fato, fazendo o que eu chamo de “o maior acordo coletivo do mundo” porque envolve 40 milhões de pessoas, que dependem do salário mínimo, e nós não éramos reconhecidos. Então era preciso ter um debate sobre o reconhecimento.

Bom, mas quantas serão reconhecidas? Todas? Não. Se reconhece aquelas que têm representatividade, pelo número de sócios que cada sindicato filiado à central tem na sua base. Nesse processo de reconhecimento das centrais houve por parte das outras centrais a exigên-

Melhor, com Liberdade e Democracia” foi promovida pela CUT, partidos políticos e movimentos sociais e teve seu auge no dia 13 de março, quando o governo

Fernando Collor completou dois anos. Ocorreram manifestações em todo o país, sendo que na cidade de São Paulo um ato público reuniu 10 mil pessoas.

15 a 18 de Julho

Plenária Nacional da CUT

Em São Paulo, com a presença de 297 delegados, decidindo sobre temas

cia de uma parcela de recursos para que essas centrais pudessem ter um papel fundamental na sociedade.

“Vamos pegar metade do valor vai para o ministério do Trabalho, e vamos passar para centrais”. A posição da CUT foi “nós somos contra porque nós queremos discutir outra coisa, que é a mudança no papel do financiamento”.

Esse processo demorou três ou quatro meses de amplas discussões até que nós chegamos à seguinte formulação, que os críticos não falam: o processo de reconhecimento das centrais garante 10% do imposto, o que é uma contradição para quem sempre defendeu o fim do imposto.

Mas no último item do projeto está escrito que a forma de financiamento valerá até que o projeto de lei que põe fim ao imposto sindical e estabelece a contribuição da negociação coletiva seja apresentada e aprovada no Congresso Nacional.

Por força da nossa negociação eles aceitaram e nós tivemos que aceitar os 10%, enquanto a lei não vier para acabar com o imposto, e eles tiveram que aceitar o último item do acordo. Nós estamos exatamente neste momento hoje, o projeto de lei está na Casa Civil e eu espero que logo no começo do segundo semestre, em agosto, a gente já tenha um projeto pronto para ser encaminhado para votação.

Vamos ter muitas dificuldades para aprová-lo, mas faremos uma grande discussão na CUT de que aquilo que defendemos desde o nosso nascimento, agora a chance de ser aprovado. E aqueles deputados, mesmo de direita, e não comprometido com os trabalhadores, que fizeram críticas à CUT, vão ter a chance agora de

votar um projeto que acaba com o imposto sindical. Vamos batalhar pelo fim do imposto e pela ratificação da Convenção 87.

Para finalizar, presidente, no meio dessa crise do capitalismo e do sistema financeiro internacional, como a que a CUT vê o papel a ser desempenhado pelos trabalhadores por um mundo mais justo e democrático?

Nós aqui no Brasil e a CUT especial, logo no começo da crise, mais precisamente em setembro, no ápice, iniciamos um processo de debate para disputar na sociedade brasileira uma avaliação em relação à questão da crise, que era a seguinte:

Primeiro, a crise atinge os setores de forma diferenciada no Brasil. É uma crise grave, que se iniciou no sistema financeiro dos Estados Unidos, e que se alastrou para outros temas importantes como crise energética, como crise econômica, crise ambiental, crise elementar, mas de qualquer forma no país a atinge os setores de forma diferenciada.

Segundo, isso levou a CUT de imediato colocar uma campanha contra a alguns empresários oportunistas que estavam se aproveitando da crise para fazer ajustes nas suas empresas. A Vale do Rio Doce e a Embraer são símbolos dessa luta que nós fizemos, porque entendemos que as empresas tiveram lucros astronômicos nos últimos anos, e outras tantas também, e estavam se aproveitando como se a única coisa a fazer fosse demitir trabalhadores como muitas fizeram.

Terceiro, tivemos uma disputa com empresários, que junto com outras centrais sindicais, começaram a implementar um processo de

querer incentivar acordos de redução de jornada com redução de salário ou de suspensão do contrato de trabalho. Em especial a Força Sindical e a FIESP, em São Paulo. E logo no início da crise nós fomos contra, dizendo que seria um “tiro no pé”. A saída é defender o emprego, a renda e o fortalecimento do mercado interno. Esse processo de defesa é o melhor modo de enfrentar a crise.

Quer dizer que, por eles, quem não criou a crise pagaria a conta?

Quem não criou a crise iria pagar a conta. O papel de uma central sindical não era ficar fazendo acordos, nem incentivar a redução de jornada e redução dos salários. O que não quer dizer que alguns setores econômicos e mesmo sindicatos cutistas não tivessem de fazer um processo de negociação que levou a isso, com aprovação pelas assembleias. Mas a central sindical, do ponto de vista do papel que ela tem na sociedade brasileira, não poderia fazer uma coisa como essa.

E ganhamos essa disputa, tanto é que o acordo que a FIESP tentou fazer com a Força Sindical não foi para frente.

Nós achávamos também que era preciso cobrar do governo federal reduções nas taxas de juros, a implementação de medidas anticíclicas para combater a crise, ter contrapartidas sociais a emprego e trabalho decente. Não dava para ter setores beneficiados com redução de impostos e empréstimos bancários de bancos públicos como o BNDES, banco do Brasil e CEF, se não houvesse a contrapartida de emprego e a contrapartida social.

→ 1992

polêmicos como a filiação da CUT à CIOSL, a participação da CUT nas Câmaras Setoriais e a substituição dos Departamentos da CUT por Federações/Confederações por ramos de

atividades. Também aprovou a realização da Campanha Nacional de Luta por salário, emprego e reforma agrária. Foi lançado o “Impeachment já!” pelo Fim do Governo Collor!

Eu acho que com isso nós conseguimos várias vitórias importantes no último período, como no setor automotivo, que é o exemplo mais significativo. A primeira vez que se reduziu o IPI para os automóveis não havia a garantia de emprego, nós criticamos o governo e as medidas e na renovação apareceu a garantia de emprego por 90 dias, que era o prazo da redução do IPI.

Então nós estamos debatendo na CUT que uma coisa é o enfrentamento da crise, que passa por mobilização, resistência e pela defesa do emprego, da renda e dos direitos. Passa por apoiar o governo naquilo que beneficiar os trabalhadores, e continua criticando o que tiver de ser criticado ou aprofundado nas medidas.

Fortalecer o mercado interno significa aprovar uma política de valorização do salário mínimo, da Bolsa Família, o Programa de Aceleração do Crescimento, o programa Luz Para Todos, os Territórios da Cidadania, que são todos programas sociais que tem essa tarefa de colocar dinheiro no bolso para consumo.

E não é só cobrar o governo federal, tem que cobrar os governos estaduais e os governos municipais, sobre qual é o seu papel no enfrentamento da crise. Porque o ISS é um imposto estadual que representa junto com o ICMS uma quantidade muito grande de impostos na carga tributária.

E continuar cobrando a nossa pauta, Convenção 151, Convenção 158, fim do Fator Previdenciário, redução de jornada sem redução do salário, que é a pauta sindical que nós queremos ver implementada no país.

Agora nós estamos num debate na CUT de que não basta fazer o que o enfrentamento da crise, com a nossa pauta e as nossas propostas, com a nossa mobilização. É preciso também pensar no pós crise. Nós estamos nesse momento debatendo, e ao longo do X Congresso da CUT esse vai ser um debate muito importante, que é o que nós chamamos de “que modelo de desenvolvimento nós queremos para esse país”.

Mudança na forma de produção e de consumo, vinculada à questão da sustentabilidade ambiental, a questão do meio ambiente e do aquecimento global, nós estamos trabalhando muito nessas áreas. E sobre qual é o papel do sindicalismo, a questão da democracia, o papel do Estado.

Nós não queremos que, por exemplo, depois de oito ou anos do governo Lula, onde todos os espaços foram abertos para a participação dos trabalhadores, que alguém chegue com uma canetada e acabe com tudo. Como é que se transformam políticas de governo em políticas de Estado? Como é que se institucionalizam espaços de poder e representação dos trabalhadores e

da sociedade no controle social de determinadas questões que têm de serem implementadas. Como a democracia direta, a regulamentação do Artigo 14, plebiscito e referendos, criando-se mecanismos de participação popular para questões importantes.

Tudo isso envolve um conjunto de temas que estão sendo debatidos na CUT e vão continuar nos próximos meses, em vários seminários, dentro de uma “jornada pelo desenvolvimento” que vai culminar em 2010 com uma plataforma da classe trabalhadora às eleições presidenciais e de governos estaduais.

Ocasão em que nós vamos apresentar essa plataforma para a sociedade, aos políticos e às candidaturas, evidentemente sem deixar de fazer o debate político sobre os projetos que estão em disputa na sociedade.

Nós queremos chegar com uma plataforma dizendo “e existem dois projetos distintos na sociedade brasileira nessas eleições, um projeto que significa um retrocesso ao período anterior, para o qual nós não queremos voltar e outro projeto que representa a continuidade de um processo democrático e popular, que tem que ser aprofundado, com mudanças e avanços, e ter outros instrumentos para avançar.

E eu acho que essa é a tarefa da CUT nesse período. ■

JUNHO A OUTUBRO

Campanha pelo Impeachment de Collor – “Movimento Pela Ética na Política”

A campanha nacional pelo

impeachment do presidente Fernando Collor reuniu a CUT, partidos políticos e movimentos sociais. Todos pediam ética na política, voto aberto dos

deputados federais no processo de impeachment e o fim da corrupção. As manifestações ocorreram nas principais cidades brasileiras, entre

julho e outubro, reunindo milhares de pessoas. A campanha culminou com o afastamento de Fernando Collor da presidência da república.



Jair Meneguelli

Presidente da CUT por três mandatos, de 1983 até 1994, hoje presidente do Conselho Nacional do SESI.

O senhor presidiu a CUT durante onze anos, e, portanto teve um papel muito ativo na estruturação, na organização e no encaminhamento das deliberações do III Congresso de 1988. Aquele momento foi muito rico na história das lutas sin-

dicais. O senhor acha que os encaminhamentos foram adequados para o momento que a CUT enfrentava? Havia quem dissesse que o momento era pré-revolucionário, havia quem dissesse que não, que era preciso negociar, organizar e

avançar, enfim, qual era sua visão como presidente da CUT?

Eu acho que o movimento sindical como um todo, e a CUT tinha esse papel, não pode cha-

mar um movimento sindical ou qualquer central que seja de oposição ou uma central de situação, um sindicato de situação e um sindicato de oposição. Esse não é o papel do movimento sindical, ser da oposição ou da situação. Os sindicatos e as centrais não são partidos políticos. Eles existem e sempre existirão, mesmo se nós chegarmos a um momento de pleno emprego num determinado país, com quase tudo resolvido. E mesmo assim a resistência dos sindicatos será importante para preservar a conquista dos trabalhadores, independentemente de governo.

O objetivo do sindicalismo não é fazer greve para conquistar alguma coisa. O movimento sindical tinha e terá sempre como objetivo conquistar e garantir direitos para os trabalhadores. Você tem momentos e momentos na história. Eu fui presidente do sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mesmo depois do surgimento do maior líder sindical desse país, que foi o Lula, e nós tínhamos situações de tiros contra os trabalhadores nas portas de fábrica, onde não se podia sequer negociar, eles não davam o direito de você negociar as nossas reivindicações. Foi toda uma conquista.

Porque é que surgem as primeiras greves em São Bernardo do Campo? Antigamente, nós nem sequer sabíamos da construção da pauta de reivindicação. Isso ficava o encargo da federação dos trabalhadores. Nós não tínhamos a mínima participação e nem os dirigentes se sentavam à mesa de negociação das nossas reivindicações, que eram distintas. Uma coisa é falar de uma montadora e outra coisa é uma oficina com cinco trabalhadores.

Claro que os direitos são iguais, que as necessidades são iguais, mas é evidente que uma

pode dar o que a outra não pode. E você tem que ir conquistando aquilo que você pode onde você pode. A primeira briga em São Bernardo foi para nós termos o direito de fazermos a nossa pauta de reivindicação, segundo a realidade da nossa categoria, e discutirmos com os empresários. Essa foi a grande luta e a grande conquista desse sindicato, que depois se estendeu para todos os sindicatos do país.

Houve na prática o rompimento dessa burocracia, sem que o presidente da federação conhecesse se a categoria e sem que a categoria o conhecesse. Isso é para ficar bastante claro que o papel do movimento sindical. E assim foi um movimento sindical, a própria fundação da CUT, resistindo a todos aqueles planos que tiravam salário, assim como aquela velha história dos 34,1%, que foram expurgados da inflação, na época em que Delfim Neto era ministro da Fazenda, e que por isso originou as primeiras greves em São Bernardo.

A inflação era tal que a gente precisava levar as esposas no dia do pagamento, para que elas corressem para supermercados porque no outro dia os preços já eram diferentes, um absurdo. Era uma luta incessante para que você recompusesse o poder de compra, que garantisse os direitos e por aí adiante.

Ora, então por que o movimento sindical luta e se organiza? É para viver num país democrático. Num país onde é possível reivindicar, aonde necessariamente você não tem que fazer primeiro uma guerra para depois ter o direito de sentar e negociar.

Eu gostaria de nunca ter tido a necessidade de fazer uma greve para fazer uma reivindica-

ção. Gostaria de ter tido essa possibilidade mais não tive. Então lançamos mão da nossa paralisação, para fazer pressão, para que possamos ser ouvidos.

Na medida em que o país vai se democratizando e que os empresários vão começando a entender, e eu disse que comecei com tiro na porta de fábrica, mas depois que já cassado, eu negocie em nome da diretoria porque o presidente da FIESP, o Mario Amato, disse ao interventor “não vou negociar com você, vou negociar com um Meneguelli, porque se eu negociar com o interventor não tenho nenhuma garantia de que o acordo será cumprido”. E fizemos uma negociação “no fio do bigode”, porque eu não tinha mandato, mas a representatividade da categoria.

Assim nós fomos avançando, e fazendo conquistas. É claro que o movimento sindical, e principalmente a CUT, lutou para que nós tivéssemos um presidente vindo dos trabalhadores, que pudesse avançar a democracia, para que pudessemos ser ouvidos. Obviamente que hoje não se trata do fato de a CUT estar na situação. A CUT é a CUT, é um movimento sindical e têm que reivindicar sempre, agora fazer greve, fazer um movimento, ou não fazer, depende da situação e do momento. Não é esse o objetivo, o objetivo é conquistar melhores condições de trabalho.

A Tese 10 tinha postulados claros: não ao pacto social; independência em relação a partidos, governos e centrais sindicais; uma CUT classista e de massas, entre outros. Mesmo assim foi ao Collor e a CUT filiou-se a CIOLS. O que é que havia na realidade política do país que, a seu ver, justificava essas ações?

1993

24 A 28 DE AGOSTO

Plenária Nacional da CUT

Na cidade de São Paulo, com a presença de 349 delegados, com a CUT

completando 10 anos. As principais resoluções foram à participação ativa na “Campanha contra a Fome e a Miséria”, a participação da CUT nas

Câmaras Setoriais e a cota mínima de 30% de mulheres na direção da Central.

ENTREVISTA | JAIR MENEGUELLI

Olha, é gozado, porque quando a gente falava em “pacto social”, pelo menos naquela ocasião, se você fosse talvez fosse lá procurar no dicionário, interpretaria que pacto é o momento em que você mais cede que do que ganha. “Em função de determinada crise vamos fazer um pacto, e você cede aqui, cede ali, eu não cedo nada, ou cedo só isso”, e quem tem mais força cede menos, quem tem menos força cede mais. Então a gente se assustava com a palavra “pacto”. Mas a gente não se assustava com a palavra “negociação”. Porque esse era o nosso objetivo. São duas coisas distintas.

Eu me lembro que quando o “pacto social” foi chamado pelo ministro do Trabalho daquela ocasião, Almir Pazzianotto, nós não comparecemos porque nós sabíamos qual era a intenção daquela negociação. Mas depois, até num momento pior, eu fui com os vários dirigentes sindicais a uma reunião na Granja do Torto para apresentar algumas reivindicações ao então presidente Sarney.

Evidentemente que não tivemos ótimos resultados, de uma pauta de redução de jornada de trabalho, que em minha opinião era uma das reivindicações principais, até mais do que o reajuste salarial ou correção automática da inflação. Era sempre aquela história “inflaciona mais ainda”, e nós falávamos que o problema era que então, na verdade, já estávamos fazendo um “pacto forçado”, sem negociar, porque a inflação andava e nós ficávamos para trás.

Depois fomos inclusive apresentar as reivindicações para o Collor. Eu fui pessoalmente levar as reivindicações, que continuavam sendo as mesmas, tão antigas quanto a gente mesmo.

Então houve a tentativa de negociarmos, evidentemente, numa condição de igualdade, e não irmos para um “pacto social” sem nenhuma organização dos trabalhadores, onde poderíamos ser engolidos.

E nesse momento houve um abandono da organização da CUT de massas em favor das negociações?

Em absoluto! Vamos deixar claro: aquela Tese 10 e em todas as teses dos anos em que eu permaneci na CUT, sempre tivemos em mente a independência do movimento sindical em relação a qualquer partido político. O próprio PT temia uma greve em período de campanha eleitoral, e eu disse “não, absurdo, eu não tenho nenhuma satisfação a dar ao partido”. Porque estávamos próximos das eleições e a greve poderia prejudicar. Eu era petista, filiado ao PT, mais antes de mais nada eu era presidente da CUT e mantínhamos a independência, rigorosamente.

E quanto ao Collor, sempre se falou da importância dos caras-pintadas, mas nunca se deu o peso devido ao movimento sindical. Nós fomos às portas das fábricas convocar os trabalhadores. Aquela massa nos comícios não eram os partidos políticos, éramos nós, em todas as capitais e lugares onde havia comício. O movimento sindical teve um peso extraordinário, tão importante quanto o movimento estudantil.

E havia quem dissesse que foram os empresários e a Rede Globo que derrubaram Collor, para desqualificar a atuação dos trabalhadores e da CUT?

Evidentemente, ou seja, até gente do movi-

mento sindical que entrou depois que viu a população absolutamente convencida. E a Globo também entrou tardiamente nessa questão da divulgação da proposta do impeachment. Assim como Medeiros, que dirigia a Força Sindical e que me desculpe, entrou no último momento, num dos últimos comícios no Anhangabaú, porque viu que não dava mais, que o movimento cresceu e que os trabalhadores estavam lá, independente da orientação do sindicato.

Quando nós fomos à manifestação do Anhangabaú eu fiz a pergunta “quem são os metalúrgicos de São Paulo que estão aqui?” e muita gente era metalúrgico da capital. Já que era uma coisa de massas, da população.

E qual a sua avaliação da CUT durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, com o Plano Real, as perdas salariais, novas relações de produção e demissões em massa, de bancários, metalúrgicos e outras categorias?

Eu não era mais presidente da CUT e sim deputado federal. O respeito com o movimento sindical começava a se alterar, com negociações. Evidente que havia uma greve aqui e outra lei, mas isso vai existir sempre, é impossível evitar 100%. Acho que nós erramos quando fizemos críticas ao real por exemplo. Depois nós verificamos que erramos, não era um plano como aquele “Verão”, aquele do Bresser, onde realmente nós estávamos numa situação impossível.

O que acontecia: nós fazíamos a greve, tínhamos um reajuste salarial, e em dois ou três meses a inflação se encarregava de corroer de novo. Essa situação era insuportável, e por isso todos queriam uma situação mais estável da

pela CUT, partidos políticos, movimentos sociais e outras centrais sindicais. Ocorreram manifestações, um plebiscito nacional e atos contra a retirada dos direitos dos trabalhadores.

→ 1993

SETEMBRO - NOVEMBRO

“Movimento Nacional Contra a Revisão Constitucional”

Contra a reforma da Carta de 1988, foi organizado

Uma CUT democrática, pluralista, unitária e representativa

A democracia e o pluralismo na CUT são inseparáveis da unidade de ação. A democracia interna na CUT não é apenas um princípio a ser respeitado, mas também uma condição fundamental de ação sindical. A CUT sem a participação ativa das bases ficará limitada a decisões que não ultrapassarão as salas da reunião ou os plênários de discussão. As decisões da CUT só se transformarão em ação de amplas massas se estiverem fundadas em uma autêntica representatividade. E isto depende da construção da estrutura orgânica da CUT e do desenvolvimento de mecanismos de participação direta dos trabalhadores e de uma cultura democrática que parta da definição de que queremos construir uma CUT classista e de massas. A possibilidade dos trabalhadores participarem efetivamente das decisões das instâncias da CUT, de poderem interferir em todas as decisões e discussões são os elementos básicos da vida democrática e cotidiana da nossa central sindical, e que deve se iniciar desde os locais de trabalho e os sindicatos de base do campo e da cidade.

A definição precisa dos mandatos das diversas instâncias de direção e de seus limites, bem como o controle das bases sobre as



direções, incluindo a possibilidade de destituí-los com decisões democráticas e representativas, quando os princípios da CUT forem desrespeitados, são condições fundamentais para impedir a burocratização, do mesmo modo que a crítica aberta, direta e a autocrítica sincera são valores fundamentais a serem resgatados para avançarmos na prática democrática e supera-

mos os nossos equívocos.

Não há luta sindical classista sem solidariedade e disciplina. A CUT deve exigir das entidades filiadas, dos dirigentes e militantes o compromisso com os princípios de classe, assegurar o direito a expressarem livremente todas suas opiniões nos debates e exigir disciplina nos encaminhamentos das lutas.

1994

ABRIL E MAIO

“Jornada Nacional de Luta”

Este foi um período de intensa agitação contra o plano econômico do governo

Itamar Franco, contra as privatizações e a revisão constitucional. Os servidores públicos federais fizeram greve no mês de abril. No dia 11 de maio aconteceu um

dia nacional de luta em defesa das reivindicações, com manifestações em todo o país.

Extrato da Tese 10

“A CUT avançou também na criação de novas formas de luta e iniciativas nas campanhas salariais, como o exemplo do Contrato Coletivo de Trabalho que abre novas perspectivas para a luta em defesa da liberdade sindical”

moeda, onde você pudesse ter certeza de que aquilo que se comprou hoje, você voltasse para comprar daí a alguns dias, estaria no mesmo preço. O Real foi significativo para os trabalhadores também, para a estabilidade econômica dos trabalhadores. Tanto é que hoje, num governo muito mais democrático, que é o governo Lula, nós não mudamos o Real.

E como foi a filiação a CIOLS?

Veja que engraçado. A CUT recebia muito mais ajuda externa antes da filiação à CIOLS. Depois nós passamos a ser também um ente contribuinte. Nós fomos ajudar a criar, por exemplo, a CUT paraguaia, porque já fazemos parte de um contexto maior. E qual era a minha defesa? Quando eu assumo a CUT, no primeiro congresso de fundação, estavam lá 5.000 trabalhadores, mas outros 5.000 de outros sindicatos estavam de fora, e aí passamos a fazer um debate pelo Brasil.

E depois mesmo com duas centrais, eu queria fazer um debate na filiação de um sindicato e dizia “olha aqui, não tem problema, se você não

quer se filiar a CUT se filia a CGT, mais se filia a uma central porque é importante”. Assim tão importantes para os trabalhadores como se juntarem em torno de um sindicato é importante as categorias se juntarem em torno de uma central porque só juntos vamos ter mais força.

Nós também entendemos que era importante a filiação a uma central internacional porque, mesmo antes de se filiar, nós buscávamos apoio de outras centrais, de outros países e de outros trabalhadores. Nós tínhamos aqui a Ford, que também tinha nos Estados Unidos, a Volks, na Alemanha, a Fiat, na Itália, o mundo globalizado não é de agora.

E eu nunca mudei a minha ideologia, nunca perguntei a ninguém qual era sua ideologia, nem como se deveria fazer a greve ou convocar os trabalhadores. Nunca perguntei absolutamente nada a ninguém.

Eu não queria me filiar a uma central socialista para seguir a orientação daquele governo socialista. Eu não queria me filiar a CIOLS para estar seguindo a orientação do governo americano.

Eu tinha que filiar a algum lugar tivesse correspondência. Não tinha nenhuma empresa da União Soviética aqui no Brasil. Não tínhamos correspondência. Não tínhamos lutas comuns a serem feitas.

Até o fim dos seus mandatos como presidente da CUT você pode ir enumerar com as foram as principais conquistas do movimento sindical?

Sem sombra de dúvida, a maior conquista nossa foi a redução da jornada de trabalho em 4 horas, coisa que nenhum outro país do mundo tinha conseguido na velocidade de nós conseguimos, e de uma só vez. Essa foi a maior conquista que nós tivemos. Acho que a maior derrota que nós tivemos, foi não ter conseguido, eu estava lá na época da Constituinte tentando articular junto aos deputados, o fim do imposto sindical. Agora, a redução da jornada foi a mais importante vitória porque é definitiva.

E a questão da participação da CUT na própria Constituinte, que de início foi polêmica?

→ 1994

MAIO

“I Grito da Terra”

A CUT, a CONTAG, o MST e outros movimentos sociais organizaram, o “1º Grito da Terra Brasil” contra a fome, a miséria, pelo emprego e reforma agrária.

Eu vejo como positiva. Eu fui deputado federal por dois mandatos. E na verdade, a política era uma coisa muito complicada. Nós impedimos votações de reformas como a da Previdência, quando éramos da oposição, que nos interessava depois aprovar quando nos tornamos situação. Na política não se tem uma classe organizada que luta constantemente em função de um objetivo. Na política você muda de acordo com as conveniências, é uma coisa muito mais complicada. E no movimento sindical não, nós íamos à Constituinte e queríamos a redução da jornada de trabalho, a organização de fábrica, que também conquistamos, e foi importantíssima, a organização por local de trabalho, fundamental você estar organizado e representado no seu dia a dia. Foram momentos importantes.

Esses avanços foram maiores ou menores levando-se em conta o que a CUT pode fazer na organização da sua base, dos sindicatos. Ao final dos seus mandatos ou, por fim, até hoje, o senhor acha que a CUT de massas teve êxito?
Na verdade teve êxito. Todo mundo é um pouco imediatista. Quando um sindicato faz greve, alguns dos resultados são imediatos. Ou seja, um reajuste salarial, negociou, fechou na assem-

bléia, aprovou e no mês que vem você recebe reajuste. Mas a CUT não era um sindicato, a central não é um sindicato. Ela na verdade faz muito mais reivindicações políticas, mais abrangentes, e os resultados não são necessariamente para o dia seguinte.

É um movimento, é mostrar que você tem força, é mostrar que está organizado, é colocar a discussão em pauta, e isso vai tendo reflexo no Parlamento, nas negociações com os empresários, com os governantes, que vão enxergando, que vão acomodando, às vezes, certas reivindicações.

Mas claro que ela teve muita importância no impeachment, na democratização do país, inclusive quando nos fundamos a CUT demos ali uma demonstração que não tínhamos mais a ditadura militar, e assim conseguimos avançar melhorar, e acho que o movimento sindical continua tendo importância muito grande na organização dos trabalhadores.

Hoje há quem diga que, com o reconhecimento das centrais, e existe para a possibilidade de pipocar entidades com menos representatividade. Qual sua opinião?

Eu continuo afirmando e acho que agora, não

vou falar nem da Força Sindical, nem da CGT, nem da CGTB, mas como cutista, porque jamais vou me esquecer de seus 11 anos em que passei à frente da CUT, desde a sua fundação, acho que nós perdemos uma grande oportunidade nesse país. Nós vivíamos falando e eu aprendi desde que entrei no movimento sindical, aprendi, aceitei e defendi o fim do imposto sindical.

Eu continuo crendo que só haverá uma reviravolta no movimento sindical se, efetivamente, acabar a contribuição compulsória, fazendo com em que o dirigente sindical fosse para a porta da fábrica. E que vá buscar a sustentação financeira junto aos trabalhadores. Lamentavelmente, eu assisti em Brasília, na Câmara dos Deputados, uma votação onde as centrais sindicais e a minha querida CUT pediram para se estender o imposto sindical para elas. Ali foi a perpetuação do imposto sindical. Com o imposto sindical haverá a proliferação das centrais.

O nosso objetivo era determinar com o imposto sindical, terminar com sindicatos de carimbo, reagrupar as categorias, como nos outros países, em que você tenha uma ou duas centrais.

A cada mês, no ministério do Trabalho, tem 80 novos pedidos, em média, de novos sindicatos no Brasil. Isso não para. ■

19 A 22 DE MAIO
V CONCURTO

Na cidade de São Paulo, com 1.918 delegados que aprovaram a luta pela

recuperação dos salários, redução da jornada de trabalho, por moradia, saúde e emprego dignos, reforma agrária. O congresso decidiu que a CUT priorizaria

as lutas nas questões de gênero e política racial. O metalúrgico Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, foi eleito presidente da CUT.



Delman Sérgio Ferreira

Ex- integrante da Executiva da CUT88, hoje Assessor Parlamentar

No período dessa gestão, que foi de 1988 a 1991 a CUT, em minha opinião, atingiu o patamar máximo de representatividade no Brasil. Se dizia na época que Jair Meneguete era um dos homens mais importantes do Brasil. Tinha o Sarney, vice-presidente, que não me lembro quem era na época, tinha os líderes partidários, e o Jair Meneguete, nesse patamar dos dez homens mais importantes do Brasil.

Lembro que na época da greve geral contra o Plano Verão, o Jair Meneguete foi chamado na presidência da República para discutir a greve, tal a força e representatividade dele naquela época. No período seguinte, de Collor, foi um período muito duro em que o Governo Collor usou uma tática muito radical de enfrentamento ao movimento sindical, com a avaliação clara que o movimento não estava preparado para aquele enfrentamento todo.

Houve a greve dos eletricitários, e pela primeira vez ficaram trinta dias em greve, uma categoria que estava acostumada há ficar uma semana e resolver tudo muito rapidamente. O Collor segurou por trinta dias, com apagões no Brasil, e ele tornou a greve uma questão de “status”, ele verbalizava pela imprensa que ou ele derrotava aquela greve ou a greve derrotava o governo.

Enfrentar os trabalhadores, quebrar o movimento sindical, foi uma questão central, ou seja, o governo Collor entrou com essa estratégia para implantar o neoliberalismo, para impor no Brasil a base para a implantação do “Consenso de Washington”. E a lei 8.031, da desatização, ele se viu obrigado a fazer o enfrentamento duro e quebrar o movimento sindical.

Por que isso, se em 1988 foi um ápice como você acabou de falar, como é que o movimento

sindical não estava organizado, arraigado, com capilaridade para enfrentar o Collor, que já era conhecido porque houve uma eleição duríssima para presidente da República contra Lula?

Primeiro, porque o debate classista era um debate que se dava nas direções sindicais, na superestrutura, não tinha chegado às bases. E mesmo que a tese do “sindicato de massas” tivesse sido vitoriosa, não teria tempo hábil para as bases se conscientizarem do tipo de enfrentamento que estava acontecendo. Só faltou dizer que o movimento sindical tinha direção, mas não tinha exército, esse na minha avaliação era o grande problema do momento. A direção estava disposta, a direção deu o rumo de qual era a estratégia que o movimento deveria adotar, mas as bases não estavam na mesma sintonia, porque não houve tempo de sair das teses para a prática.

A tática adotada foi a tentativa de, como se

dizia na época, “comer por dentro”, tentar via institucionalização, que deu esses dois rumos. Uma parte que tentou um caminho, outra parte tentou outro. Aqueles que tentaram o caminho via base, faziam que as bases viessem para o enfrentamento, conseguiu um enfrentamento maior na luta contra as privatizações.

Eu vejo assim o que ocorreu com o resultado das lutas: o setor de telecomunicações optou majoritariamente, houve divergência lá dentro também, mas a tese editorial foi à tese da institucionalização, de tentar diminuir o efeito da privatização, tentar negociar, tentar salvar o que fosse possível salvar. No setor tanto petroleiro, quanto o setor elétrico, optou-se pelo enfrentamento, ou seja, negar terminantemente a privatização. O resultado que se tem hoje é que o setor de telecomunicações foi integralmente privatizado, o Estado está completamente afastado desse setor e o setor elétrico conseguiu se salvar parcialmente e o setor petróleo integralmente.

O senhor falou que das duas tendências, uma queria um caminho mais classista e a outra foi para negociação, porque julgava não haver outra saída. Mas se em ambos os casos houvesse maior participação das bases sindicais, meio despreparadas, como você disse, o resultado teria sido outro? Quer dizer, essa pode ser a diferença em qualquer período?

Não tenho dúvida, acho que o resultado certamente seria outro. Porque com o enfrentamento o que estava em disputa veio às ruas, a população se assenhoreou do que estava sendo discutido e passou a participar. No caso, do setor elétrico, em que o Governo Fernando Henrique adotou a tática

de privatizar primeiro as empresas estaduais, mas houve estado em que a população impediu a privatização e tudo isso foi a partir da resistência que o movimento sindical ofereceu, esse movimento foi para as ruas e a população se engajou caso típico de Santa Catarina.

Em Santa Catarina nós fizemos um estudo interessante na época, fizemos uma revista, e fomos para a população perguntar qual a ligação que elas tinham com a Celesc e descobrimos histórias emocionantes de pessoas que levavam os trabalhadores que estavam esticando linhas nas ruas para suas casas para almoçar, davam cestas de frutas, as mulheres levavam lanches de tão agradecidos. Então, as pessoas consideravam a Celesc, um patrimônio e os trabalhadores também. Quando elas viram a ameaça de perder aquilo, foram para as ruas e fizeram o enfrentamento, numa luta política da sociedade catarinense. Isso aconteceu em Minas Gerais, no Paraná, houve de fato uma luta incorporada pela sociedade.

Qual foi o resultado da luta?

Essas empresas que eu citei continuam estatais, o povo venceu. O mesmo se deu nas grandes empresas, por exemplo, Furnas, a Chesf, a própria Eletronorte, que eu digo foram capitaneadas pelo movimento sindical, por que os primeiros movimentos, as primeiras conversas para fazer esse enfrentamento foram feitas para pelo movimento sindical. Nessas regiões, o Nordeste tinha a Chesf, o Sudeste com Furnas e a região Norte, ali os setores políticos, os setores da sociedade, a própria imprensa, se posicionaram contrariamente à privatização. E ofereceu-se resistência.

Na Eletronorte eu participei de reuniões fe-

chadas, em que se discutiu a elaboração de outro modelo para Eletronorte, para oferecer contra a proposta de privatização e a partir daí, começou a se produzir revistas, que se distribuía no Congresso, então isso alimentou o enfrentamento, tudo isso feito junto com a categoria, cada movimento que fazíamos trazia categoria.

Talvez, poucos lembrem, mas os trabalhadores da Eletronorte protagonizaram uma cena que se tornou histórica no Supremo, eles foram com notas de dinheiro e vendas pretas nos olhos e sacudiam dinheiro, num julgamento que o Supremo ia fazer, e com esse ato, suspendeu-se o julgamento e ele não voltou à pauta tão cedo.

Então vamos pegar esse ponto que, que inclusive, faz parte da Tese 10. “A estratégia frente à transnacionalização da economia”. O que faltou a CUT fazer, ou será que ela fez tudo que podia e não conseguiu, para evitar as grandes privatizações, como a Vale do Rio Doce?

Bom, eu vou fazer uma avaliação com certa crítica. Eu acho que a CUT chegou atrasada nesse movimento, por que quando a CUT adotou a via institucional, optou por disputar espaço no Conselho do FGTS, no CONFAT, nesses conselhos. Optou por tentar eleger, apostar na eleição de dirigentes sindicais para cargos eletivos, principalmente no Parlamento, e se afastou muito da organização de base, se afastou do enfrentamento.

Quando ela quis chamar os trabalhadores para o enfrentamento, não tinha mais aquela representatividade, os trabalhadores não viam mais naquele dirigente o seu interlocutor imediato, aquele com quem ele tinha contato, intimidade, então eu acho que faltou isso.

1995

MARÇO A MAIO

Campanha Nacional Contra as Reformas Neoliberais de FHC

Um dos eixos principais foi a defesa

da Previdência Pública. O dia 1º de Maio refletiu a insatisfação popular contra as reformas neoliberais. No dia 03 de maio teve início a greve dos trabalhadores do setor público e das estatais, sobretudo dos petroleiros,

Eu digo isso porque os sindicatos os setores em que se manteve essa ligação, dos dirigentes com a categoria, esse setores tiveram voz de comando, tiveram mais agilidade para organizar a categoria e fazer com ela fosse para ruas fazer enfrentamento. E houve também um vacilo, nos casos mais emblemáticos, tanto da Vale, tanto dos setores de telecomunicações, que as direções optaram por negociar com o governo, o Governo Fernando Henrique, que usou aquelas câmaras setoriais, e eles optaram sentar nas câmaras setoriais e tentar tirar algum ganho, fosse na forma de reduzir ou impedir demissões, na forma de preservar algum patrimônio.

Isso legitimou o processo de privatização sem a menor dúvida, enquanto que os setores que optaram por não sentar e fazer o enfrentamento, conseguiram preservar, ou seja, foram mais bem sucedidos na intenção de preservar o patrimônio, do que o outro que se sentou, dizendo que iria preservar o patrimônio daquela forma.

E onde isso fica claro para todos, é na Petrobrás, a Petrobrás tinha algumas características muito favoráveis a, por ser uma empresa única, por ser uma empresa que tem um simbolismo da população muito forte. Então quando os sindicatos e os trabalhadores da Petrobrás chamaram a população para defender a empresa, a população respondeu ou pelo menos se percebia que a população não permitiria a privatização da Petrobrás nas formas tradicionais, como vinha ocorrendo.

Mas colocado assim parece que se foi negociar em detrimento da mobilização?

Não assim dessa forma tão clara, tão consciente, tão zero um, ou uma coisa ou outra,

mas o esforço todo se concentrou na mesa de negociação e houve menor esforço no sentido de organizar a categoria, enquanto que a outra tática foi organizar a categoria sem se negar sentar para negociar, não tendo ilusões de que da mesa de negociações iria sair alguma solução.

Discutia-se muito na época, qual era a real determinação do Governo Fernando Henrique em levar dinheiro daquele projeto de Estado mínimo? Então havia quem acreditasse que mesmo dentro do PSDB, dos setores que defendiam, existiam nessa ala existiriam os setores nacionalistas que não aceitariam, aqueles que torcem muito por militares, não permitiriam a destruição do Estado brasileiro, então, essa tese do Estado mínimo teria resistência no próprio campo que defendia a Tese.

Eu coloco reticências ao afirmar isso, por que ninguém dizia isso, “não deixa a categoria, que nós vamos sentar e resolver por ela”, todo mundo defendia a mobilização, só que defendia, mas não praticava, não ia de fato mobilizar, não organizava nenhuma tática de enfrentamento, quem fez o enfrentamento foi principalmente o setor de elétrico e o setor dos petroleiros, naquela greve famosa que o Fernando Henrique combateu, duríssima.

Outro ponto aqui que também saiu da Tese 10 era a autonomia diante das centrais sindicais internacionais, mas, no entanto, houve a filiação à Ciolis?

Essa é outra questão em que a gente tem um discurso e uma prática, na realidade, o discurso era pela autonomia, todas as teses defendiam a autonomia entre as centrais, mas na prática a direção da CUT foi estabelecendo laços e convênios com organizações sindicais eu-

ropéias, que eram alinhavam às Ciolis. E esses convênios possibilitaram a criação dos centros de formação da CUT, a CUT criou aquele Instituto de Formação, todo um programa de formação da CUT, que foi muito bem organizado, diga-se de passagem, mas que foi financiado por essas centrais, então houve um alinhamento, não explícito, mas concreto, de fato.

Outro ponto aqui é em relação às lutas pelo emprego e redução de jornada, mas em alguns casos isso foi bem sucedido, teve até a redução de 48 para 44 horas.

Eu acho que essa é uma luta histórica, uma luta que remonta o século 19, que foi se avançando gradativamente. A CUT fez um bom trabalho na luta pela redução d jornada, sentido, no limite do que era possível.

Como uma forma de instrumentalizar o neoliberalismo, nós vivemos no Brasil um período, tanto do Collor, como no início do governo Fernando Henrique, passando pelo Governo Itamar, que foi a chamada reengenharia, novas metodologias de gestão das empresas, metodologias importadas do Japão, “toyotismos”.

Criaram-se unidades de negócios independentes entre si, praticamente a mesma empresa tinha várias unidades de negócios, que dependiam entre si e que sobrecarregavam os trabalhadores. Reduziu-se o número de trabalhadores, que tinham mais responsabilidades, uma prática que ocorreu ao longo dos anos 90. E que também era muito difícil de fazer enfrentamento e apesar disso a CUT foi muito bem sucedida na conquista dessa redução, esse foi um ponto muito positivo.

E as comissões de fábricas?

Comissão de fábrica seria um capítulo à parte,

→ 1995

com duração de 32 dias, considerada a principal luta de resistência à política de privatizações do Estado promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

30 DE AGOSTO A 02 DE SETEMBRO

Plenária Nacional da CUT - Zumbi dos Palmares

Em São Paulo, a CUT e os 369 delegados homenagearam o líder negro Zumbi dos Palmares.

Uma das principais resoluções tratou do “Sistema Democrático de Relações do Trabalho”, que pretendia modernizar a legislação sindical do país. A CONTAG se filiou à CUT.

Extrato da Tese 10

“A desqualificação do trabalhador é intensa e o poder do capital aumenta frente à diminuição do número de trabalhadores sindicalizados, de 26% nos anos 50, para 15% atualmente, além das dificuldades crescentes de mobilização sindical nas potências capitalistas”

a gente poderia discorrer muito tempo, porque as correntes que defendiam a CUT de massas e os enfrentamentos, a partir das bases, defendiam a institucionalização das comissões de fábrica. Aí havia uma discussão, se as comissões seriam vinculadas às direções sindicais ou autônomas, organizadas pelos próprios trabalhadores em cada setor. Foi uma discussão que tomou muito tempo e acabou, redundou em nada, se perdeu no tempo e não teve resultado prático.

Qual é a sua visão geral do movimento sindical e popular de hoje?

Eu vejo uma diferença muito grande, eu acho que é um problema que está se tentando refletir. Naquela década de 90, o Brasil estava pensando em si mesmo, saindo de uma ditadura e estava querendo implantar um novo Estado. Que Estado seria esse é o que estava em discussão.

A partir das diversas visões sobre que forma a sociedade brasileira iria se organizar, se estruturavam também as correntes sociais, dentro do movimento social as diversas correntes, nos setores políticos, empresariais, essa discussão também

se deu. Era uma discussão muito viva, o Brasil estava se pensando naquele momento, mas essa discussão parou e não teve continuidade.

Isso está na base da situação em que se encontra o movimento sindical hoje, muito indefinido, meio sem rumos, particularmente da CUT, porque grande parte dos dirigentes passou a ocupar cargo do Governo Lula. Então existe uma confusão, se o movimento sindical é parte do governo, se não é parte do governo, se ele deve defender todas as posições do governo, se ele não deve fazer essa defesa, isso não está muito claro.

Qual a sua opinião?

Em minha opinião nós devemos discutir que tipo de Brasil nós queremos e a partir daí fazer o entendimento se os programas do governo apontam para esse rumo ou não. Acho que um bom exemplo é o MST, que tem mais ou menos claro, quais são posições de governo que apontam no mesmo rumo e as que não apontam ele enfrenta, não deixou de fazer enfrentamento, não deixou de mobilizar. Ou seja, ele tem uma visão de Brasil e luta por essa visão.

O movimento sindical deveria ter essa à mesma fase de formulação, deveria ter claro, o mais claro possível, qual é o papel dos trabalhadores dentro desse novo Brasil, porque nós estamos caminhando em alguma direção, podemos estar caminhando meio a esmo, mas vamos em alguma direção.

Então, que papel os trabalhadores devem ocupar nesse novo país que sairá do Governo Lula? Fazendo seu sucessor ou não, depois do Governo Lula, nós teremos um novo Brasil.

Que papel os trabalhadores ocupam nesse novo país, acho que isso o movimento sindical não tem claro e deveria se debruçar.

O X CONCURTO é uma boa oportunidade para fazer esse debate.

Só uma resposta rápida. O item “Conjuntura atual e tarefas da CUT”, termina exatamente assim: “Para corresponder a tal dimensão histórica, o III CONCURTO dá corpo em suas resoluções ao compromisso e as tarefas de uma CUT classista, combativa e de massas”. Chegou-se lá?

De forma alguma, está muito distante disso, era um slogan que não se materializou. ■

1996

21 DE JUNHO

**Greve Nacional pela
Manutenção dos Direitos**

A greve contra as políticas neoliberais

de FHC foi deflagrada em todo o país. Organizada pela CUT, CGT e Força Sindical, tinha como principais reivindicações emprego, salário, reforma

agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. Aproximadamente 12 milhões de trabalhadores paralisaram os serviços em todo o Brasil.

Antonio Carlos de Andrade

Fenasp, hoje Assessor Parlamentar



Nós podemos dizer que o movimento sindical brasileiro tem dois momentos fundamentais: antes e depois da criação da Central Única dos Trabalhadores. A experiência da classe operária brasileira, dos setores médios, do sindicalismo foi uma, desde os históricos anos 20, quando da criação da primeira central sindical brasileira, em São Paulo, com presença forte também no Rio de Janeiro, alguma coisa em Pernambuco.

A primeira experiência fundamental foi a COB, cujo Congresso histórico aconteceu, se

não me engano nos anos de 1917, durante a primeira grande greve geral dos trabalhadores brasileiros. Logo após teve o congresso fundacional, e temos a experiência da primeira central operária do nosso país, com uma forte repressão a esses trabalhadores.

Aliás, a questão sindical nos primórdios da organização e a criação das entidades sindicais, sempre foram tratadas como caso de polícia pelo Estado brasileiro, dada não só a ignorância do patronato, à época, mas pelo momento histórico. O grande medo e pavor das elites bra-

sileiras com a possibilidade de repetir-se aqui, a histórica Revolução de Outubro em 1917 na União Soviética. Depois veio Getúlio e a ditadura do Estado Novo, em só tivemos pouquíssimos intervalos de democracia no Governo de Juscelino e João Goulart. Exatamente aí houve uma retomada vigorosa das organizações sindicais e uma presença grande dos trabalhadores no cenário político desse momento histórico de Juscelino, de 1955 a 1964.

Mas o que eu dizia inicialmente é que uma experiência como a da Central Única dos Tra-

balhadores não tem um paralelo na história de nosso país.

A partir de 1964, com o desmantelamento das organizações sindicais combativas, só ficou o sindicalismo oficial, sindicalismo de Estado, sindicalismo vinculado ao Ministério do Trabalho, e com sua característica de ação pelega. Como chamávamos e chamamos o movimento sindical que contribuiu muito no período inicial da ditadura, para aplacar as lutas de resistência da classe trabalhadora no nosso país.

De qualquer maneira, o surgimento da CUT foi um corolário. Foi um acúmulo de lutas e experiências sindicais importantes nas décadas de 70 e 80 que permitiu a aproximação e a unidade de diversos setores que se opunham à estrutura sindical oficial brasileira e, conseqüentemente, propunham um novo modo de organização sindical, pela base, baseado nas comissões de fábrica, baseado na organização livre dos trabalhadores, contra ao atrelamento ao Ministério do Trabalho.

No setor privado e no setor público, a luta foi pela reconquista de entidades sindicais, que no período anterior a 64 tinham uma presença importante na luta de classes, na mobilização sindical e que, após os anos 80, também aparecem com muita força na retomada do movimento sindical combativo e autêntico no nosso país.

É o caso das históricas greves de professores das redes públicas de ensino, médicos e trabalhadores do serviço público, dos petroleiros, bancários, metalúrgicos, que junto com outras categorias que apareciam com muita força no movimento sindical, possibilitaram a criação de uma central sindical que reunisse, unitariamente, todas as organizações de trabalhadores.

O passo inicial foi à histórica Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em Santos, a primeira CONCLAT, em 1981, cujo resultado foi uma divisão do movimento sindical. Os setores que nós classificávamos então como pelegos, subservientes ao governo militar, permaneceu com essa idéia de criar algo que combinasse a estrutura sindical estatal, vinculada ao Ministério do Trabalho, com alguma coisa que pudesse reunir o conjunto da classe que estava em movimento.

Os pelegos também não eram bestas, não queriam perder o seu aparato, o seu prestígio, enfim, aquilo que eles acumularam ao longo dos anos. E pelo lado combativo, pelo lado em que estávamos, propúnhamos exatamente que a CONCLAT apontasse para a criação de um instrumento que unificasse todos os trabalhadores. Daí surgiu a idéia da Central Única dos Trabalhadores, que veio se materializar somente em 1983.

Quando nós conseguimos reunir no histórico congresso realizado no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, mais de 5 mil trabalhadores, vindos de todo o país, do campo e da cidade, do setor público, das fábricas, de serviços, foi um momento muito importante.

Por isso, que eu disse de corolário, de junção, de todas as experiências, de resistência à ditadura militar e já experiências novas de organização pela base, comissões de fábrica, comissões de banco, organizações sindicais dentro de repartições públicas, entidades livres.

Do congresso de fundação da CUT, até o período em que eu permaneci como membro da Executiva Nacional da CUT, de 1984 até 1992, eu tive uma das experiências mais importantes

da minha vida, como trabalhador, como sindicalista do setor público. A CUT foi uma ferramenta que surgiu no seio da classe trabalhadora, no principal estado industrializado do país, São Paulo, principalmente na região do ABC. Mas se não fosse também o concurso desses milhares de jovens, a época jovens e entusiastas sindicalistas do setor público, das estatais, da área rural, de pequenos proprietários, talvez a CUT não tivesse tido o êxito que teve naquela ocasião. Para ser a central sindical mais importante da América Latina, sinceramente, a que tinha o melhor enraizamento em sua base e a que tinha as propostas do ponto de vista programático, mais revolucionárias do nosso país.

E o que marca a sua lembrança, o que houve de mais importante e especial no III CONCUT?

Basicamente, a CUT faz um giro muito importante em sua doutrina, em sua concepção fundacional. A CUT propunha de forma radical, no exato sentido da palavra, uma ruptura com a estrutura sindical desse país, propunha claramente o fim imposto sindical, o sindicato organizado segundo a organização da base dos seus trabalhadores. Propunha, além disso, o fim de toda a vinculação dos sindicatos ao ministério do Trabalho, não era só a questão do fim do imposto sindical, mas era principalmente a questão de dirigir, de criar, de levantar uma nova estrutura sindical no nosso país.

Essa estrutura deveria representar a base do movimento que surgia e colocar em ação um novo sindicalismo, baseado nas comissões de fábrica, baseado na organização por local de trabalho, as famosas, eram chamadas por umas siglazinhas,

→ 1996

29 A 30 DE AGOSTO

Plenária Nacional da CUT – “Canudos”

Em São Paulo, com 371 participantes. Esta Plenária homenageou Canudos, movimento

popular do Nordeste, nos últimos anos do século XIX. A plenária discutiu e aprovou a realização da campanha “Reage Brasil - Contra as Políticas Neoliberais de FHC”.

A CUT apresentou aos movimentos sociais organizados a proposta de realização de uma Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania.

OLTs, onde os trabalhadores decidissem sobre o que fazer em suas unidades de trabalho, com autonomia grande, em relação à própria direção do sindicato. Propunha, entre outras coisas, o fim do imposto sindical, substituído por uma contribuição que fosse votada pelos próprios trabalhadores, além, de constar do programa da CUT, aquela época, lutas fundamentais.

Considerando que essa é a tomada de posição também muito importante do movimento sindical representada pela CUT à época, os trabalhadores não deveriam fazer a luta apenas por salário, porque sabíamos que havia uma dimensão em que os trabalhadores necessitavam de algo mais do que salário, para o seu próprio bem estar, o bem estar de sua família, para o bem estar de sua comunidade e do local de moradia.

Por isso a CUT a luta pelas políticas sociais, a luta em defesa de reivindicações que não eram aquelas clássicas de uma pauta sindical. A CUT chega há 1988 em seu III Congresso com uma resolução fundamental, de que o movimento sindical brasileiro apoiaria as lutas de interesse da classe trabalhadora na sociedade, organizando nos seus sindicatos as suas comissões, que também cuidariam da saúde do trabalhador, com uma visão de políticas sociais da maior importância.

Então organizaria os grupos de saúde do trabalhador, a das mulheres e a defesa de suas reivindicações. A questão relacionada à saúde e previdência social dos trabalhadores passa a ter uma importância muito grande nas pautas e no processo de negociação com o patronato, como também a melhoria das condições no local de trabalho, combinada com lutas gerais que a so-

cidade levantava à época.

Era uma visão classista da conformação do Estado, na verdade?

A CUT passa realmente a ter uma concepção classista, na acepção da palavra, uma Central mais popular. Mas além de defesa da classe trabalhadora enquanto classe, a CUT também empunha bandeiras que são do interesse de todo o povo, compreendendo que o trabalhador mora num bairro, vive num bairro, têm demandas concretas naquela comunidade, que dependem de outros segmentos do Estado brasileiro.

Portanto, eu diria também que 1988 é um marco assim, com o classicismo fundacional da CUT, mas não era até então uma mudança que preocupasse até então. Porque era o retrato da adequação de uma ação sindical num momento histórico que o país vivia, que a luta de classes na sociedade vivia. Você não podia ficar centrado só na reivindicação puramente econômica e sindical daquela pauta encaminhada ao patronato. O sindicato assumia outra conotação dentro da luta política e social que se travava no Brasil.

Então todo o movimento sindical anterior à fundação da CUT e anterior ao golpe era um movimento sindical em defesa da classe trabalhadora, da maioria do povo, que a CUT não só retoma como aprofunda?

Sem dúvida, sem dúvida alguma, é correta a observação. Eu tenho essa leitura desse momento da própria evolução da Central. Agora, eu diria que até essa época, a CUT não teve, em minha opinião, penso que na opinião da maioria dos seus dirigentes nenhum tipo de desvio da

sua missão fundacional. Defender a classe trabalhadora, defender a sua pauta, suas reivindicações, com a defesa das reivindicações de todo o povo. Isso sempre teve. Inclusive está escrito nos estatutos da Central, aprovado em São Bernardo do Campo.

É importante registrar isso porque o estatuto, no seu primeiro artigo, diz que a CUT lutará pelos interesses da classe trabalhadora e das reivindicações dos trabalhadores brasileiros. Nunca fez distinção entre um trabalhador de macacão, um trabalhador de serviço público ou um camponês do nosso país. Isso é algo importante, também, da fundação da nossa central. E chegaria, então, no tema fundamental e crucial: qual o momento de mudança em relação à política da CUT diante do processo de re-democratização em que o país vivia e diante da influência que a Central recebeu de alguns centros mundiais do sindicalismo?

Eu quero registrar isso como uma questão importante porque não é um fato que aconteceu por acaso na mudança de paradigmas, na mudança de olhares da nossa Central sobre o mundo do trabalho. A partir do III CONCUR, em 1998, com uma aproximação maior da CUT às centrais sindicais européias, ligadas aos pólos mundiais do sindicalismo, particularmente aos pólos da social-democracia e da democracia-cristã, importante fazer aqui um breve registro, é que a CUT existiu em seus primeiros anos. Graças à solidariedade internacional.

Vieram muitos recursos oriundos dessas centrais sindicais operárias da Europa, recursos dos centros de capacitação e formação dessas cen-

1997

ABRIL - MAIO

Campanha “Reage Brasil” - Contra o Neoliberalismo de FHC

A campanha “Reage Brasil, Contra as

Políticas Neoliberais de FHC” ganhou as ruas, com paralizações e passeatas no ABC. Entre os dias 2 e 4 de abril foi realizada, em Brasília, a Conferência

Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania, dando origem ao Fórum Nacional de Lutas. No dia 17 de abril aconteceu o Dia Nacional

trais sindicais ou até de ONGs, que já existiam e eram muito fortes, principalmente na Europa. Eram uma das fontes principais de solidariedade e de apoio as lutas que se desenvolviam aqui no nosso país. Mas isso não foi gratuito.

O que eu quero dizer é que essa solidariedade acabou fazendo com que houvesse uma aproximação, também ideológica, de nossos principais dirigentes da Central a esses centros mundiais do sindicalismo, principalmente do ocidente; porque nunca a CUT teve uma aproximação maior com o sindicalismo que vinha da antiga União Soviética ou dos países próximos ideologicamente da União Soviética.

Dá para nominar?

No caso da Europa a Ciols foi a central sindical européia que mais praticou a solidariedade com a CUT. Depois nós tivemos outras organizações sindicais, principalmente da Itália, França e Alemanha. E suas entidades de apoios e suas ONGs, vinculadas a essas centrais, como as principais financiadoras de projetos da Central Única dos Trabalhadores. Quero dizer, projetos que foram executados, projetos que tinham absoluta transparência na sua execução, apoio ao movimento sindical agrário, tanto de pequenos quanto de trabalhadores sem-terra, apoio aos atingidos por barragem. Era apoio às oposições sindicais do Brasil, que lutavam contra o sindicalismo oficial, toda essa rede de solidariedade. Mas tudo isso dentro de uma concepção de uma central sindical que se relacionasse com todos os segmentos sindicais mundiais. Mas na verdade havia uma preferência da CUT em relação às centrais da Europa Ocidental.

O texto que segue abaixo é um trecho de “Concepção e Prática Sindical”, aprovado no III CONCURT. É o item “Superar as posições vanguardistas nos sindicatos”:

“A luta dos trabalhadores por salários e melhores condições de trabalho se desenvolve hoje no interior do sistema capitalista e faz parte da própria natureza do sindicato. Porém, se na luta reivindicatória a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas massas em movimento contra os patrões e o Estado estarão de forma decisiva contribuindo para formar uma consciência anticapitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo.”

O que está citado é contrário ao conceito de social-democracia. Esse aspecto que o senhor acabou de citar não gerou controvérsias?

Gerou sim, esse momento é caracterizado por uma mudança conceitual programática e por que não dizer até de objetivos, quando a CUT tem essa aproximação com esses centros mundiais do sindicalismo, da social-democracia, ou da democracia-cristã, muito mais da social democracia, mas também havia entidades de solidariedade e apoio a CUT que eram mantidas pela democracia-cristã européia. Isso muda efetivamente o quadro da CUT, apesar de que nessa década governava o Brasil o Collor de Melo, que sucede a José Sarney.

Foi um momento de muitos conflitos sindicais, eram greves pipocando em todos os cantos do Brasil e a CUT sempre presente nessa mobilização e nesses movimentos, portanto, tinham as negociações, tinham as greves, os conflitos sindicais eram intensos, mas a gente já começa-

va a observar na CUT uma mudança em relação ao desfecho dessas lutas.

O Senhor poderia exemplificar isso?

Exemplifico, perfeitamente. A CUT passa a participar de esferas do Estado brasileiro. Vou dar um exemplo concreto aqui, quando foi criado o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, a CUT foi convidada a fazer parte do seu Conselho Nacional. O Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador, isso por si só, não descaracterizaria a CUT, de jeito nenhum, porém essa participação da institucionalidade, a partir desse momento histórico, que estamos aqui situando, faz com que a CUT também mude um pouco o foco de sua atuação, a substituição da luta direta, da greve, da mobilização pelo processo negocial.

A CUT passa a ter uma verdadeira obsessão pelo processo de negociação, tudo que a gente assistia eram muitas viagens dos principais dirigentes da Central Única dos Trabalhadores para sentar com ministros, com secretários de Estados, com secretários no âmbito estadual, quando tinha uma greve importante no Estado.

Ou seja, a luta direta vai sendo substituída pelo processo de negociação e também notamos no âmbito programático da Central, um rebaixamento de suas teses originais, radicais, de confronto, de uma central e um sindicalismo classista por um sindicalismo de negociação, mesmo que completamente diferente daquilo que já pregava Luiz Antonio Medeiros, no que veio depois denominar-se Força Sindical, que era negociação a qualquer custo, por debaixo dos panos e negociação de cúpula.

A CUT manteve, eu diria assim, quase que

de Lutas, marcado por manifestação, paralisações e um grande ato em Brasília com mais de 50 mil pessoas.

13 A 17 DE AGOSTO - VI CONCURT

Em São Paulo, com 2.266 delegados, que decidiram articular a luta contra a aprovação das reformas administrativa e previdenciária

de FHC e impulsionar a luta contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Vicentinho foi reconduzido à presidência da CUT.

ENTREVISTA | ANTONIO CARLOS DE ANDRADE

um departamento negocial em sua direção nacional, e preparou com base no modelo de organização e funcionamento das centrais sindicais da social-democracia o seu departamento de negociação. Houve gradativamente, em minha opinião, no que eu vi, presenciei e vivenciei da história da CUT, a substituição da luta direta, da greve, do conflito e do confronto.

A postura a partir dessa época, principalmente, 88, 89 e 90, quando houve importantes greves nesse país, inclusive gerais, foi por força da influência do sindicalismo europeu que eu aqui relacionei essa mudança de postura, valorizando mais as chamadas mesas de negociação. Uma verdadeira tara, eu vou chamar assim porque eu vivenciei isso, pelos tais contratos coletivos de trabalho, negociação coletiva de trabalho, mesa de negociação permanente, fórum permanente de negociação, todos esses nomes que permearam a história da nossa Central próximo dos anos 90, da década passada.

Nesse período que o senhor acabou de citar, o Brasil se tornou acentuadamente neoliberal. Em sua opinião, como a CUT enfrentou o período neoliberal, que foi drástico para os trabalhadores?

Foi um grande golpe para a classe trabalhadora, para suas organizações, a introdução em escala planetária desse modelo econômico que nós denominamos neoliberalismo. O ataque principal dessa corrente econômica foi contra os direitos da classe trabalhadora em escala mundial. Retirada de direitos, a primazia da negociação, rebaixando e retirando direitos da classe trabalhadora e principalmente por essa ação

devastadora na base, com o chamado rearranjo das plantas produtivas.

Os contratos coletivos tinham cláusulas que permitia ao patronato demitir, demissões em massa, novas tecnologias que foram substituído mão de obra. Foi um momento devastador em escala planetária para a classe trabalhadora e suas organizações. No entanto no Brasil, na minha avaliação, essa realidade poderia ter sido enfrentada com maior vigor pela Central Única dos Trabalhadores.

Esse canto da sereia, eu vou classificar assim, das mesas de negociação permanente, ou transitórias, ou passageiras, essa idéia fixa de tentar pela negociação, pelo diálogo, pela colaboração, manter empregos e manter algum benefício da classe trabalhadora para mim foi um gesto suicida da CUT nesse período a que nos referimos. Ela passa de uma Central que confrontava, que negociava sim, mas que ia para o confronto, para uma Central que priorizou o chamado processo negocial numa conjuntura extremamente desfavorável para a classe trabalhadora.

É contraditório dizer isso por que qualquer sindicalista poderia chegar e dizer, “Olha Toninho, se não nós não temos emprego, se a economia está em crise, o que, que o sindicato tem que fazer, é tentar minorar os efeitos da crise, é sentar à mesa, não é fazer greve, por que a greve daria demissão”.

Eu discordo dessa visão, dessa lógica, para mim é exatamente no período de crise que a classe trabalhadora é quem mais sofre, os sindicatos deveriam ter a postura do confronto, do conflito, na defesa intransigente das reivindicações da classe a que representa.

Já que o senhor foi secretário de Políticas Sociais e Públicas da CUT, poderia fazer uma avaliação sobre quais foram as consequências para sua para o andamento dessa área?

Veja, aí eu tenho que falar de outra questão fundamental para compreender a nossa presença como dirigente nacional da CUT. Eu diria que também na CUT consolidou uma direção majoritária e com todo mérito porque representava a maioria dos sindicatos da Central, que, aliás, é a direção que hoje está unanimemente dirigindo a Central Única dos Trabalhadores. Mas essa corrente de pensamento sindical impriu essas mudanças a que me referi a pouco, em direção a uma Central de negociação, uma Central mais colaborativa com o mundo do capital, fortalecendo mais as mesas de negociação, do que a luta direta. E esse setor majoritário derrotou, repito uma derrota legítima, ou uma vitória legítima deles, porque derrotaram os setores minoritários da CUT, os setores da esquerda socialista que estavam dentro da Central Única dos Trabalhadores.

Eu pertencia a esse segmento da esquerda cutista, nós não tínhamos maioria para mudar as diretrizes congressuais ou de plenárias, ou do dia a dia da Executiva Nacional da CUT, rumo às teses originárias, as teses fundacionais da nossa Central. Então passamos a atuar na CUT, enquanto secretarias que ocupávamos, buscando ampliar uma concepção mais revolucionária, mais combativa para a nossa Central Sindical.

Quando eu, por exemplo, assumi a Secretaria de Políticas Sociais, tinha uma realidade posta nos anos 90 que os movimentos sociais cresciam muito. Conferências nacionais de categorias, de

→ 1997

06 A 12 DE NOVEMBRO

Caravana Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores

Passando por mais de 300 cidades em

todo território nacional, a caravana em defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial da Previdência Pública, terminou em Brasília.

06 DE DEZEMBRO

Encontro Popular Contra o Neoliberalismo, por Terra, Trabalho e Cidadania

“A desqualificação do trabalhador é intensa e o poder do capital aumenta frente à diminuição do número de trabalhadores sindicalizados, de 26% nos anos 50, para 15% atualmente, além das dificuldades crescentes de mobilização sindical nas potências capitalistas”

segmentos sendo organizadas, o avanço do próprio MST, a ocupação de terras por atingidos por barragens, movimentos sociais urbanos importantes também, o movimento por moradia no Estado de São Paulo, ou na Bahia, ou em Pernambuco, enfim, essa mobilização não passou despercebida na nossa Central. Que nesse particular conferiu a autonomia para que essas secretarias pudessem atuar e foi graças a isso que a CUT se fez presente em inúmeras lutas sociais dos anos 90.

Na sua visão, o que teria que ser feito ou reparado hoje, qual que é a saída para tudo isso?

Se eu ainda estivesse na Central Única dos Trabalhadores eu faria um movimento pela refundação da Central, eu diria que esse movimento estaria fundado, assim, nas seguintes questões:

- combates sem tréguas a todas as políticas econômicas que retirassem direitos da classe trabalhadora;
- combate sem tréguas à estrutura sindical vigente no nosso país.

Por isso que eu chamo refundação, porque a CUT surge exatamente com essa bandeira e a abandona ao longo de sua trajetória. Eu diria também que hoje seria fundamental a plena, a plena autonomia da CUT, em relação a governos, tanto governo central, governo federal, contra governos estaduais e governos municipais, essa é uma questão, eu diria de vida e morte para uma organização sindical, porque quando ela passa a colaborar com as instituições do Estado, com os governos, uma Central Sindical perde a sua autonomia.

E esse princípio sindical para mim, na minha análise, a CUT infelizmente perdeu, e até registro isso com tristeza. A CUT perdeu, saiu de seu ventre, os militantes representados pela nossa concepção política e sindical, a CUT perdeu os militantes que eram vinculadas ao PSTU antigamente, a CUT perdeu os militantes e sindicalistas do PCdoB e a CUT perdeu militantes e sindicalistas que num determinado momento estiveram nesse movimento.

Portanto, se essa concepção atual da Central Única dos Trabalhadores é correta, a história vai dizer, vai apontar. Em minha opinião, se estivesse ainda na CUT como sindicalista, defenderia um retorno às suas origens.

Que é o sindicalismo absolutamente radical, de base, que defendesse radicalmente os princípios da classe trabalhadora, suas reivindicações históricas e principalmente, uma organização autônoma do Estado e do patronato.

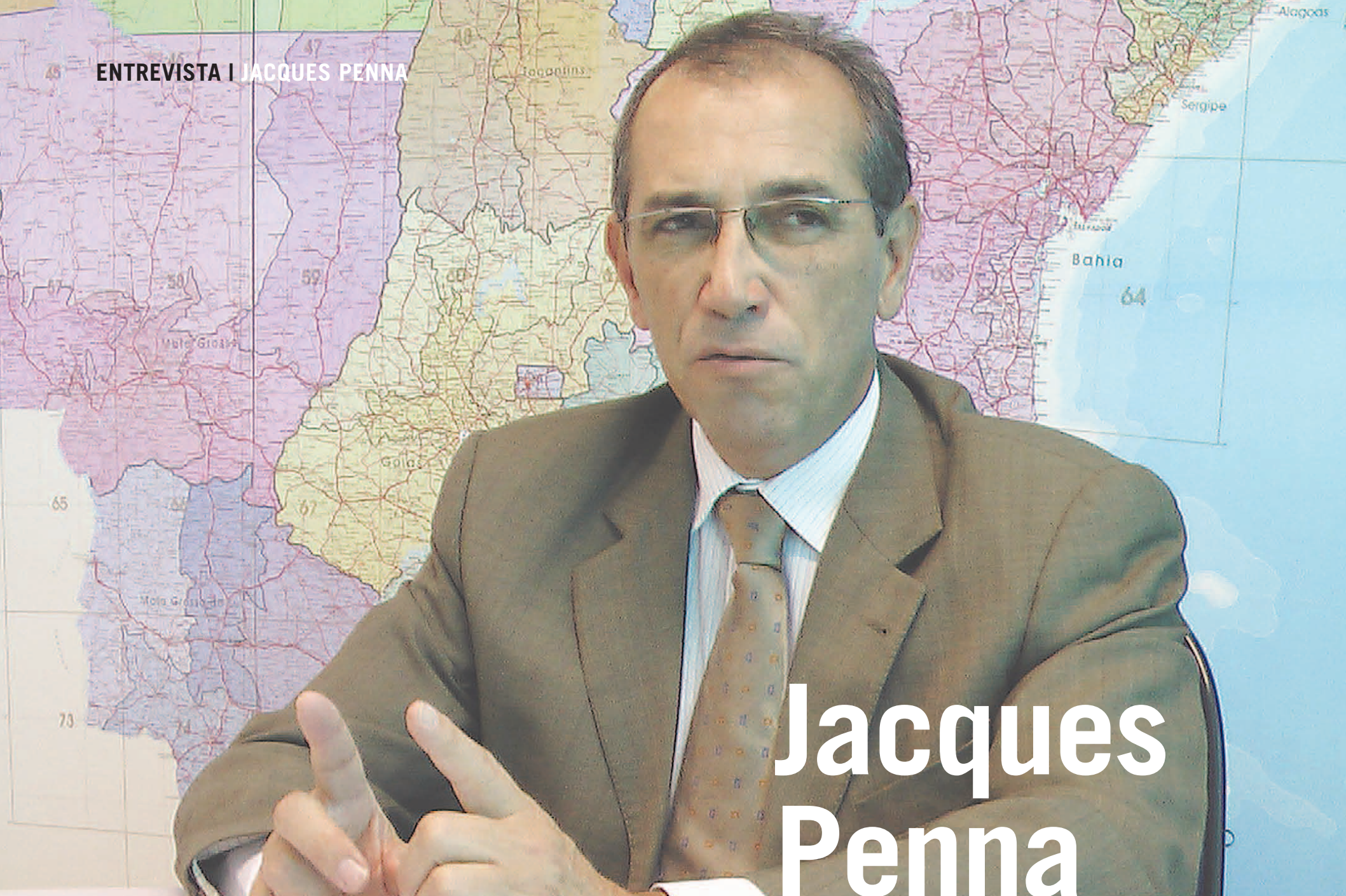
Isso foi um princípio muito caro, pode até ainda estar escrito nos documentos fundacionais da Central, mas isso passou a ser letra morta.

Eu falo isso até com certa tristeza porque os melhores anos da minha vida como ativista político, como socialista, como alguém que sempre acreditou na revolução socialista, que tem essa crença inabalável e deus os melhores anos da sua vida na construção do projeto sindical autônomo, livre, independente dos patrões, de governo, enfim, e ver a situação a que chegou a nossa Central Sindical. ■

Convidados pela CUT, entidades populares, partidos políticos de oposição e outros setores organizados da sociedade, cerca de quatro mil delegados de todos

os estados brasileiros participaram deste encontro, em São Paulo, para organizarem as lutas contra as políticas neoliberais de FHC. Foi aprovado o Manifesto

por Trabalho, Terra e Cidadania e as entidades presentes constituíram uma Coordenação Permanente para o Fórum Nacional de Lutas.



Jacques Penna

Nos seus 5 anos de existência, àquela época, em 1988, procurava-se estabelecer a partir de resolução dos congressos, o que era a concepção de prática sindical da CUT, diferente daqueles sindicatos em que o “peleguismo” reinava desde a década de 60, ou daqueles que deram uma “nova roupagem” ao “peleguismo tradicional”, promovendo, às vezes, movimento de massas, greves e reivindicações, mas que tinham dentro do sindicato uma prática que era criticada por aqueles que dirigiam a CUT e suas entidades filiadas.

Então se fomos analisar os grandes temas, como por exemplos quando se fala de uma central sindical classista, eu acho que sim, que a CUT conseguiu se firmar como uma central sindical classista, cujo objetivo e as principais lutas eram direcionadas para defender os interesses dos trabalhadores. Tanto que ela se firmou como a maior central sindical, continuou o processo que foi muito forte na década de 80 e adentrou a década de 90, de você “tomar” os sindicatos, como nós falávamos, pelas eleições.

Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, eleito em três CONCUTs para a direção nacional até 1991, e atual presidente da Fundação Banco do Brasil

E foi se mostrando, na década de 90, que havia alguns sindicatos com uma concepção e uma prática sindical que ninguém conseguia vencer as eleições deles. Ficaram famosos os sindicatos na área da construção civil, principalmente o dos comerciários, alguns sindicatos que não tinham eleição a ser disputada.

Na nossa categoria dos bancários mesmo, nós temos até hoje o sindicato dos bancários de Goiânia, que é um sindicato que ninguém consegue sequer formar uma chapa para disputar a eleição. E tem pelo Brasil afora muito disso. Então era contra esse tipo de estatuto, de prática, de postura, que a Tese 10 afirmava a concepção e prática sindical da CUT, além do retrato histórico e do contexto, do momento político, isso de ter uma central sindical classista, que eu acho que foi bem conquistado.

Combater o sindicalismo reformista e de conciliação de classes era uma das formas de se construir uma central classista.

Nós, particularmente, bancários de Brasília, vivíamos muito isso, do que aqui é chamado de sindicato reformista. Nós tínhamos um sindicato dirigido por militantes egressos do “Partidão”, ainda em 88, com os quais nós tínhamos vencido a eleição de 1980, tirando o pessoal que vinha ainda do período da intervenção que houve no sindicato em 1971, além daquela de 64.

Conclusão, nós tínhamos um sindicato que não era um sindicato, com uma política “pelega” tradicional de um sindicato reformista. Nós conseguimos, quatro anos depois do CONCURTO de 88, vencer a eleição do sindicato e esse grupamento político dirige o sindicato até hoje, já há cinco ou seis gestões, e em uma delas eu estive na presi-

dência. Então isso se fez bem, conquistamos em alto grau o objetivo de combater o sindicalismo reformista e de conciliação de classes.

Que é mais que combater o sindicalismo “pelego”, que não fazia assembleia, que não deixava ninguém se associar ao sindicato, que não tinha sequer forma, pelo estatuto, de se participar das eleições, como o de Goiânia, isso existia Brasil afora e ainda existe em alguns lugares. Esse era o “pelego” clássico.

O sindicalismo reformista e de conciliação de classes era mais difícil de combater, porque tinha assembleias, greves, mas tinha também alguns processos que ninguém pode provar, mas quem viveu o dia-a-dia dos sindicatos sabe das vezes em que se fizeram acordos que não eram exatamente aquilo que havia sido decidido nas assembleias.

Uma CUT de massas, aberta a todos trabalhadores, eu acredito que chegamos a isso. E aí é preciso contextualizar a situação de crise do pensamento de esquerda nesse período, no final da década de 80 e na década 90. Não casualmente quando há uma crise do pensamento de esquerda e da experiência mais forte que a esquerda fez no mundo, alguns gostem mais ou menos, eu estou entre os que gostam menos, mas a experiência soviética foi uma experiência fruto das idéias de esquerda. Quando elas entram em crise não casualmente tem um ascenso, na Europa e no resto do mundo, das políticas neoliberais, que são fortemente implantadas no mundo inteiro, inclusive na América Latina.

Uma crise de quem historicamente antagônica ao poder patronal, ao poder da classe em-

presarial, ora, quando esse segmento está em crise, você encontra um terreno mais fértil. Então nós tivemos durante certo período algumas etapas de crescimento para o sindicalismo de massas na CUT. Se nós formos ver os índices de sindicalização nos Estados Unidos, no Canadá, na França, Inglaterra, no mundo inteiro, os nossos índices continuam altos, e eles caíram em determinado momento, mas continuam altos, comparativo a esses países.

Então, se nós regredimos ou estabilizamos em algum momento da década de 90, nós estamos à frente em termos de sindicalismo de massas. Por sindicalismo de massas vamos entender assembleias, mobilizações, bandeiras, demonstrações de força e manifestações nos momentos de grandes questões nacionais. Os trabalhadores tiveram, a partir início da década de 80, uma presença institucional que eu acho que não recuou.

O que houve de diferença, e aí já é outra discussão, é o que nos temos de presenças de lideranças de trabalhadores na institucionalidade, a partir da vitória do presidente Lula em 2002. Isso não pode ser medido em termos de mobilização de trabalhadores, mas foi aquela mobilização da década de 80 que permitiu que muitas pessoas ocupassem os cargos que ocupam hoje e que possam fazer a política que fazem nos lugares em que estão hoje. Nós tivemos uma grande expressão dessa “CUT de massas” nos anos subsequentes.

Outro destaque que tinha aqui na Tese 10, como intertítulo é “superar as posições vanguardistas nos sindicatos”. Nós tivemos, por conta da politização da conjuntura, um alto nível de politização na vanguarda sindical. Você tinha

1998

MARÇO A SETEMBRO

Jornada Nacional de Lutas por Emprego e Direitos Sociais

A CUT e as demais entidades do Fórum

Nacional de Lutas concentraram seus esforços na luta contra o desemprego. Foram constituídos Fóruns Estaduais de Luta e organizadas caravanas para Brasília.

DIA 13 DE NOVEMBRO

Maratona Nacional Contra o Pacote e pelo Emprego

A CUT e as demais entidades do Fórum

ENTREVISTA | JACQUES PENNA

sindicatos como os nossos de bancários, que são sindicatos de classe média, não caracterizados como sindicato operário, com uma presença muito forte de estudantes universitários das mais variadas correntes políticas. Isso era importante para a formação de quadros porque não se sobreviveria com militantes ou como o dirigente se não lesse, discutisse, estudasse, não participasse de algum grupo, com um nome ou sem nome, organizado, vinculado a partido ou não.

Você tinha de ter um ponto de discussão política porque você tinha sempre que ter a informação, saber pelo menos qual era a posição política sobre três ou quatro assuntos de uns três ou quatro grupos diferentes, porque era preciso estar preparado para o debate. Todas as assembleias, como por exemplo, as assembleias para tirar delegados aos congressos da CUT, inclusive o de 88, havia três ou quatro chapas nas assembleias que refletiam um debate.

Havia uma educação política muito importante, mas acabou levando num período muito curto para um processo em que os militantes, principalmente aqueles ligados aos grupos políticos mais ortodoxos, começaram a pensar que a massa pensava como eles.

E que por terem lido o livro da Rosa Luxemburgo sobre greve de massas, queriam aplicar aquilo na conjuntura da categoria deles no próximo semestre, automaticamente.

Então foi um período muito rico, mas neste momento na concepção e prática sindical da CUT precisava se afirmar uma discussão sobre vanguardismo. Porque com cinco anos de criação da central, com algumas experiências fortes, e outras nem tanto, da proposta, por exem-

plo, a da greve geral, você tinha em toda reunião da direção nacional uma discussão uma forte discussão quem impactava a lógica da disputa do movimento sindical nas principais cidades. E muito destacadamente em São Paulo, muito destacadamente a política de embate entre a “CUT pela Base”, o “MOMSP”, com outras orientações políticas que perduravam nos bancários de São Paulo, nos metalúrgicos do ABC. Conclusão, você tinha um embate muito grande que levava ao vanguardismo, então era preciso fazer uma discussão sobre isso.

E eu acho que superou. As executivas da CUT nesse congresso e nos seguintes, apesar da briga que teve no congresso, apesar das discussões todas, num sempre iminente “racha” que aparecia em todo o momento importante, mas se acabou tendo os processos eram da democracia. Congressos extremamente divididos e polarizados em termos de teses e de idéias diferentes e uma posição unitária oficial da CUT, que acabava sendo as resoluções que valiam para o período subsequente.

Eu acho que foi experiência rica que afirmou isso. O que o sindicato vai criando uma capacidade de discussão e de formação de liderança e vai se distanciando da base porque, ainda que a liderança e a vanguarda entendam que o sindicato tem papel político, a grande maioria da massa trabalhadora quer o sindicato para suas lutas econômicas imediatas. Isso faz parte da história. Muda em alguns momentos da história, mas passado um tempo volta ao normal.

Depois desses primeiros anos, quais as questões importantes que surgiram para a

CUT, em sua opinião?

Nós estamos falando de uma central sindical num país que tem uma economia pujante, uma classe trabalhadora e uma classe operária fortes e grandes, numericamente, e com nível de internacionalização há muitos anos do capital. Então o que acontece? A CUT foi percebendo que ela tinha que investir não só na ação sindical imediata, então se investiu na formação, experiência que não teve sucesso absoluto. Nos primeiros anos desse período ocorreram muitos investimentos nas escolas sindicais, com destaque para o Cajamar em São Paulo, mas não só o Cajamar, escola de Minas, de Santa Catarina, do Centro-Oeste. E o Instituto Nacional da CUT, INST, de saúde do trabalho e o próprio DESEP. Quer dizer, uma central que quer fazer ação de massas, que quer fazer a ação no Parlamento para se contrapor e para formular leis de interesse dos trabalhadores, para se contrapor a toda a lógica dos interesses do capital, você tem de atacar em muitas frentes, simultaneamente.

Até onde acompanhei, porque voltei ao movimento sindical em 2001, mas depois de quatro anos afastado, eu tive durante dois anos uma atuação muito restrita ao sindicato dos Bancários. Eu não tinha mais aquela atuação a nível de Central, nem nacional, nem a nível local. Até onde eu acompanhei, há seis anos atrás, nós conseguimos fazer com que a central trabalhasse simultaneamente nos vários temas, tendo um mínimo de intervenção no Parlamento, na questão da saúde e a questão das mulheres dentro da CUT cresceu muito, não nesse congresso, mas um pouquinho mais adiante.

→ 1998

Nacional de Lutas promoveram atos públicos em repúdio ao Pacote Fiscal do governo FHC, que elevou os juros acima de 45%.

1999

25 DE MARÇO
Dia Nacional de Luta
em Defesa do Brasil

O Dia Nacional de Luta organizado pela

CUT e Fórum Nacional de Lutas, contra a política econômica de FHC, reuniu mais de 100 mil pessoas em manifestações em todo o território nacional.

Extrato da Tese 10



“A crescente concentração de capital e poder nos países imperialistas estão associadas a uma internacionalização acelerada da economia capitalista, através do domínio progressivo das grandes empresas transacionais, que controlam os setores vitais das economias nacionais”

Então a CUT conseguiu fazer a ação sindical básica e expandir, só que também a geração que produziu as lutas do início da década de 80, que construiu e fundou a CUT, é uma geração cujos melhores atores e dirigentes foram galgando outros espaços políticos. Alguns foram saindo do movimento pela própria idade, pelo próprio tempo, e é de se admirar uma pessoa que consiga ficar por 20 ou 25 anos, permanentemente, com num cargo sindical, porque dentro do sindicato você tem dor de cabeça todo dia. Você está na semana do Natal pensando que as coisas vão estar tranquilas, e estoura demissões ali, e as pessoas têm que andar atrás.

Eu pessoalmente tive um mandado sindical na década de 80, um mandato na década de 90 e o mandato em 2001. Nas três décadas diferentes eu tive três mandatos no sindicato dos Bancários de Brasília, além dos mandatos na CUT estadual e na CUT nacional. Nunca fiquei mais de três anos no sindicato.

Aliás, no primeiro eu fiquei os três anos, no

segundo sai meio ano antes na terceira vez eu sai um ano e cinco meses antes. Têm companheiros que entram no sindicato e ficam seis ou sete mandatos, que não é fácil porque o trabalho no dia a dia do sindicato, para quem trabalha para valer, é muito pesado.

Mas as pessoas que ascenderam para outras funções também levaram para o governo e instituições boas políticas públicas?

As elites de todas as naturezas no nosso país, as elites em grande parte do mundo empresarial, da academia e do mundo da mídia e das comunicações, elas têm um ranço contra dirigentes e militantes sindicais. Existem sindicalistas de várias posturas, mas em geral, na visão das elites a expressão “sindicalista” é quase pejorativa. Eu diria é que o sindicato é uma escola porque você aprende. Eu que, além de dirigir e militar no sindicato, tive uma experiência de gestor público nos meados da década de 90, e agora tenho essa experiência de seis anos na

gestão da Fundação Banco do Brasil, estudei administração de empresas na universidade e trabalhei a vida inteira na mesma empresa que é um Banco do Brasil.

O aprendizado do mundo sindical, para quem chegar a exercer uma função, ainda que seja de média liderança, nem precisa ser de presidente do sindicato, tem um aprendizado de administração de conflitos, de mediação de opiniões, de agregar em torno de objetivos que é extremamente necessária em qualquer lugar. Do time de futebol, o centro espírita ou na direção do setor público ou privado.

Eu tenho certeza que a riqueza luta social, e particularmente da luta sindical, no Brasil na década de 80, gerou lideranças que estão espalhadas nos mais variados lugares da República, no setor público e privado. E, particularmente a partir de 2003, com a posse do presidente Lula, fazendo gestão nas mais variadas organizações do setor público federal, também estadual ou municipal. É um aprendizado enorme.

17 A 20 DE AGOSTO**Plenária Nacional da CUT - Santo Dias**

Em São Paulo, 454 delegados homenagearam o metalúrgico Santo Dias, assassinado durante

uma greve em metalúrgica n bairro de Santo Amaro, em 1979. Aprovaram a organização de uma série de mobilizações, entre elas a “Marcha dos 100 mil sobre Brasília”. Também

aprovaram a mobilização contra a guerra fiscal, um dia nacional de paralisação em outubro e o repúdio à implantação da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA.

Uma CUT organizada a partir dos locais de trabalho

A construção da CUT de massas, classista, unitária e democrática deve se iniciar no espaço fundamental do conflito entre os trabalhadores e o capital, o local de trabalho: que é o coração da exploração capitalista e o espaço fundamental da Organização sindical classista. A CUT deve organizar e dirigir o trabalho sindical a partir dos locais de trabalho, procurando captar e respeitar os anseios dos trabalhadores, canalizando-os para a prática sindical democrática, para a organização permanente e transformando-se em instrumento eficaz nas lutas da classe.

Para tanto, é preciso ter claro que a fábrica é o espaço onde os patrões se utilizam de todas as armas para exercer o seu domínio. A CUT quer conquistar o direito democrático de exercício da atividade sindical nos locais de trabalho e desde já ocupará todos os espaços possíveis para organizar os trabalhadores de forma independente e na defesa de suas reivindicações. A formação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho é uma grande tarefa para impulsionar o sindicalismo que a CUT representa. Portanto, organizar e difundir a



organização sindical massiva nas empresas é um dos principais desafios da CUT, especialmente nesta conjuntura de recessão econômica e perseguição à militância, promovida pelos patrões e governo.

A tarefa histórica para impulsionar a concepção sindical classista da CUT é dar um salto de qualidade, articulando o sindicalismo da porta de empresa com a organização dos trabalhadores dentro da empresa.

→ 1999

26 DE AGOSTO
“Marcha dos 100 Mil sobre Brasília”
 A Marcha dos 100 Mil foi a principal manifestação contra a política neoliberal

de FHC. A CUT e as entidades do Fórum Nacional de Lutas entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados um abaixo-assinado com um milhão

e trezentas mil assinaturas, exigindo o enquadramento de FHC em crime de responsabilidade e a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

Nesse aspecto há um ponto que gera controvérsia e muita polêmica, e que inclusive é ressaltado na Tese 10, que a questão da independência da CUT em relação a governos ou as centrais sindicais e internacionais. Qual é sua opinião?

Nós temos uma situação de convivência, ao longo da história de esquerda brasileira, que varia. Há períodos em que o “Partidão” enquadrou seus quadros e os fez promoverem a revolta de 1935, que foi a revolta dos militares durante o período Vargas. Aquilo ali foi uma discussão da Internacional Socialista imposta aqui dentro do Brasil. Na greve geral de São Paulo em 1953, onde se tem uma discussão com uma presença importantíssima do Partido Comunista, e a greve não era a visão da militância sindical do mesmo partido. Esse mesmo Partido Comunista, anos depois, não tinha esse nível de centralismo nos sindicatos.

E aí quando entramos na década de 80, não havia essa disciplina de centralismo democrático no Partido Comunista por completo, só em parte. Já no PC do B havia e se manteve por muito tempo. Nós precisamos entender o seguinte, no PT nunca houve centralismo democrático, porque pela natureza da formação do PT, em cada cidade havia pelo menos duas, três ou quatro forças políticas relevantes. Aí em cada categoria isso era modificado, onde tinha uma força hegemônica, duas ou três, porque as duas ou três, que faziam aliança.

Então o PT decidir o que seria feito na CUT é uma coisa que nunca foi como alguns diziam que era. É claro que a cabeça das pessoas tem uma história política, um aprendizado político,

uma origem e visão estratégica política que, de forma clássica, é o papel de um partido político. Mas a CUT nunca fez greve geral para atender os interesses do PT, nunca.

Mas em determinados momentos não houve forte sinergia?

Nós temos dois momentos para falar só da década de 80: um momento de confronto e a necessidade de explicitar a necessidade do fim do regime militar e de todo o entulho autoritário, de toda a legislação autoritária e, em particular, no tocante à vida dos sindicatos, o Estatuto Padrão e uma série de coisas que impediam o funcionamento dos sindicatos, então em tudo isso nós temos uma situação em que a autonomia da CUT em relação o PT e aos outros partidos era verdadeira.

Existia até 1984 e 85 a questão do fim do regime militar e depois uma transição democrática, em que nós tínhamos uma avaliação de que é aquela transição só sairia do regime militar, no máximo saia do autoritarismo, mas não iria construir a democracia se a gente não criasse os espaços democráticos. E é aí havia toda uma discussão com o segmento que foi chamado aqui de “sindicalismo reformista”, de conciliação de classes, porque não queria fazer greves.

A primeira greve da Nova república foi feita aqui em Brasília. Foi a greve dos rodoviários, onde nem sequer a direção do sindicato dirigiu a greve. Não houve assembleia para decretar a greve, o que foi uma tremenda polêmica. Mesmo nós da CUT não achávamos que seria possível fazer uma greve sem convocar a assembleia. Mas toda a liderança do sindicato dizia que se

convocasse a assembleia, na convocatória o pelego nos entregaria para a polícia, e vão prender a liderança da greve, antes da greve. Fizemos a greve às 5 horas da manhã.

Voltando, o acho que sim, que houve autonomia frente aos partidos, particularmente diante do PT. Agora, é claro, que as pessoas tinham uma visão do regime militar e depois tinham uma visão do governo Sarney. Essa visão era semelhante e se estendeu depois para o Collor. A nossa forma de atuar decorria da visão sobre aquele governo, daquela proposta de governo, e daquela conjuntura na qual aos trabalhadores caberia ocupar espaço segundo uma luta política para demonstrar sua força. Ninguém iria nos chamar para resolver problemas que eles resolveriam isoladamente.

E essa independência se mantém?

Como eu disse, não acompanho hoje. Acho que o quadro mudou. Há três ou quatro anos atrás já tinha uma diferença razoável e hoje mudou muito mais, porque o maldito imposto sindical é uma das grandes derrotas de todo o nosso discurso político da década de 80. O imposto não só continuou onde existia, e pior das desgraças, foi criado na área pública.

Isso fez com que qualquer segmento que tenha uma representação de 1 ou 2% na classe trabalhadora queira criar a sua central sindical.

Eu sei que o movimento sindical não vive sem dinheiro, agora com o movimento sindical tendo, inclusive no setor público o imposto sindical, hoje nós temos os partidos políticos que têm alguma relevância no país com a sua central sindical.

Na verdade na condição em que a CUT se

no Congresso Nacional para investigar a privatização do Sistema Telebrás.

10 DE NOVEMBRO
Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Emprego e do Brasil
Convocado pela CUT e pelo Fórum

Nacional de Lutas, o protesto contou com a participação de 1,5 milhões de trabalhadores. As principais reivindicações foram contra FHC e sua

ENTREVISTA | JACQUES PENNA

colocou nos últimos dois ou três anos, talvez hoje como eu não conheça a composição dos seus 80 e poucos dirigentes, quem é de que partido, como eu já sob no passado, mas me parece que hoje restou pouco, com forte expressão de vínculo partidário, as pessoas vinculadas ao PT. A própria história da nossa evolução levou a isso.

Acho que não por conta da prática da CUT ao longo desses anos todos, muito menos por conta daquilo que foi aquele período, quando nós chegamos a ter uma presença grande de militantes do “Partidão”. Era ato contínuo os militantes saírem do “Partidão” e virem logo para a CUT, em desobediência à orientação da sua direção. O PC do B veio em bloco e os segmentos mais combativos do PDT vieram por um período. Restou a polêmica inicial com a Força Sindical e alguns segmentos das confederações, que criaram a sua central, sem representatividade real.

E a questão da independência em relação às centrais sindicais internacionais, expressa no III CONCUR, como foi encaminhada?

A questão da autonomia sindical que nós encontramos na Resolução do III CONCUR, seja em relação aos partidos políticos, aos governos e a questão da relação da CUT às centrais sindicais, é preciso contextualizar e ter as informações históricas. A CUT não se formou sobre a matriz dos partidos comunistas da III Internacional. Se tiver alguma influência, que é menor do que as outras, mas que houve, é muito mais da IV Internacional. Então, a CUT não tinha a tendência, na sua matriz das forças políticas que compõe a sua formação, a se aproximar da FSM, que era

a central sindical dos países do Leste Europeu, onde quem pregava a liberdade e autonomia sindical não podia enxergar naquilo um modelo de sindicalismo. Ainda que eles tivessem campanhas internacionais, apoio e alguma coisa que fosse importante.

Ainda que a CIOLS tivesse predominância de setores sociais-democratas conservadores, era possível fazer movimento sindical. É verdade que existiam centrais sindicais como para a CGT francesa, que tinha movimento sindical real e com vínculo com a FSM, a gente não pode esquecer que a direção principal da FSM era quase que um aparelho da visão da III Internacional dos países do Leste.

Então a CUT não se alinhava os desde o início com a filiação a uma central, mas esse debate acabou por se fazer. No final da década de 80, com a queda do muro de Berlim e o enfraquecimento da FSM, ela estava quase que deixando de existir, e perdeu muito da força que tinha. E a CMT era um arremedo de central sindical mundial, com sindicatos e centrais que tinham apoiado golpes na América do Sul e na América Central. Não foi uma discussão natural no início, mas ela foi se impondo.

Com tudo o que eu participei no início do processo de formação da CUT, eu achava que não tinha alinhamento automático, hoje com o distanciamento de tempo, continuo achando da mesma forma. Os recursos que vinham da Holanda, da França, do Canadá não faziam com que a CUT tirasse resoluções mais brandas ou que tivesse a tendência social-democrática clássica. Porque social-democracia dito num momento é uma coisa e social-democracia dito em

outro momento é outra coisa. O que valia era a social-democracia de compromisso com os trabalhadores. Porque nesse mesmo momento nós vivíamos as decepções dos governos social-democratas na Espanha, como o governo de Felipe González, na França com François Mitterrand.

Os governos socialistas que ganharam as eleições em determinados momentos não fizeram o governo dos sonhos de nenhum de militante de esquerda ou de centro-esquerda. A CUT tinha autonomia em relação às centrais sindicais, recebeu recursos, fez intercâmbio e até mandou gente para a Alemanha Oriental. Mandou gente para várias partes do mundo, Cuba, e para países sociais-democratas.

E eu não acho que nem naquela época, e nem hoje deve dar algum referendo histórico à prática da social-democracia desses países. A CUT trilhou ali, por algum tempo por cima da lâmina da navalha, procurando manter um nível de relação internacional com todas as centrais, e que foi marcante nos primeiros congressos, inclusive no III Congresso, a presença de delegações das mais variadas.

Eu acho que esse é um ponto em que a gente tem de se fixar nele. Porque a experiência da CUT e a experiência política da esquerda no Brasil, no caso de PT, elas foram bastante diferentes porque não tinham uma matriz obrigatória a seguir.

Não tinha nem III nem IV Internacional para dar regras. Então nós cometemos os nossos acertos e os nossos erros com as nossas próprias pernas.

Eu não acho de maneira alguma que a gente tenha que se alinhar. Eu fui um dos que con-

→ 1999

política econômica, por emprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

2000

ABRIL DE 2000

Jornada em Defesa do Brasil

A CUT e o Fórum Nacional de Lutas desencadearam esta jornada exigindo

a suspensão do pagamento da dívida externa e dos seus juros, a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário e reforma agrária.

gresso de filiação à SIOLS que defendeu a filiação. Porque eu acho que pela internacionalização do capital, pela globalização e por isso o que já acontecia que naquele momento, nós precisávamos, como hoje tem sido feito e os bancários fizeram muito isso, de troca de experiências com as centrais sindicais de outros países, porque os nossos em algumas empresas e cadeias produtivas eram os mesmos.

Houve uma tendência de sair de uma postura esquerdista vanguardista para uma postura mais social-democrata, e tem gente que não concorda com isso, não gostava disso na época e continua não gostando. Mas essa foi a tendência no mundo inteiro que se reproduziu no Brasil, e os erros que nós cometemos e os problemas que nós temos hoje de derivam de uma série de questões e não exclusivamente disso, como alguns que, ao fazer um embate político e histórico, dizem que é por isso.

Agora nós poderíamos, num tal nível de vanguardismo à época desse congresso, não ter permitido de que a CUT crescesse nos dez anos seguintes, ou seja a CUT poderia ser muito mais frágil do que ela se apresentou. Eu acho que na que momento histórico a CUT fez as relações internacionais, recebeu apoio internacional e aplicou segundo a visão política da direção da CUT.

Depois dessa sua avaliação positiva da CUT em todo esse longo período, o que há por fazer?

Houve um processo que foi iniciado, de pro-

fissionalização da estrutura de uma central sindical do nacional que foi interrompido. No que diz respeito à questão de estudos econômicos, no que diz respeito à questão da saúde, e da formação sindical. Não tenho certeza absoluta disso, mas parece-me que a ênfase dada em determinado momento, nós perdemos por falta de recursos e de prioridade política.

Eu acho que uma central sindical num país de capitalismo avançado como o nosso, nós temos que ter uma estrutura profissional com capacidade de debater e de se colocar no debate político nacional. Sobre esses aspectos e alguns outros nós temos que ter a capacidade de fazer “lobby” político em Brasília. Eu acho que é uma coisa é que a CUT fez na Constituinte, fez ao longo dos anos, mas creio que avançou menos do que deveria. Porque a luta política acaba ganhando outras nuances e outras sutilezas que não necessariamente se faz no confronto direto, na ação direta de mobilização dos trabalhadores.

E eu quero destacar essas duas fragilidades. Uma é a organização efetiva por local de trabalho, com formação de quadros, com discussão mais de fundo do papel do sindicato e da importância de uma formação ideológica de uma vanguarda dos trabalhadores, no mais expressivo número de categorias possível.

Ao outra questão é a do imposto sindical. A Resolução fala no título “conquistar a liberdade sindical”, mas apesar de formalmente citado o

princípio da autonomia e liberdade sindical, foram mantidos dois elementos fundamentais da estrutura sindical fascista: a unidade imposta pela lei e o imposto sindical. O imposto sindical não só foi mantido, como foi ampliado.

Então essa questão do imposto sindical e da organização sindical de base foram duas derrotas, duas grandes dificuldades. A CUT é uma central reconhecida nacional e internacionalmente, o fato da CUT hoje ser uma central muito vinculada aos dirigentes e militantes do PT é um fator da nossa conjuntura atual. E as outras correntes optaram por sair da CUT para criar as suas centrais. Mas a história se faz ao longo prazo e veremos o que nós teremos de aprendizado.

Eu acho que tem uma questão importante, que o contexto histórico que nos formou e nos fez ser de esquerda, não existe mais hoje. O nível de cooptação que vem desde as informações que estão disponíveis hoje, porque antes você tinha que correr atrás de um homem formação, ia numa livraria e compravam um bom livro, mas hoje você é massacrado por um grande volume de informações. E como aqueles que encontravam dois ou três livros, logo lutavam contra a ditadura, e hoje que não tem mais ditadura, o domínio das informações é mais sutil.

Se nós quisermos ter lideranças sindicais nos próximos dez ou quinze anos, tem que se investir em formação ideológica dessas lideranças. Para saber em diferenciar o discurso de A ou de B. ■

**15 A 19 DE AGOSTO
VII CONCURTO**
Em Serra Negra,
interior de São Paulo,

com a presença de 2.309 delegados. O congresso aprovou campanhas de lutas contra a precarização do trabalho, a luta pela redução da jornada de trabalho,

sem redução de salário, contra o banco de horas e as horas-extras. O professor João Antonio Felício foi eleito o novo presidente da CUT.

Diretor de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local da secretaria da Agricultura do Pará

Eu tive a oportunidade de participar de todo um debate da reconstrução do novo sindicalismo no Brasil, que criava um sindicalismo com princípios. Claro que tinha que ser um sindicalismo de base, um sindicalismo que radicalizasse a defesa dos interesses econômicos imediatos e históricos da classe trabalhadora, independente do Estado, dos partidos políticos e dos cleros religiosos.

Então era o sindicalismo que tem na sua essência a construção de um país democrático, com distribuição de renda, mas na sua essência, a missão de esclarecer, organizar, defender e conquistar os interesses históricos da classe trabalhadora. Porque na época, só havia o chamado sindicalismo de Estado ou o sindicalismo “pelego”, atrelado ao governo, seja ele de direita ou de esquerda. Ou aquele sindicalismo que faz mais por interesse de uma estratégia de poder eleitoral de pessoas ou de grupos.

Quais eram os principais pilares desse novo sindicalismo desenhado pela CUT em 1988, as propostas?

A primeira questão era retomar todos os processos do sindicalismo de base,



radicalizar, do ponto de vista rural, que é a minha origem. Era descentralizar o sindicato, com a criação das delegacias sindicais, ou as comissões de fábricas, onde pudesse ser a comissão de fábrica cutista, ou construindo de fato uma unidade com outras visões dentro da fábrica.

Esse era o processo das comissões de fábricas legais, ou se fosse o caso clandestina, mas que tinha mostrado as ferramentas para defender os interesses dos trabalhadores. A outra questão era entender que não havia soluções duradouras, se fosse olhada luta localizada só naquele lugar. Então tinha que fortalecer a luta, criando os departamentos da CUT ou federações da CUT. E claro, fortalecer a nossa central sindical.

Essa unidade deveria criar uma central sindical que buscasse uma política de negociação coletiva, construção da pauta, de um processo de negociação coletiva, uma negociação nacional.

Já era a grande semente, porque o trabalhador brasileiro queria uma central sindical e não um movimento de lutas, que se confundisse na luta popular. Era uma questão importante, mas naquele momento os trabalhadores buscavam construir uma central sindical, onde teriam essa defesa dos interesses econômicos imediatos ligados à perspectiva histórica de uma sociedade democrática, com distribuição da terra e da renda.

A questão dos trabalhadores rurais foi um processo natural, a luta que efervescia no país inteiro, no sentido de criar as oposições sindicais, fortalecer e derrubar os pelegos dos sindicatos e modernizar as direções do sindicato. E tinha a questão da reforma agrária, da democratização da terra, como uma questão importante para aqueles que

faziam da profissão o trabalho na terra.

A grande preocupação da Central dos Trabalhadores era que a questão da terra deveria ser a luta de toda a sociedade. Uma vez democratizada a terra e construído um novo processo de produção, o Brasil poderia se tornar um grande produtor de alimentos, que pudesse não só alimentar as nossas próprias populações como ser um país importante no contexto internacional. Este anseio alimentava a todos nós.

Mas a diferença naquele momento histórico era com setores da CUT, que na verdade tinham uma visão de usar o movimento sindical para a sua luta revolucionária ou a sua luta política, fazer daquilo um instrumento para o seu partido.

Eu acho que o grande processo que deu aquela força de 88, que consolidou a CUT como a grande central do Brasil, foi quando ela se firmou como uma central sindical classista.

Dizia-se na época, “existe a luta de classes no país, nós podemos ter interesses diferentes, mas a Central tem um lugar, o lado dos trabalhadores”. Então a busca da transparência, da democracia, da construção que fazia dela a grande expectativa, a grande força.

Como o senhor acha que isso evoluiu, se logo no começo a CUT enfrentou governos difíceis, Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso, com redução de postos de trabalho, desemprego, novos métodos de produção, e no campo toda a concentração de terras?

Eu acredito que a partir de 85, 87, culminando no Congresso de 88, em Belo Horizonte, já maturava a compreensão de um processo sindical que CUT já desenvolvia, como um projeto de

sociedade. Portanto já se iniciava a elaboração de uma proposta de modelo de desenvolvimento rural para o Brasil, compreendendo que já naquele processo, que a “ruralidade” que a produção agrícola, também é parte da democratização da terra, da reforma agrária, da produção, da cultura na área rural, no seu termo mais amplo.

A reforma agrária e as políticas não dependiam só dos braços dos agricultores, porque muito dos principais insucessos era que se conquistava um pedaço de terra, mas depois tinha que abandoná-lo porque a escola ficava a 50 km, 30 km, 20 km. E aí a família ficava dividida entre lá e cá.

Eu acho que esse é o processo importante porque toda a elaboração era coordenada pelo departamento rural da CUT, eu me orgulho muito de ajudar a conduzir esse processo. Nós tínhamos um sonho de um dia ter uma unidade na diversidade dos trabalhadores brasileiros. Para esse sonho, essa busca, a gente tinha que abrir mão de interesses pessoais e efetivamente nos ligarmos a projetos de sociedade e então avançar..

É isso que depois, em 2004, veio dar na grande unidade com a CONTAG, por exemplo. Nós levamos esse projeto e ele hegemonizou na política com a CONTAG, filiada à CUT no Congresso de 2003.

Uma coisa terrível que eu vejo agora, no congresso deste ano, uma confederação nacional se desfiliar da CUT, que vai custar muito caro para a classe trabalhadora.

Há um processo embebido por projetos muito fortes e eu acho que é o problema da partidização do movimento sindical. O sindicato perdeu

2001

05 DE ABRIL

Marcha à Brasília pela Instalação da CPI da Corrupção

No dia 05 de abril mais de 20 mil pessoas

protestaram em Brasília pela instalação da CPI da Corrupção e também por reajustes salariais aos servidores públicos, que estavam com os salários congelados há sete anos.

ENTREVISTA | AVELINO GANZER

aquela força no sentido de ser plural, para ser sócio do sindicato não vão perguntar se ele é sócio do partido A, B ou C. O que basta é ele ser um trabalhador ou rural ou urbano ligado à sua categoria. Passou um tempo que parece que você ou tem que ser do PTA, do PTB, do PT não sei o que, partidarizando os interesses das direções.

Qual foi a causa do rompimento da CONTAG com a CUT, em sua opinião?

Primeiro, a base das federações nos estados são todas bases históricas, conservadoras, do ponto de vista do processo evolutivo. Mas eram muito conservadores e atreladas a um modelo sindical. Mas havia um alvoroço muito grande quando a Central discutia a problemática dos trabalhadores rurais, assalariados e agricultores familiares.

Ela tinha dentro da sua executiva e nos estados uma preocupação de projeto de desenvolvimento e então construía a unidade. Eu acredito que ainda nos anos 90, um pouco mais, quando vai se aproximando dos 2000, a Central não mais conseguiu, se perdeu. E se ouvia muito “pra que filiação?” Parece que começou de novo o sindicato a dizer “to pagando e não tenho muito pouco em troca”, isso é um lado, o lado conservador.

Do outro lado, eu vejo que a CUT deixou de ser uma central plural do ponto de vista da sua constituição, quando na executiva tinha gente de todos os partidos sentados.

Ela passou a ser a central só do PT e começou a ter essa luta muito frenética das suas tendências, perdendo um pouco a perspectiva de projeto.

E, por outro lado, por dentro a visão do governo Lula, hoje se aponta que muitas reivindi-

cações dos trabalhadores urbanos e rurais eram lutas da época da ditadura e depois no governo Collor, Itamar, Sarney, Fernando Henrique. No governo Lula, uma boa parte das reivindicações virou políticas públicas, conquistas, e muita gente se perdeu, não sabia mais qual era o seu papel.

E aí sobrou mais tempo no sentido de buscar o crescimento dos partidos políticos. Pode-se ver que o PCdoB, por exemplo, que na fundação da CUT foi ajudar a criar a CGT, e depois reavaliou e trouxe grande contribuição na CUT. Do ponto de vista sindical continuou com a concepção de partido único e agora viu a possibilidade de fazer, novamente, uma aliança com o setor conservador e junto com outros setores mais esquerdistas que tem na área rural, o objetivo de derrotar na verdade o PT, porque a CUT virou a cara do PT.

E quais os problemas de uma situação dessas, em sua opinião?

No fundo é uma perda dos princípios do processo formativo, da postura da sociedade, da formação e informação da sociedade. Eu não estou dizendo que trabalhador não tem que participar de partidos políticos, mas o problema é que quando se faz um discurso, daqui a pouco se utiliza o processo sem os cuidados necessários de fazer as transições e a educação necessária, e se perdem os princípios do sindicalismo plural.

Como o senhor acha que a CUT conduziu nesses últimos 21 anos a luta contra o grande agronegócio, que, no entanto hoje é um peso importantíssimo na balança comercial brasileira e tem muito poder?

Em 2004 e 2005 nós chegamos a um processo de elaboração que se criou o PRONAF, mantendo as diretrizes de já citei. De um lado tem o apoio aos Sem Terra, na luta pela reforma agrária, que continua ferrenha. E o outro, uma vez estando na terra, como é que a gente evoluía para o processo de produção. Então nesta questão estava a reconstrução de um programa nacional de assistência técnica rural e já compreendendo que a agricultura brasileira no mínimo tem dois setores grandes.

Um é o agronegócio, baseado na agricultura ultramoderna, com toda a tecnologia, e outro é a produção familiar, que teve até uma nova conceitualização no Brasil. Foi toda uma política da CUT que buscou no seu contexto internacional e nacional a compreensão de quem são os agricultores familiares do Brasil, quem é que produz para alimentar o povo e também ajuda na exportação e quem é que produz basicamente para a captação de dólar.

A CUT tinha esse debate importante e isso a levou a ter essa força. O agronegócio tem suas divergências, mas ele cumpre um papel estratégico para a sociedade. O que não dá é este ser setor tão importante e a grande maioria da população rural no país não ter educação, e outras coisas básicas.

Já o Programa Nacional da Agricultura Familiar que trouxe assistência técnica e a política de crédito nacional, com Fernando Henrique foi muito difícil, mas no governo Lula você vê que ampliou e vai consolidando este setor que produz o frango, a carne suína, o feijão, o arroz. A luta continua, mas houve um avanço. O que ficou mais difícil foi que a Central Única

→ 2001

JUNHO

Campanha “Uma Luz para o Brasil - Contra o Apagão e a Corrupção”

A Marcha à Brasília organizada pela CUT

e pelo Fórum Nacional de Lutas tinha como eixos de mobilização as palavras de ordem “Xô Corrupção, Chega de Privatização e de FHC”. Mais de 60 mil pessoas fizeram passeata e

ocuparam a Esplanada dos Ministérios exigindo o fim do apagão, condenando a política de racionamento de energia devido à falta de investimentos, e denunciando a corrupção.

Extrato da Tese 10

“A dívida externa e o processo de expropriação de riquezas por ela imposta aos povos do “terceiro mundo” tem significado um aumento crescente do desemprego, grande arrocho nos salários reais, ataques contra a previdência e demais serviços públicos, deterioração das condições de vida e violências patronais contra os direitos sindicais”

dos Trabalhadores perdeu esse comando porque esse avanço é a grande conquista consolidada no governo Lula. Do ponto de vista do projeto sindical poderá estar apontando para a CUT uma derrota se muitos sindicatos rurais se desfiliarem.

O senhor demonstrou uma preocupação quando os trabalhadores se enfraquecem?

Nós temos que aprender com a história. Na medida em que a sociedade e principalmente os trabalhadores perdem suas lideranças, perdem o método, o processo de fazer a reflexão, a construção de todo o projeto de sociedade, e é importante ganhar o governo, ganhar o presidente da República, mas se eles ficam com o projeto de um grupo de pessoas, correm um grande risco de enfraquecer.

Agora, compreender o que está no coração destes empresários, no coração destes setores

que trabalham para concentrar riquezas, que é a essência do capitalismo, se ele for sendo renovado, fortalecido, vai voltar mais cedo ou mais tarde a fazer novas dominações. E pode vir a encontrar a classe trabalhadora brigada entre si, disputando entre si, fragilizada. Ou cooptada pra cá, cooptada pra lá e voltar a ter retrocesso, o que seria a grande derrota.

Eu não acho que se avizinha, mas são sinais de que nos precisamos ter a humildade de buscar, em todas as reflexões, o sentido de “não existe o todo poderoso, que não erra ou que tem uma verdade absoluta”.

Mas é preciso colocar todas as verdades na mesa e se construir uma nova verdade coletivamente.

Esse foi o processo que levou ao fortalecimento da CUT ainda dentro da Pro-CUT, e que todo mundo brigava e coloca a verdade, mas

na hora o projeto vinha pra mesa e se buscava construir o consenso.

O senhor acha que falta retomar isso?

É preciso com urgência retomar as bases do sindicalismo cutista, com seus princípios, não só do ponto de vista teórico, mas com um processo de formação desses jovens operários, com os trabalhadores rurais, com os jovens trabalhadores brasileiros. E entender esse processo histórico, e agora com toda a tecnologia, com todo o conhecimento, com as oportunidades, e com isso retomar o processo. Não é vergonha nenhuma fazermos, ao contrário, acho que os grandes homens e as mulheres fortes fazem autocrítica e apontam os erros, e com isso retomam efetivamente o sindicalismo.

E eu espero porque eu sou um velho otimista, de que se possa fazer esta retomada. ■

2002

21 DE MARÇO**Dia Nacional de Luta Contra a Flexibilização da CLT**

Contra as reformas da CLT propostas

pelo governo FHC, que retirava direitos assegurados aos trabalhadores. Ocorreram paralisações, manifestações e passeatas em todo o país, que

provocaram uma derrota ao governo e no seu Ministro do Trabalho. E também à Força Sindical, que defendia a flexibilização na legislação trabalhista.



Cyro Garcia

Ex-membro da executiva CUT/88 e ex-presidente bancários RJ

Eu acho o III CONCUR emblemático porque foi o primeiro grande passo da CUT no rumo da burocratização e da institucionalização. Foram duas deliberações naquele congresso que contribuíram para e isso: primeiro, a questão da filiação à Ciois, que gerou uma grande polêmica no congresso da CUT, porque nós sabíamos do papel que a AFL-CIOLS vinha cumprindo na luta de classes no mundo todo, com uma visão sindical muito mais voltada para a parceria patronal, com o governo, do que um sindicalismo de confronto, como foi o sindicalismo cutista desde a sua fundação. A filiação à CIOIS foi uma sinalização nesse sentido.

E a outra foi o que para mim se tornou um golpe não organização de base da CUT, que foi a restrição da participação das oposições sindicais. A CUT surgiu com a bandeira pela liberdade e autonomia sindical, ainda que seja verdade que se não fosse a participação dos chamados “autênticos”, por dentro da estrutura sindical, a CUT não teria tido a projeção que teve. Mas as oposições sindicais cumpriram papel de grande importância na formação da central. No Rio de Janeiro, por exemplo, a hegemonia sindical era da chamada “unidade sindical”, encabeçada pelo PCB, e nós, a partir de oposições combativas como a dos bancários, metalúrgicos e outras, conseguimos formar a CUT, ainda que com poucos sindicatos.

A partir das deliberações daquele congresso houve um cerceamento da participação das oposições e a questão do fórum para as deliberações daquele congresso.

Os delegados do congresso nacional passaram a ser eleitos em congressos estaduais. E não mais em assembleias de base das categorias, como era até então. Eu acho que essas medidas ajudaram muito o processo de burocratização e institucionalização da CUT, que ganhou, é óbvio, uma expressão muito maior na década de 80 como o “sindicato cidadão”, câmara setorial, e a ida do presidente da CUT ao entendimento nacional com Collor de Mello.

Depois no governo FHC a CUT para negociou a mudança de tempo de serviço para tempo de

contribuição na reforma previdenciária. A partir daí foram muitas coisas que lamentavelmente moldaram a CUT, e o seu sindicalismo de confrontação apoiado na mobilização, que ajudou a retardar a implementação do projeto neoliberal no país, com a derrota de vários planos econômicos do governo Sarney, para uma espécie de “acionista minoritário” do neoliberalismo no nosso país na virada dos anos 80 para 90.

Eu digo isso pessoalmente aos sindicalistas que começaram a ter participação de peso nos fundos de pensão. Era uma contradição, por exemplo, nós do banco do Brasil íamos para a porta da Bolsa de Valores levar “porrada” durante as privatizações da Usiminas, da Vale, da Acesita, e a Previ, que é o maior fundo de pensão de todos eles trabalhando para bater o martelo. Essa era uma contradição evidente: você tinha uma CUT levando “porrada” da polícia na luta contra a privatização, e uma série de dirigentes cutistas batendo o martelinho com os consórcios que participaram desta farra na época das privatizações do governo FHC isso para mim que emblemático, a CUT dos anos 90.

Existem avaliações quanto à participação da CUT em câmaras setoriais, negociações, que dizem que isso serviria para desmistificar esses fóruns, caso não houvesse conquistas, e essa participação não ocorreria em detrimento da organização da CUT de massas.

As correntes que defendiam a ida às câmaras setoriais e a participação nesses pactos tinham este discurso, até para poder justificar a sua ação, mas a prática não tinha nada a ver com o discurso. Na verdade houve um abandono total do processo mobilização e lutas. É claro

que houve também outro fato emblemático na década de 90 que foi a derrota dos petroleiros em 1995. Foi uma greve duríssima, de uma categoria de ponta, como os petroleiros, enfrentando o governo de FHC, e dirigentes, notadamente da Articulação sindical, isolaram esta greve, ao invés de procurar garantir um processo de generalização da solidariedade com aquela greve e seu significado.

Então acabou mesmo qualquer tentativa de mobilização pela base, se privilegiando a superestrutura de negociação, como câmaras setoriais e a negociação ampla negociação.

Em sua opinião quais foram as consequências do que você aponta na sua avaliação?

A CUT passou a abraçar a pauta da classe patronal. Nas câmaras setoriais quando você vê a redução de impostos, de encargos, com o objetivo de manutenção do emprego, o que nós víamos? Os encargos serem diminuídos, os impostos também, para a classe patronal, e os empregos serem diminuídos para a classe trabalhadora. Nem isso foi assegurado. Sem falar que nós passamos por um período de arrocho brutal nas empresas estatais, que tinham sido empresas de ponta na década de 80, na luta para o desenvolvimento e a consolidação da CUT, e nós passamos no Banco do Brasil oito anos de congelamento salarial.

Então acho que essa postura de institucionalização e de burocratização contribuiu muito para derrotas da classe trabalhadora.

É claro que não se pode descontextualizar a década de 90. De um lado houve a queda do Leste europeu e do outro a própria hegemoni-

zação do neoliberalismo no mundo, que são fatores que dificultaram a vida dos trabalhadores. Mas a postura da CUT também contribuiu.

A CUT, ao invés de enfrentar esse projeto, passou a adotar a postura de acionista minoritário do neoliberalismo. Objetivamente foi isso que aconteceu.

Da forma como você coloca parece que no conjunto dos sindicatos filiados à CUT, e na própria Central, não havia uma resistência a esse brutal avanço do neoliberalismo, que acabou com um emprego de bancários metalúrgicos e de outras categorias?

Eu estou aqui atribuindo e responsabilizando os setores dirigentes, os setores majoritários. Notadamente a Articulação Sindical. Mas é claro que sempre houve uma resistência, uma resistência grande por parte da esquerda no início da década de 90. Nós da esquerda tentamos fazer essa resistência, mas objetivamente éramos os setores minoritários. É claro que esse contraponto acontecia. No sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos fizemos esse contraponto, mas sempre fomos minoritários dentro da CUT.

É claro que algumas derrotas no campo da esquerda também ajudaram a consolidação dessa concepção de colaboração desse “sindicato cidadão”, notadamente a nossa derrota aqui em 91, aqui no sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, quando perdemos a sessão para uma frente dos demais setores cutistas. No setor bancário, o Rio de Janeiro sempre fez o contraponto a São Paulo, que sempre foi o grande peso do setor bancário da CUT. Não é a toa que dali saíram vários ministros e dirigentes de fundos de pensão. Nós conseguimos fazer esse

08 A 11 DE MAIO

Plenária Nacional da CUT

Em São Paulo, com 414 que aprovaram temas relativos

à estrutura sindical, as políticas permanentes da Central, e conclamaram os brasileiros a votar em Lula para presidente da república.

embate nos encontros nacionais e nas instâncias deliberativas da CUT. Havia resistência, minoritária, mas havia.

Na Tese 10 há um ponto que condena o chamado “vanguardismo”. Ou seja, posições defendidas por grupos, mas que não encontra receptividade entre os trabalhadores. Qual a sua posição?

Eu acho que a prática é o critério da verdade. Se isso fosse assim como afirmam, o sindicalismo que é praticado no sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos já teria sido varrido da face da terra. E teria sido cooptado por essa visão de negociações por cima. Nós estamos lá desde sempre, com respaldo de um sindicato que tem indústrias de ponta como a GM e a Embraer, então a prática por si só joga por terra esses argumentos dos setores dirigentes.

A Tese10 definia uma CUT democrática, pluralista, unitária e representativa, textual-

mente dizendo que “a democracia e o pluralismo da CUT são inseparáveis da unidade de ação”. Qual é sua visão do processo histórico olhando de hoje para trás?

A CUT desde o seu início tinha pluralidade. Mas aí também havia um problema porque a pluralidade estava nos papéis, nos anais, nas resoluções e no programa, mas havia uma prática hegemônica dentro da CUT. Algumas decisões importantes da década de 80 não passaram por fórum nenhum. A busca de entendimento com Fernando Henrique em torno da mudança na previdência não passou por discussões deliberativas. Foi uma posição da corrente majoritária que foi lá e implementou. A mesma coisa com a ida ao Collor. E muitas vezes havia discussões formais por conta dos companheiros da Articulação terem, de fato, uma maioria inquestionável. E eram reuniões para formalizar aquilo que eles já haviam deliberado. Por muitas vezes essa pluralidade dentro da CUT foi muito pouco respeitada.

Agora isso não foi sempre assim. O primeiro

congresso da década de 90 foi um congresso praticamente dividido. A questão da proporcionalidade qualificada, que foi uma das grandes questões daquele encontro, foi decidida por poucos votos no congresso rachado ao meio. E mais, ganhou a tese da proporcionalidade qualificada, mas houve ameaça por parte da Articulação de que se isso fosse implantado haveria racha na CUT. Isso mostra que a pluralidade no discurso é uma, mas que na prática era muito mais difícil de conviver.

Você está querendo dizer que isso se aplica também na questão da proporcionalidade de participação das oposições sindicais na CUT, com base no número de votos numa eleição sindical, ou de delegados de local de trabalho?

Existem vários estágios de uma oposição. Tem oposição que já participou de processo eleitoral e outras que não. Eu acho que no caso de uma oposição que tenha participação num processo eleitoral é um critério justo, porque é a representatividade que ela tem dentro de uma

Extrato da Tese 10

“A transnacionalização e o fortalecimento dos setores exportadores impõem uma maior concentração de poder no interior da classe dominante e mudanças no padrão de acumulação de capital, que implicam em grandes mudanças para a classe trabalhadora e seus interesses históricos”

2003

03 A 07 DE JUNHO DE 2003

VIII CONCURTO

Em São Paul, com 2.712 delegados que definiram a estratégia da CUT frente ao

governo Lula. As principais resoluções aprovadas foram à defesa de uma reforma da previdência que ampliasse direitos e contra a ALCA. Também

defenderam a reforma agrária. Pela primeira vez um presidente da República, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com o apoio da Central no final de

Extrato da Tese 10

“O grande capital financeiro internacional tem sido o grande instrumento de expropriação de riquezas e imposição das políticas econômicas recessivas através do FMI e Banco Mundial”

categoria. Esse não foi o problema, o problema foi no cerceamento de fato. Antes as oposições tinham um critério de participação semelhante ao dos dirigentes sindicais da CUT. Esses direitos foram sendo cerceados a partir das deliberações desse congresso de 88. Agora o critério na base de proporcionalidade em função dos votos de uma eleição tem uma sustentação, que tem a ver com a representação real perante a categoria que representa.

Ainda na Tese 10, há um texto sobre a conjuntura internacional, “marcada por uma nova dinâmica do capitalismo e pela perspectiva de agravamento da crise mundial”. Então desde 88 a CUT já vislumbrava esse processo avassalador que se estendeu pela década de 90 e hoje lan-

çou um mundo na crise.

A CUT tinha uma análise de conjuntura correta e frente a isso adotou uma política errada. E eu acho que pelo peso, pela representatividade e pelo significado que ela tinha conquistado junto à classe trabalhadora brasileira e no conjunto dos movimentos sociais organizados ao longo da década de 80, a CUT teria que, durante a década de 90, muito difícil para a classe trabalhadora, com um retrocesso enorme para as nossas conquistas, ter cumprido um papel de ser um bastião de resistência e infelizmente não foi. A CUT adotou um papel de colaboradora da implementação desse processo.

E acho que com o advento do governo Lula, a CUT se transformou numa correia de trans-

missão dos interesses do governo.

Ela ajudou a implementar a reforma da previdência para os servidores públicos, que era um ponto histórico o qual a CUT sempre combateu. Eu acho que a CUT não vai mais se tornar um pólo de resistência como já foi no passado, porque hoje ela é parte do projeto neoliberal, como se vê na gestão dos fundos de pensão por seus dirigentes sindicais, como Petros, Funcef, Previ, que é o maior de todos.

A CUT não está mais cumprindo um papel realmente voltado para a organização dos trabalhadores. Nós somos a favor da negociação, mais isso tem que estar apoiado na pressão da base. Esse tipo de sindicalismo a CUT não tem mais condição de fazer, de voltar atrás. ■

2002, esteve em um congresso da CUT. O Congresso elegeu o metalúrgico Luiz Marinho como novo presidente.

25 A 29 DE AGOSTO

CUT 20 Anos

Semana de comemorações dos 20 anos de fundação da CUT, com destaque para o ato no

Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, local de nascimento da CUT, com presença de todos os ex-presidentes da Central e do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.



Érika Kokay

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília 1992/98 e atual Deputada Distrital de Brasília, pelo PT

A maioria das bandeiras iniciais do III CONCURTO, que nasceram da Tese 10, continua sendo absolutamente atuais e foram agregadas a outros desafios colocados para essa etapa. Nós temos outros desafios postos. Eu diria que nós temos a estranha mania imposta por um país tão sentido, digamos assim, de estarmos agregando desafios ainda do século 18, ou do século 17, a desafios do século 21. Então, portanto, as grandes bandeiras, elas continuam absolutamente atuais.

No Congresso de 88 nós tivemos uma reestruturação orgânica da própria Central, nós tivemos primeiro a pontuação sobre a necessidade das organizações verticais, as organizações verticais orgânicas, ou seja, que apenas poderiam participar das estruturas nacionais, entidades filiadas à Central Única dos Trabalhadores. Então se dá um corpo orgânico, não significa que você tenha Confederações ou estruturas nacionais que não tivesse a visão cutista, então você estrutura organicamente, verticalmente para o ramo

de produção. Aliado a isso você pontua a necessidade de organização no local de trabalho, que é onde o trabalhador sente concretamente, ou tem concretude a mais valia, é onde ele sente a dor de ser submetido às estruturas de trabalho. Então o fundamental é o que nós tenhamos a organização no local de trabalho.

Aquela estrutura que nasceu no III CON-CUT era democrática?

Eu diria o seguinte, os congressos da Central são abertos e os delegados são retirados com a participação inclusive de quem não é dirigente, dentro da proporcionalidade. E a Central Única de Trabalhadores nunca abandonou a proporcionalidade, senão abandonaria a sua democracia, então, se uma determinada chapa consegue um percentual mínimo, ela vai ter sua representação na delegação, como terá também na direção. Eu acho que hoje você tem uma participação que mescla oposição, que mescla a representação da base.

O que mudou em 88 foi que a base de delegados de cada uma das entidades seria tirada não pelo número de trabalhadores na base, mas pelo número de sindicalizados àquela entidade, o que eu acho que é salutar.

Porque nós temos estrutura, sindicatos que têm uma base imensa e que, portanto, sobrevivem financeiramente do imposto sindical. O imposto sindical é sobre 80 mil, sobre 50 mil trabalhadores, mas que contam com 4, 5 mil trabalhadores sindicalizados. Então creio que a representação de uma entidade sindical é a representação de como os trabalhadores encaram aquela entidade sindical e como eles aderem e

sustentam aquela entidade sindical com a própria luta, com o seu reconhecimento e sustentam financeiramente.

Então, portanto, o fato de você tirar e considerar como base de cada sindicato, não os trabalhadores que pertencem aquele sindicato, mas os trabalhadores sindicalizados, eu acho que qualifica, porque indica que quanto maior a representatividade, democraticamente aferida, pelo próprio posicionamento da base ao se sindicalizar, maior será a delegação daquela entidade sindical. Então, portanto, eu acho que isso foi um progresso, foi aprimorar as estruturas.

Agora hoje, como antes, não são só dirigentes não é as assembleias são chamadas, as assembleias são convocadas, e nelas se tiram os delegados daquele segmento, a partir, do número estabelecido, pelo número de sindicalizados e não pela representação do conjunto dos trabalhadores, mas pelo número de sindicalizados. E aí os trabalhadores participam, porque há participação da base.

Eu diria que em 88, nós estamos nos ventos libertários, não é? Os ventos libertários que deram origem ao Partido dos Trabalhadores e deram origem a própria Central Única dos Trabalhadores, ou seja, derrocada a ditadura militar, resgate do que foi por tanto tempo cerceado, resgate do pleno desenvolvimento da liberdade de expressão e o que não estava dado ainda.

Não que eu tenha e ache que a democracia formal que vivenciamos é uma real democracia. Porque a uma igualdade formal, que a Constituição assegura, há uma igualdade material, que estamos longe de conquistar e uma igualdade imaterial que ainda estamos distantes de conquistar.

Então, portanto, eu diria que a estrutura orgânica da Central Única dos Trabalhadores, ela a meu ver, foi um salto de qualidade.

Foi uma discussão das mais polêmicas porque ali se dizia “isso vai burocratizar a Central”, e eu acho que se houveram comportamentos diferenciados, isso não pode ser atribuído ao caráter orgânico da própria Central e às mudanças na estrutura sindical que aconteceram a partir do Congresso de 88.

O que a senhora acha da avaliação de alguns setores do sindicalismo, hoje, de que a estruturação da CUT deu origem à burocratização e a conseqüente desmobilização das bases, facilitando a entrada do neoliberalismo no país, na década de 90?

Considerar que a CUT foi responsável pela avassaladora intervenção neoliberal no Brasil é um reducionismo. É não considerar que esse foi um fenômeno mundial, é não considerar que foi uma nova forma de organização do capital. Ou seja, nós temos hoje uma acumulação do capital financeirizada e não reconhecer, que ao se financeirizar o domínio das economias financeiras e da economia, você estava tirando a acumulação do lucro, inclusive, do resultado da produção. Isso vai criar uma camada muito grande de excluídos, que é o fenômeno da década de 90, e a extensão do desemprego absolutamente estrutural. Houve um desemprego estrutural e as cadeias produtivas foram quebradas.

Quando se abre as comportas do país por uma globalização submissa, subalternizada, que é uma globalização falsa, as cem maiores empresas mundiais, a maioria delas tem seus ativos e a sua tecnologia de ponta nos seus

2004

1º DE MAIO

A CUT levou ao povo brasileiro nas comemorações do 1º de Maio os eixos políticos emprego, distribuição de

renda, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, salário mínimo decente, reforma agrária. Ocorreram manifestações em todo o país, com

destaque para o evento realizado na Avenida Paulista, em São Paulo, que reuniu mais de um milhão de pessoas.

países de origem, não transferem para o país, não é globalizado isso, permanece absolutamente concentrados nos países de origem. E o que eu diria que a globalização de fato, foi extensão das fronteiras dos países mais ricos particularmente, os Estados Unidos, para o conjunto do mundo. Então, portanto, é falso o mito da globalização.

Neste processo do mito da globalização e das reestruturações produtivas, que algumas categorias sentiram mais do que outras, ou seja, metalúrgicos, bancários foram vitimizados sobremaneira, dois esteios da Central Única dos Trabalhadores, sobre o processo de reestruturação produtiva. Porque houve uma robotização, houve uma automação absolutamente intensa e houve a financeirização da economia. Quando houve a financeirização da economia houve a necessidade de que a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, também conseguisse dialogar com o segmento que estava fora do mercado de trabalho, ou seja, se colocou um o novo desafio que não estava dado em 88.

Houve um desafio para a Central, que a Central teve digeri-lo. Qual foi o desafio que foi dado? Você tinha uma verdadeira opressão midiática, um mito de uma globalização salvadora e um mito de uma autonomia racional do mercado. Deixe o mercado, porque ele por si só tem autonomia e equaciona o desenvolvimento de um próprio país, isso é que foi estabelecido, tanto no governo Collor, com interregno no governo Itamar, no “impeachment”. E o “impeachment” teve a participação da Central Única dos Trabalhadores de forma decisiva, não apenas nas mobilizações, quando ele já estava dado, enquanto um fenô-

meno que atraía grandes mobilizações de massa.

Mas quem começou a discussão, e eu era presidente do Sindicato dos Bancários nessa época aqui de Brasília, eu digo que 80% do que saiu daqui, que levou ao Impeachment, saiu da própria estrutura do sindicato. Então o que eu quero dizer é que você teve o interregno com o governo Itamar Franco, que foi um rompimento com o “impeachment” do Collor, e uma continuidade de uma forma muito acirrada de uma lógica que permeava o conjunto da América Latina e que permeava a maior parte dos países.

Então, portanto, esse é o fenômeno, que com a queda do muro de Berlim, se muda, não que eu defenda o que existia, ou o modelo estabelecido nos países do Leste Europeu, na União Soviética, mas eu não posso negar, sobre pena de ser leviana, que a existência de um bloco da União Soviética representava um contraponto à intervenção do imperialismo norte-americano.

E o que ocorreu do governo do FHC para frente, com as questões concretas para atuar, além de lutar contra as privatizações e outras coisas desse nível?

Quando houve o governo Fernando Henrique Cardoso, os paradigmas foram absolutamente concretos, os paradigmas da economia nacional, o volume da financeirização, que leva ao desemprego estrutural, porque veja bem, agiota não emprega, ganha dinheiro sem lastro na produção. O que aconteceu foi o seguinte, antes você tinha uma inclusão periférica, sempre periférica, sempre subalternizada da classe trabalhadora, mas uma inclusão no mercado de tra-

balho e de repente ocorreu um fenômeno, uma massa imensa de excluídos e a necessidade de um diálogo com a própria sociedade.

Eu diria que houve um rompimento de paradigmas e desafios absolutamente novos a serem enfrentados, que a Central Única dos Trabalhadores nunca tinha visto na sua frente, e isso provocou uma discussão interna, isso provocou um primeiro momento de redefinição das bandeiras e da atuação, e havia de se redefinir. A luta em si contra a privatização, pela reforma agrária, o desemprego estrutural, com a precarização das condições de trabalho, também foi provocada pela pressão do desemprego, tudo isso configurou um período de resistência, onde se tentava assegurar o que se tinha.

Bem ou mal havia uma política salarial porque em todas as datas bases nós lutávamos para que houvesse a reposição integral. Havia uma política salarial e em 1994 ela foi extinta. Era a livre negociação, mas livre negociação sobre um desemprego estrutural e uma pressão imensa de um setor e uma opressão midiática sem tamanho. Porque veja, em 2006, a discussão do segundo turno se deu em cima da privatização, e essa discussão foi vencida, mas foi vencida com muito ônus.

Agora pense quando nós chamávamos para resistir à privatização da Usiminas, resistir à privatização da CSN, resistir à privatização da Vale, das Telecomunicações, mas em relação a essas empresas nós não conseguíamos estabelecer um diálogo com a sociedade, porque havia um mito de que isso era modernidade.

Eu me lembro do Collor quando disse que os carros nacionais eram carroças e que o Brasil

→ 2004

13 A 15 DE DEZEMBRO

1ª Marcha Nacional do Salário Mínimo

A Marcha Nacional sobre Brasília pela Recuperação do Salário Mínimo e

Correção da Tabela do Imposto de Renda foi proposta pela CUT e organizada conjuntamente com as centrais sindicais Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT.

Durante três dias aproximadamente três mil sindicalistas fizeram a caminhada que terminou em frente ao Palácio do Planalto num grande ato público. Ao final

deveria alçar a modernidade e o Fernando Henrique era o mito da modernidade, a modernidade era o mercado e a mídia vendia isso de uma forma extremamente opressora, e nós tínhamos nesse quadro uma dificuldade de dialogar com população. Pense que foi 2006, o segundo turno, essa discussão estava vencida por nós, mas já sem CSN, sem Telecomunicações, sem parte do setor elétrico, já sem Vale do Rio Doce, mas estava vencida. Porque quando se fez essa distinção do segundo turno das eleições presidenciais, a população esmagadoramente é contra a privatização, mas ela sofreu a privatização e nós não conseguimos dialogar.

Uma das grandes polêmicas que houve foi à participação da Central Única dos Trabalhadores, alguns anos depois de 88, na década de 90, nas câmaras setoriais, que seria a construção de um “pacto”, que se tentou, e se tentou depois com Fernando Henrique, houve a tentativa da construção de um pacto social com todos os segmentos.

O que eu quero dizer é que uma das grandes polêmicas era se a CUT deveria ou não participar das câmaras setoriais, que seriam “pactos” - a representação do Governo, com a representação dos empresários por setor e a representação dos trabalhadores daquele setor. E foi vitoriosa a tese de que sim, que deveríamos participar das comissões setoriais.

Acho que foi equivocado e eu mesmo defendi a participação à época. Porque de toda sorte, a defesa da participação das comissões setoriais nos vinha com o argumento de que nós manteríamos a nossa independência, a nossa autonomia, negociaríamos, apresentaríamos as

propostas dos trabalhadores e não nos submeteríamos a esta conciliação, sendo uma conciliação nefasta para a classe trabalhadora.

Um fórum secundário e não o principal?

Esse era o argumento. Agora, quando você cria as Câmaras Setoriais, você cria uma expectativa de que é possível, fazer um pacto, com uma lógica de governo e uma lógica empresarial, emulada por esta lógica de governo neoliberal, que é estritamente destruidora para a classe trabalhadora. Ali os trabalhadores não iriam conseguir, enfim, nenhum tipo de avanço efetivo para que pudessem trilhar o caminho da sua independência e resgatar as bandeiras que até hoje são visíveis, como reforma agrária, como soberania, enfim.

Acho que talvez tenham sido equivocadas essas iniciativas por criar esta expectativa, embora ela não fosse falada. E nem fosse o argumento de se participar das comissões setoriais, não fosse o argumento de que dali nós iríamos avançar, mas que era preciso participar dos pólos que se apresentavam, por que os trabalhadores teriam autonomia e segurança para colocar suas ideias, para fazer o contraponto.

Pense bem, essa participação nas comissões setoriais, os pactos nas propostas semelhantes à pactuação entre os três segmentos tripartites, elas eram parte de um processo absolutamente destruidor, mas elas se fortaleciam porque havia uma necessidade de estabelecer um diálogo com a sociedade. Um diálogo com a sociedade, porque nós não podíamos mais dialogar apenas com os trabalhadores que continuavam no mercado de trabalho.

Quando se tem o alto nível de desemprego estrutural, não apenas se angustia uma parcela imensa e a joga na exclusão social, mas se pressiona a precarização de quem está no mercado de trabalho. Eu me lembro que sentávamos para negociar e os banqueiros diziam “mas vocês tem emprego”. Então o fato de ter emprego deixou de ser uma condição básica e passou a ser uma diferenciada, um diferencial que era utilizado pelos patrões para o endurecimento nas mesas de negociações, e essa era uma realidade.

Então, portanto, a participação nos pactos, nas comissões setoriais desse processo, qualquer que seja o governo, era uma tentativa de estabelecer um diálogo. Nesse período eu tinha absoluta certeza de que, como toda a realidade é grávida do seu contrário, que o movimento sindical estava amadurecendo no próprio sofrimento ou no próprio ataque que estava sofrendo, para superar determinadas limitações.

Então deixa eu lhe dizer o que eu acho. Primeiro, que neste período houve a clareza da necessidade mais do que nunca de se mexer nas estruturas e no diálogo com a sociedade. O movimento sindical sair da luta específica do contracheque para começar a discutir com o conjunto da sociedade a possibilidade e a necessidade de mudança no país.

Vamos lembrar que foi algum tempo depois que a CUT decidiu reafirmar que apoiava um candidato à presidência da República. Isso foi um processo de construção, e a CUT decidiu tirar em Congresso o apoio à Lula. Não éramos partido, mas tudo bem, aí se elevou a compreensão do país e do próprio movimento sindical sobre a necessidade de interferir na conjuntura,

do ato, os dirigentes que se reuniram com Lula anunciaram a elevação do salário mínimo para R\$ 300,00 (trezentos reais) e a correção em 10% da tabela do imposto de renda a partir de 2005.

2005

1º de Maio de 2005

As comemorações do 1º de maio de 2005 tiveram temas como a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, emprego, renda lazer,

nas eleições, de uma forma muito mais aberta, muito mais segura e com muito mais diálogo com o conjunto da sociedade.

E o segundo aspecto é que se começou a perceber que havia mais coisas do que imaginava a nossa vã filosofia, entre o contracheque e a pessoa. Então foi nesse período, 1995, eu lembro os 300 anos da imortalidade do Zumbi, que a CUT começou a pontuar com mais exatidão, que há uma pessoa dentro de cada trabalhador, que o trabalhador não é um ser abstrato, detentor de hora extra ou de reajuste salarial. Mas que há nele uma pessoa a demandar questões como a da igualdade racial, de gênero. Daí se criou condições para que se estruturassem secretarias como a de mulheres, que nessa época era considerado um absurdo falar de secretarias de mulheres.

Hoje nós temos a secretarias de políticas para mulheres, a questão da orientação sexual, as questões de cidadania, ou seja, estabelecemos que era preciso também dialogar com os trabalhadores enquanto pessoas e fazer disso um diálogo para disputar a hegemonia.

Portanto, eu acho que de todo esse processo, do ponto de vista histórico, com todos os erros e acertos, nós tivemos alguns avanços. Um deles foi à intervenção mais decisiva na conjuntura, não apenas sob o ponto de vista da luta estritamente sindical, sem abandoná-la, mas dando uma dimensão real a ela. O segundo foi à discussão de considerar o recorte de pessoas dentro da luta sindical e o terceiro foi à qualificação do movimento sindical.

As Câmaras Setoriais, não só as câmaras setoriais, mas as próprias negociações salariais,

particularmente dos segmentos mais atingidos pela reestruturação produtiva, que foi violenta, o movimento sindical da CUT se qualificou para fazer uma discussão, então aí se sentava à mesa para se discutir a reestruturação produtiva.

Perceba o que é isso, que pode parecer reformista, mas isso significa uma qualificação para se discutir o sistema financeiro, na mesa de negociação com os banqueiros e apresentar propostas para o sistema financeiro. Porque não bastava mais reivindicar reajuste salarial para os bancários, mas tratava-se de desmitificar o que estava sendo generalizado e era apenas um mito e para isso havia que ter uma qualificação.

Mas apesar disso, a senhora fez aqui uma análise crítica desse processo, chamando-o de equivocado por semear falsas expectativas?

Quando se participava das Câmaras Setoriais, quando se decidia isso, era estimulando a organização no local de trabalho, qualificando a discussão para através das Câmaras Setoriais se fazer um diálogo com a própria sociedade e desmitificar os mitos. Os mitos de que era isso mesmo, e que era assim que vivíamos um mar de progresso e que as estatais, por exemplo, eram “paquidérmicas”. Eu acho que nunca vou esquecer na minha vida, um elefante numa propaganda do governo Collor, que era um elefante bem grandão, gordão, que era o Estado e que “era preciso ter um Estado mais ágil”, que “o povo iria viver melhor”, que é o grito do “mercado”.

Eu diria que a gente teve que se qualificar para isso. O problema que talvez tenha havido com as Câmaras Setoriais era que pode ter se criado uma ilusão, uma expectativa que ali se substituiria, não era esse o discurso, vou rea-

firmar isso aí, não se dizia que ali era a forma que nós tínhamos para resolver os problemas da classe trabalhadora, mas é que poderia se criar uma expectativa, de que por ali se resolveria.

Porque foi nessa época que surgiu com muita força o “sindicalismo de resultados”, ou seja, os trabalhadores sem resultados objetivos na mesa de negociação, não se tinha aumento salarial, condições de trabalho, de assegurar o emprego, essas condições mais básicas, mais elementares, que era diferente da década de 80, onde vivemos um processo de ascensão, já nos ventos que derrubaram a ditadura militar e que nos alçaram em vãos altos, não é, uma época de grandes conquistas.

Hoje nós estamos retomando muita coisa, mas a década de 80 foi a década de conquistas, enquanto que a década de 90 foi a de resistência, agora se busca recuperar e estabelecer novas conquistas, mas com outra visão, com um recorte mais de pessoa, com recorte de integração nacional, na conjuntura e tudo mais.

Então eu diria que talvez, tenha se criado a expectativa de que isso viria em detrimento da organização da própria classe trabalhadora, mas nunca houve esta compreensão dos que defendiam a Câmara Setorial, e a História mostrou que elas não foram frutíferas.

Depois dessa jornada, a CUT convive a partir de 2003 com o presidente da República que estava na sua própria origem, um presidente operário, quase em final de mandato. Então que papel que a senhora acha que a Central deve ter agora?

Creio que essa polêmica sobre a relação entre partido, governo e sindicato, quando o

→ 2005

educação, reforma agrária e liberdade e autonomia sindical. Em todo o Brasil mais de um milhão e 300 mil trabalhadores saíram às ruas.

10 A 13 DE MAIO

Plenária Nacional da CUT

Em São Paulo, com a presença de 558 delegado que, mesmo reconhecendo as

conquistas do governo Lula, decidiram ampliar a mobilização popular para exigir mudança radical na política econômica, com a redução de juros, aumento da

Extrato da Tese 10

“Se na luta reivindicatória a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas massas em movimento contra os patrões e o Estado, estarão de forma decisiva contribuindo para formar uma consciência anticapitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo”

partido é o partido da maioria, que representa os trabalhadores e o governo também é desse partido, existe desde 1917, na Rússia. Eu diria que o manter a independência da Central, do movimento sindical em relação ao partido e com relação aos governos, por mais democráticos que sejam, é absolutamente fundamental, e a CUT tem preservado a sua independência. Agora manter a independência não significa se redomar, não significa não encarar as mudanças conjunturais e se posicionar a cerca delas.

Portanto, negar os avanços que existem, por mais insuficientes que sejam com relação ao que se pretende, ou ao que se necessita, mas negar os avanços significa mergulhar na amargura. E como a vida é dialética, a história é dialética, não é linear, negar os avanços significa negar os graus necessários para se chegar à utopia.

A CUT não é um sindicalismo amargo, e, por-

tanto, reconhece todos os avanços e não se nega a se posicionar acerca deles. A CUT foi importante na eleição de Lula, a CUT foi importante em estabelecer a reestruturação de paradigmas, eu não digo que houve uma mudança, mas uma reestruturação de paradigmas, e reconhecendo os avanços, não se submete a estrutura do próprio governo, mantendo a sua própria independência.

É tanto verdade que a posição da CUT, agora com a crise financeira, tem sido esta, com relação à questão da produção, de assegurar o emprego. As negociações que a CUT tem estabelecido são essas.

A Central Única dos Trabalhadores hoje mantém sua autonomia com relação aos patrões, com relação aos governos e com relação aos partidos políticos, e várias vezes a Central Única dos Trabalhadores se posicionou contra a posição do próprio partido. Hoje mesmo, o mo-

vimento dos trabalhadores da CUT está contra as Fundações Públicas de Direito Privado, que é proposta do governo no Ministério da Saúde.

Se essa Central, no Governo de Lula, com todo o embate e a luta de classe pós-moderna, na qual a elite nunca vai engolir a experiência de Lula e vai se posicionar contra ela, com tudo isso e com toda esta conjuntura, a Central Única dos Trabalhadores não se submete ao governo.

A CUT que foi criada num vento fértil da democratização, que resistiu ao neoliberalismo, que ajudou de forma substancial a termos um governo progressista, e continua exercendo o seu mesmo papel. Mas como a gente nunca nasce feito, nem sai daqui feito, novos desafios vão e estão se impondo. E nós da Central Única dos Trabalhadores temos respondido à altura a todos eles, tanto que a cada dia que passa a Central mais se fortalece. ■

produção e do emprego, elevação da capacidade aquisitiva do salário mínimo, redução da jornada de trabalho sem redução de salário. A Plenária também

reafirmou a necessidade de democratizar a estrutura sindical, de forma a fortalecer as entidades sindicais realmente representativas.

16 DE AGOSTO

Dia Nacional de Luta

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), com a participação da CUT,



Gilmar Carneiro dos Santos

**Secretário-geral/88
Sindicato dos Bancários
de São Paulo**

O III Congresso de 88, na minha opinião, foi o mais importante da história da CUT. Eu diria mais, mais importante da história recente do movimento sindical brasileiro. O projeto de construir a CUT no Brasil era hegemonizado pelo bloco “pelego reformista”. O bloco combativo, o bloco mais libertário, ele era minoritário. É só ver o com o impasse da Praia Grande, que era caracterizado pelo que eu passei a chamar de um bloco da “Santíssima Trindade”, que veio a ser o pessoal da Igreja, com o pessoal do PT e o pessoal que ficou com a CUT mais tarde.

Na verdade nós chegamos a ter na executiva da CUT dezessete

grupos, partidos, as tendências e agrupamentos políticos. Nessa época era o PT, o PSDB, o PDT, PMDB, PSB, PTB e quase todos partidos, com seus quadros que vinham dos sindicatos. E dentro do PT tínhamos umas doze tendências diferentes, que também atuavam dentro da CUT. E dentro da Igreja, as pastorais todas.

Isso que o senhor está colocando é uma crítica ou atendia ao princípio de uma CUT classista, de massas e democrática?

Aquele era o momento de transição da ditadura para a democracia. Em 1982, quando nós vivíamos na Comissão Nacional Pró-CUT o impasse de fazer o congresso neste ano ou adia-lo para 83, havia quem dizia que “a ditadura nos unifica e a democracia nos separa”. Aquela unidade de ação absoluta que todos os grupos tinham no trabalho conjunto de construir a CUT era um movimento hegemônico pelo bloco “pelego reformista”.

O impasse surgiu em relação ao artigo 8º, que regulamentava a participação das oposições sindicais e dos movimentos sociais no congresso de fundação da CUT. O artigo 8º era que possibilitava a vinda dos trabalhadores rurais da Igreja, e de um congresso com 5.000 pessoas cerca de 2.000 eram trabalhadores rurais. Mas pela regra da estrutura sindical dos pelegos quem deveria vir seria apenas um por sindicato. Dois ou três por sindicatos no meio da ditadura, só viriam pelegos, mas o nosso objetivo estratégico era oxigenar o movimento sindical, fazer uma frente ampla massas, e com ela derrubar a ditadura e conquistar a democracia.

Esse impasse com os “pelegos reformistas”

foi superado com a criação da CUT em 83, e do ponto de vista da briga com a direita. Mas apareceu no mesmo congresso de Belo Horizonte uma briga entre os esquerdistas, os mais à esquerda e os sociais-democratas.

O impasse se desloca para a esquerda porque nessa época se vivia a revolução sandinista, dentro de um processo de fortalecimento da esquerda no mundo. O debate aí não é ainda a queda do “Muro de Berlim”, nem a implosão do bloco soviético, ao contrário. Nós vínhamos de um processo de fortalecimento da esquerda no mundo, com a questão do pós-guerra do Vietnã, a pós-revolução cubana, e com o sucesso dos sandinistas, que fizeram a revolução popular com apoio da social-democracia européia, dos socialistas e, principalmente com o apoio da Igreja, acabando com a ditadura na Nicarágua.

Esse debate da Frente Sandinista vem para o congresso da CUT. O “partidão” estava fora, o PC do B estava fora, e de dentro nós tínhamos a “Santíssima Trindade”, o PT e a CUT e a Igreja, num movimento mais libertário, mais arrojado, junto com os trotskistas e os anistiados.

No impasse havia um bloco liderado por São Bernardo, por nós bancários, e uma parcela significativa da Igreja, muita a gente que viveu a anistia e o exílio, que defendiam que a CUT deveria ser uma central sindical, estruturada por ramos, por sindicatos, com escritórios estaduais e tudo. Uma central sindical.

O bloco mais esquerdista dizia que a CUT deveria ser uma frente revolucionária. Quando a gente dizia que uma frente revolucionária era papel mais para um partido do que de uma central sindical, eles usavam dois argu-

mentos: a experiência do Solidarienosk, na Polônia, e o fato de que eles já pressentiam que a dinâmica do PT seria mais institucional e não de um partido revolucionário. Um partido mais socialista para social-democrata, que um partido revolucionário.

É aí que aparece a defesa da filiação direta à CUT e não somente através de representação por sindicatos?

A questão da filiação direta quem defendia era pessoal que queria ver a CUT se tornar uma frente revolucionária. Se fosse uma frente revolucionária e não uma central sindical, então ela poderia aceitar a adesão direta. Esse ela aceitasse a adesão direta, a estrutura da central desapareceria. Seria um movimento de massas e não uma central orgânica. Se confundiria com o partido ou mais que um partido, que também tem uma estrutura.

Historicamente poderia ter dado certo se a ditadura tivesse retrocedido. Se houvesse um endurecimento total não haveria mais esperança na institucionalidade e aí se trataria de uma sublevação social. A ditadura foi desminuindo e foi crescendo a institucionalidade. Em 82, por exemplo, nós tínhamos acabado de sair da primeira eleição para governador, com a vitória do Montoro em São Paulo e muita gente boa no Brasil inteiro. Para fazer a fundação da CUT nós tivemos o apoio decisivo do PMDB, do prefeito de São Bernardo Tito Costa, que ajudou muito com a infraestrutura, o Montoro e o Ulysses Guimarães também ajudaram.

A nossa opção de que a CUT deveria ter uma estrutura de central sindical, com a dire-

→ 2005

convocou uma grande manifestação em Brasília tendo como proposta a plataforma política da “Carta ao Povo Brasileiro”. Mais de 40 mil pessoas manifestaram

repúdio às tentativas neoliberais de desestabilização do governo, exigiram a apuração das denúncias de corrupção e a reforma política como instrumento

para combatê-la. Também exigiram mudanças urgentes na política econômica, com menos juros e mais empregos, investimentos nas áreas sociais.



“Em praticamente todos os países do continente foram realizadas grandes greves, incluindo greves gerais e manifestações de massa tendo como um dos eixos principais a dívida externa e todas as suas consequências”

ção nacional, as federações estaduais, as CTUs estaduais e também os sindicatos com confederações e federações e tudo, fortaleceu a linha da institucionalidade do modelo internacional do sindicalismo. Para provar o quanto esse debate era intensivo, enquanto o pessoal defendia a idéia da frente revolucionária nós perguntávamos para eles “qual é o país do mundo que tinha uma estrutura sindical que não seja por ramos, por exemplo,?”

O único país que não tinha ramos era a Bolívia, e eu brincava com eles dizendo que a Bolívia não tinha ramos porque a economia boliviana só a tinha os mineiros, os agricultores e os servidores públicos, era muito débil. Agora se você fosse na Argentina, na Europa toda, nos Estados Unidos e até na própria FSM, a federação sindical mundial comunista, eram todos estruturados por ramos. A Federação Internacional dos Metalúrgicos, a Federação Internacional dos Químicos, quer dizer, internacionalmente, tanto pela linha comunista como pela linha social-democrata nós tínhamos um modelo institucional e vertical.

Esse congresso aprovou por ampla maioria que, a partir dali, para participar da vida da CUT teria que estar filiado à Central. Aí nós saímos de seis sindicatos para 750 sindicatos filiados. Para participar nos congressos teria que estar filiado. E as oposições tinham que ser reconhecidas e acompanhadas pela Central porque se não a oposição sindical ficaria superdimensionada.

A oposição associava que a votação que ela tinha numa eleição representava seu poder cotidiano durante três anos e isso não era verdadeiro. Era uma fotografia, como se fosse uma pesquisa, mas ela não tinha poder de fogo e de mobilização como tinha a direção de uma instituição. Muitas vezes havia um grupo de oposição querendo ter uma representação na central maior que os dirigentes sindicais.

Vamos especificar isso: no caso dos metalúrgicos de São Paulo, a oposição sindical chegou a ter nessa época, numa eleição, 45% dos votos. Pelo que o senhor diz, se isso era uma fotografia do momento, ela não mereceria uma

representação maior?

É que essa representação de 45% dos metalúrgicos de São Paulo era uma delegação para o congresso da CUT maior que a dos metalúrgicos de São Bernardo. Sindicalmente e politicamente, jamais o “MOMSP”, Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo, teria mais peso que os metalúrgicos de São Bernardo. Na verdade, esta votação toda que a oposição metalúrgica tinha em São Paulo era muito importante contra o Joaquinzão, um símbolo da ditadura.

Quando o Joaquinzão deixou de ser candidato, a oposição metalúrgica, ao invés de se esforçar para ter uma chapa única contra o herdeiro dele, ela acabou rachando em duas chapas. Com duas chapas de oposição e uma de situação, o Luiz Antônio Medeiros foi eleito presidente do sindicato, e se somássemos os votos das duas chapas de oposição, elas teriam mais votos que a chapa do Medeiros.

O senhor acha que a CUT perdeu o caráter classista e de massas quando optou pela

→ 2005

28 A 30 DE NOVEMBRO
2ª Marcha Nacional do Salário Mínimo
A II Marcha Nacional pela valorização do salário mínimo foi comandada pela

CUT e contou com a participação das centrais sindicais CGTB, CAT, CGT, SDS e Força Sindical. No dia 29 de novembro, aproximadamente 15 mil manifestantes

ficaram em vigília enquanto os representantes das centrais se reuniam com os ministros do governo e exigiam um salário mínimo de R\$ 400,00. Como

institucionalização, e mais à frente participou de iniciativas como pacto social e câmara setorial? Ou fez o caminho correto?

Não foi nem uma coisa, nem outra. Na verdade o que afetou o comportamento da CUT foi a democratização do país. O fato de o Brasil ter uma Igreja extremamente ativa, com a Teoria da Libertação e ter um partido de esquerda e de massas, que é o PT, então essa combinação fez com que o movimento de massas no Brasil crescesse numa dimensão tão grande que levou à eleição de governadores, prefeitos e um presidente da República, oriundos desse tripé que eu falei no começo.

A institucionalização da democracia fez com que houvesse uma diminuição nos atritos mais crônicos nos locais de trabalho, e a sociedade vai se acostumando a um conflito dentro da normalidade democrática.

Agora, esses sindicalistas que se tornam prefeitos, governadores e até presidente da República, embora tenham muitas coisas que nos alegre, como o crescimento da democracia, do salário mínimo, do salário dos aposentados, mas qual é a grande mudança que ocorreu na área trabalhista?

O fim do imposto sindical, por exemplo, você ter oito anos de um governo de esquerda, de um sindicalista, e ver o país não acabar com o imposto sindical é uma tristeza muito grande. E pior do que não acabar com o imposto sindical é que neste governo está sendo criado o imposto sindical dos servidores públicos. É um retrocesso dos retrocessos você institucionalizar,

de vez, o imposto sindical tanto para os patrões quanto para os trabalhadores. Tinha que acabar o imposto sindical. A Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, com a liberdade e autonomia sindical. Mesmo nesse governo a Convenção 87 não foi ratificada.

Seja do ponto de vista sindical ou do ponto de vista do país, o Brasil não avançou tanto na democracia. Quando tem um governo de esquerda, a gente desejaria que avançasse. E isso se reflete no movimento sindical. Quando nós olhamos o plano de ação do congresso da CUT de 88, em minha opinião ele reflete os valores do conjunto da sociedade do ponto de vista de um desejo de um país democrático, e no olhar de uma sociedade social-democrata, socialista, de mercado, mas numa visão mais humanista. Uma visão com mais inclusão social dos pobres, um país que passasse a ser de grande classe média.

A CUT tem, em suas diretrizes, o compromisso lutar por uma sociedade livre e sem exploração, leia-se socialismo, termo que aparece em quatro pontos da Tese 10. O que mudou?

Eu acho que é assim, no discurso, se mantém, mas é aquela discussão sobre o que é tático e o que é estratégico. Se você conversar com todo o nosso governo, todo o pessoal que é de esquerda no governo, vão dizer que continuam sendo socialistas. Agora, na hora que você vai fazer a análise do governo, vai ver que este é o governo que é possível. Mas o que é possível é também relativo. Se você analisar bem hoje, nós temos 28 partidos no Brasil e os 28 estão quase

iguais. É uma promiscuidade ideológica e partidária que mostra que a rotina dessas pessoas não é um projeto de sociedade, nem de partido.

Não é um projeto de interesses globais e partidários. Mais que partidário são pessoais, locais ou grupais. Então do ponto de vista do avanço da democracia nós estamos numa fase meio estagnada.

Mas a CUT é jovem, os trabalhadores e os sindicatos têm muito que fazer para transformar a sociedade.

Ainda não foi assimilado pela sociedade que o movimento sindical, como porta-voz dos trabalhadores, é um ator que pode ser muito importante no avanço da qualidade de vida. E o movimento sindical, na medida em que ele ficou em segundo plano nessa conjuntura de avanço da democracia, ele ainda está tentando recuperar o papel que teve na década de 80.

Havia um conjunto de fatores que faziam com que o papel da CUT fosse melhor naquela época do que agora. Mas ainda é um papel muito importante. O Artur Henrique, que é o presidente atual, tem um papel muito bom. A CUT está em todos os conselhos nacionais, estaduais e municipais, como o Conselho da Criança, do Adolescente, da Saúde, Educação. Só a nível federal são 33 conselhos. E aí se faz política pública. Agora precisa avançar mais.

O sindicalismo tem que entender que se ele não estiver pensando o tempo todo na qualidade de vida da sociedade e dos trabalhadores, ele perde a razão de existir. Não pode perder isso de vista. ■

2006

1º DE MAIO DE 2006

Fortalecer a democracia, mais e melhores empregos, renda e ampliação de direitos, estes foram os eixos do 1º de Maio deste

ano. Em todo o Brasil, aproximadamente dois milhões de trabalhadores participaram das atividades convocadas pela CUT e entidades parceiras.

resultado da mobilização, alterou-se a ordem de prioridade da decisão do valor do salário mínimo, que passou a ser discutida antes do Orçamento da União ser votado Congresso Nacional.



Sebastião Lopes Neto

Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

Em 1988 entrei na direção nacional da CUT, e fui da executiva até 2000. Era membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e quando a CUT ainda tinha um critério uniforme para eleger delegados por categoria e não por sindicalizados, aconteceu um fenômeno com a oposição meta-

lúrgica: nós tínhamos que juntar 1.200 pessoas para tirar delegado, para ter direito a toda a delegação. Então imagina o que é uma oposição sindical ter assembleias para tirar delegados maiores que os grandes sindicatos da CUT. Acho que na época nem a APEOESP juntava tanta gente quanto nós da oposição sindical para tirar delegado.

Eu estou começando com isso porque toda a construção da idéia de mudar de representação de “base” para “sindicalizado” é uma idéia falsa, e que, na sua lógica, também não se sustenta. Porque você não pode, se quer criar outra estrutura sindical, estabelecer o critério interno que referencia a estrutura que você combate.

Boa parte dos sindicatos do Brasil, por exemplo, em São Paulo, comerciários, construção civil, borracha - não tinha sócios na época, então é uma maluquice você tirar delegados subsindicalizados porque isso não leva a que a oposição se preocupe com um número que atinja o conjunto da categoria.

Então como se lidava com essa contradição?

Essa contradição foi mais ou menos mal resolvida na fundação da CUT porque havia uma tese que, pra unir o pessoal nosso, da frente nacional dos trabalhadores, se renunciou a ela, que era o critério de filiação individual. Porque eles achavam que fazendo a filiação dos trabalhadores à CUT resolveria o problema, e nós propusemos a filiação coletiva na fundação da CUT, e nós perdemos.

Diretamente à CUT?

Exatamente, como é a boa tradição europeia, não a má tradição europeia que depois trouxeram em 88. A boa tradição europeia é a seguinte: você tem organismos unitários dentro das empresas, quer dizer, a representação dos trabalhadores no local de trabalho na Espanha, França, Itália, ela é unitária e você se filia ao sindicato nacional, à central nacional que quiser. Acho que a Espanha é o modelo mais avançado como estrutura porque, além disso, você tem uma eleição sindical geral, na qual os trabalhadores escolhem quem vai representá-los na negociação e isso não está ligado ao sindicato em si.

Ou seja, os companheiros fizeram uma lambança de diminuir a participação da base nos congressos da CUT, até porque estava no estatuto da CUT antes de 88, que 2/3 tinham que ser da base, e isso foi eliminado, também foi eliminado.

A questão é que os trabalhadores é que tem que decidir o que querem fazer da sua vida, en-

tão, se nós queremos uma estrutura sindical livre, significa que nós temos que batalhar as nossas concepções para ganhar a mente dos trabalhadores. Então tem que abrir um processo de disputa, que você pode ganhar ou perder. Por isso que a visão de estrutura da CUT não pode ser engessada e mediada por outra estrutura que você combate. O ápice disso é quando se faz um critério discricionário de que a oposição que não disputou eleição não pode participar da CUT. Isso é um aperfeiçoamento do que fizeram em 88, porque em muitos sindicatos “pelegos”, os editais eram lançados de última hora, mal publicados e a eleição era imediata. Se uma oposição sindical perde o pé numa eleição dessa, ela é punida por não se comportar dentro dos cânones de um estrutura que persegue os trabalhadores.

E como o senhor vê a questão da representatividade, do número de delegados?

Imagina como era antes de 88: não importa se você era oposição ao sindicato. As oposições sindicais já tinham uma sobre-tarefa de juntar tantos trabalhadores para tirar delegados como a diretoria oficial da CUT. As oposições já tinham esse esforço.

Quando o congresso de 88 decide fazer encima dos sindicalizados, se vendem idéias ruins com motivações boas. Se você pegar os dados dos congressos posteriores, diminuiu drasticamente a participação dos trabalhadores rurais, porque eram sindicatos com poucos sócios.

Quando você faz por número de sindicalizados, você vai ver que sindicatos se apresentavam com 15 mil sócios, depois de uma investigação por causa da fraude de 91, tinham 400

sócios, 300 ou 200 sócios. Isso aconteceu com os comerciários do Espírito Santo, por exemplo.

Mas qual o critério que, na sua visão, possa aferir para aferir a representatividade real das oposições sindicais dos delegados à CUT, já que os delegados têm o mesmo poder de voto em questões políticas centrais?

A lógica era outra. A CUT teria que se dirigir aos trabalhadores e dizer: filiem-se a CUT. Independente de qual sindicato o trabalhador estava. Tanto é que nós várias vezes no departamento dos Metalúrgicos e depois na Confederação aprovamos nos três congressos que se criariam associações de trabalhadores. Ou seja, qual é o problema? A CUT foi criada contra a estrutura sindical, mas ela não fez uma prática, mesmo nos começos dos anos 80, quando havia uma compreensão média na direção da CUT, de se dirigir aos trabalhadores para que eles viessem à CUT. Era como e lei exigia, e não tínhamos força para romper com isso.

A CUT queria fazer uma estrutura sindical livre e se é livre, o trabalhador vem se organizar nela, com médico ou sem médico, com assistência jurídica ou não. Ela é uma central de luta. Então ela deveria patrocinar e incentivar as organizações de trabalhadores que viessem à CUT.

Digamos que o sindicato tenha representação sindical formal à mesa. Não importa. Você vai lá, organiza e diz “nós somos da CUT”. Mesmo nos anos 80, isso era uma coisa confusa para a direção da CUT e pouco a pouco ela foi se restringindo a apoiar as oposições sindicais.

Nos anos 80 você vai ter muito espancamento de oposições, eleições fraudadas, mas era o jeito

que a gente tinha de se organizar. Agora o critério de representação é a quantidade de trabalhadores que vão aderir a sua proposta. A CUT poderia ter criado sindicato mesmo que não tivesse base jurídica, ela chegava em São Paulo ou em outro lugar e criava o sindicato da CUT.

Mas mesmo nesses casos as diretorias sindicais diriam representar toda a categoria, para efeito de representação na CUT?

Mesmo quando o sindicato é da CUT, nem sempre a decisão dos trabalhadores é estar lá. A diretoria do sindicato resolve que é CUT, outra diretoria resolve que é Força Sindical, e se você tem sindicatos que não tem critério de ter quantidade de sócio, você leva toda aquela massa de gente que paga um dia de imposto sindical por ano, paga mais a contribuição confederativa, aí você diz que eles são seus, seu território, e não há uma participação dos trabalhadores, seja para vir para a CUT ou para a Força Sindical.

Esse fenômeno ficou tão forte no movimento sindical que quando a CONLUTAS é criada, e quer desfiliar o pessoal da CUT, faz o mesmo sistema, e criou uma situação maluca, até de votar que o diretor, da diretoria eleita pelos trabalhadores, que é cutista, não possa ser do sindicato, porque é dirigente custista.

Acho que essa confusão está ocorrendo com a CTB, portanto não há clareza hoje. O desastre iniciado lá atrás levou a uma conformação tão deformada que todo mundo é beneficiário e cada um quer pegar um pedaço.

Na verdade, no início do movimento sindical brasileiro, os sindicatos nasciam livres e os trabalhadores se organizavam como queriam e só com Getúlio Vargas é que houve uma re-

→ 2006

05 A 09 DE JUNHO IX CONCUR

Em São Paulo, com 2.491 delegados debatendo temas relacionados a trabalho, emprego,

renda e direitos sociais dos trabalhadores. O Congresso aprovou a Plataforma Democrática dos Trabalhadores e o apoio à reeleição do presidente Lula, na perspectiva do avanço no

projeto democrático-popular, evitando assim o retrocesso. O eletricitário e sociólogo Artur Henrique da Silva Santos foi eleito presidente da CUT para o próximo período.

ação à livre organização.

Ele vai normatizar isso e a normatização vale até hoje. A coisa é tão maluca, que vou citar dois momentos, a Constituinte e hoje, para ver o papel da CUT nisso. Se você pegar todos os documentos da Constituinte, a questão central da CUT não foi a estrutura sindical e a própria bancada do PT – que era mais próxima da CUT – não teve clareza de priorizar a questão na estrutura sindical na Constituinte.

Na Constituição que nós temos hoje, foi mantida a “unicidade sindical” sem protesto nosso, nem sequer da CUT. Em tudo que se for pesquisar, vai se achar que todos os nossos companheiros que estavam lá não tiveram clareza no Congresso Nacional para dizer “não, nossa questão central é não ter unicidade sindical”.

O “bang” que criou a CUT mantém uma coisa retórica até hoje em nome daqueles valores, porque as pessoas têm medo de contrariar o cânone, os valores em nome dos quais existimos. Mas na prática nem sempre é isso e hoje há uma acomodação tranquila porque, com o governo Lula, as centrais sindicais são legalizadas, com a manutenção do controle dos trabalhadores na base pelos sindicatos de cartório.

Se o sindicato é da CUT, é uma contagem de cabeça. A CUT leva tanto, a Força Sindical leva tanto, cria-se a CTB para levar outro tanto e estão cada um com o seu pedaço. Mas não existe uma discussão na qual o trabalhador discuta seu destino sindical.

O que interessa mostrar no meu raciocínio é que há um descolamento da direção em relação à base. Quer dizer, quando você estrangula a participação dos trabalhadores e tira a

Uma CUT independente e autônoma

A CUT, como forma de organização sindical dos trabalhadores, tem uma grande potencialidade, mas também limites que só podem ser superados com o desenvolvimento das organizações partidárias dos trabalhadores. Sindicatos e partidos fazem parte do mesmo movimento; a emancipação definitiva da classe trabalhadora como obra dos próprios trabalhadores. Porém, o movimento operário internacional nos deixou uma longa experiência acumulada sobre esta questão do relacionamento entre sindicatos e partidos.

De um lado, a prática demonstrou que é um grande equívoco transformar os sindicatos em apêndices dos partidos, em “correia de transmissão” dos partidos. No outro extremo há o equívoco de defender a “neutralidade” dos sindicatos em relação aos partidos, porque a luta econômica ficaria sob a responsabilidade dos sindicatos, enquanto que a prática política exclusivamente a cargo dos partidos políticos. A concepção sindical da CUT considera equivocada a visão de que só os partidos sejam capazes de politizar a luta dos trabalhadores, ou ainda que as lutas parlamentares devam ser o centro da

luta política. A luta das massas, com ampla participação dos trabalhadores, e o grande instrumento de transformação social, especialmente de um país como o nosso, onde a classe dominante concentra poderes imensos e um controle enorme sobre as instituições sociais.

Os partidos comprometidos com os trabalhadores têm como objetivo fundamental a conquista do poder, assumir a condução do Estado a partir de seu programa para toda a sociedade. Neste sentido, sua força reside na coesão ideológica da militância e na consistência do programa que apresentam. A força da CUT, enquanto central sindical, está na sua capacidade de conseguir a participação das massas trabalhadoras e na sua capacidade de imprimir às lutas um caráter classista e de massas na conquista dos direitos imediatos e históricos dos trabalhadores. Os sindicatos da CUT, portanto, devem filiar os trabalhadores independente da ideologia que assumam para que, na ação sindical, venham a adquirir e a desenvolver sua consciência política e ideológica enquanto classe. A união dos trabalhadores na luta é grande objetivo da CUT.

→ 2006

AGOSTO

Campanha Unificada dos Trabalhadores

A Campanha Unificada

dos Trabalhadores foi uma das resoluções do IX Congresso Nacional da CUT. O ato de lançamento no dia 18 de agosto, em frente à sede da

CUT Nacional em São Paulo, contou com caravanas de Confederações e Federações Nacionais e Estaduais, CUT's Estaduais e sindicatos filiados.

Extrato da Tese 10



“As consequências desta crise sobre a luta sindical dos trabalhadores são múltiplas e complexas. De um lado, debilitam um setor da classe trabalhadora ao destruir a base produtiva e aumentar o desemprego e subemprego, afetando especialmente a juventude e, em particular, a mulher discriminada pelo mercado”

democracia interna, que era garantida com aquela pluralidade, com o pessoal da Convergência o pessoal do Trabalho e da Causa Operária, quando se tira essa riqueza se começa a autonomizar o papel do dirigente em relação à base. Essa é a questão central.

E hoje quando a CUT ficou quase que com uma roupagem só você tem menos contradição. E se as pessoas são do mesmo partido do governo corre-se o risco enorme de não se separar as coisas.

Como o senhor vê o papel da CUT hoje?

A CUT é uma central de lutas, no imaginário dos trabalhadores ainda é, acho que nesse período de 88 ela era absolutamente referencial, mas é uma pena que a direção não compreendeu o potencial que tinha na mão. Por isso que tinham que se dirigir diretamente aos trabalhadores. Eu acho que quando o congresso de 88 fez uma inflexão, é uma tentativa de fazer as coisas de acordo com as regras do jogo, com um vocabulário de esquerda. Não que fosse uma farsa, as

pessoas acreditavam sinceramente nisso.

Então quando se começa a dizer que a CUT tinha que ser “estrutura” e não “movimento”, é meia verdade. É claro que a CUT tinha que criar uma estrutura, mas livre, própria, de combate à estrutura sindical e não por causa disso dizer que aquela riqueza que tinha no movimento sindical tinha que ser podada.

A maioria impôs um ritmo de decisão que partia do interesse da corrente, sem estar intermediada por uma discussão aberta com os trabalhadores. Isso vai se aprofundar depois, quando vem a crise do Leste Europeu, e no período do desemprego do anos 90 piora muito mais porque, cada vez mais, a CUT vai buscar a sua representação institucional sem estar alicerçada na sua base social.

Para mim é o seguinte: 88 marca o estrangulamento da democracia interna da participação dos trabalhadores na CUT, é um período de sufocamento. É quando se começa a tirar o gás das oposições. Em seguida vem a Força Sindical

e se faz a “guerra fria”, a divisão de território.

Eu acho que a CUT pode reverter a sua política, e está perdendo uma grande oportunidade de ajudar o Lula, porque se ela organizasse os trabalhadores para colocar suas demandas diante do governo, ou seja, com um movimento de massas, ela ajudaria o Lula, que é um governo de coalizão e loteado entre PMDB e PDT. Acho que o Lula percebeu que precisa fazer a divisão por causa da questão institucional, e está certo, mas o presidente precisa “salomonicamente” ser pressionado, e isso a CUT não entendeu.

Eu acho também que a CUT está perdendo muito com o processo de formação de novos dirigentes, porque essa geração de hoje tem pouca noção de quanto foi heróica a construção dessa central. Só que a formação não pode ser pensada só para a camada dirigente, porque nós temos que ver o que está sendo feito com a base. Se a gente não olhar o que está sendo feito lá no local de trabalho, o resto, pra mim, é “água de flor de “laranjeira”. ■

06 DE DEZEMBRO

3ª Marcha Nacional do Salário Mínimo

A III Marcha Nacional do Salário Mínimo realizada em Brasília reuniu

as sete centrais sindicais brasileiras - CUT, Força Sindical, CGTB, CGT, SDS, CAT e Nova Centrali. A concentração começou no estádio Mané Garrinha

e dali os 20 mil participantes marcharam até a Esplanada dos Ministérios, onde aconteceu um grande ato público. As centrais pediam



Jorge Lorenzetti

Eleito no II CONCURTO para a Educação e Formação Sindical, até 1994. Professor de enfermagem na Universidade Federal de Santa Catarina e primeiro presidente da CUT estadual em 1984

O congresso da CUT de 88 foi um marco no sentido de ser uma sinergia e uma potencialização dos movimentos e de lutas sociais, e principalmente, um marco como experiência inovadora na construção de uma central sindical no Brasil. Porque até o congresso de 88 a CUT funcionava muito mais com o movimento sindical do que como central. Essa é uma diferença importante porque até então a CUT fazia um trabalho magnífico de mobilização, de sinergia e de congregação das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, mas do ponto de vista orgânico ela ainda não se constituía numa central sindical.

O III CONCURTO de 88 foi um divisor de águas nesse sentido. A

CUT passa a ter uma organização que passa a ser uma inovação no Brasil, e trouxe no seu bojo essa concepção de um novo sindicalismo no país, que combinava as lutas mais gerais da sociedade, como a das liberdades democráticas, da participação popular, e mais as reivindicações objetivas dos trabalhadores e de amplas camadas da sociedade brasileira de luta por melhores condições de vida, melhores salários e melhores condições trabalho.

Esse também foi momento em que a CUT se colocou também no cenário internacional, com essa identidade de organização sindical, assumindo claramente que não era um partido político, passando a ser reconhecida internacionalmente como inovadora na América Latina. A partir daí ela consolida uma série de parcerias internacionais que vão consolidar a CUT no cenário nacional e internacional.

Como isso foi feito na prática?

A Formação Sindical assumiu um papel muito importante nesse processo, no período. Tratava-se de capacitar, preparar e educar as lideranças sindicais para esses desafios, tantos políticos quanto do projeto sindical da central. Portanto foi organizada uma política nacional de educação sindical, foram organizadas escolas de formação em todo o país, e um grande programa de educação sindical foi desenvolvido. O eixo sindical era a concepção e prática sindical, a organização do sindicalismo e os princípios cutistas, que eram coisas totalmente novas no Brasil se pensar uma central sindical.

Naquela época era uma coisa totalmente nova para a sociedade para os trabalhadores, e a formação sindical cumpriu um papel muito

importante de difundir, elaborar e construir, com a participação dos dirigentes e lideranças sindicais, o projeto político sindical da CUT.

Nós tivemos muita cooperação internacional para esse processo de formação. Eu tive muita participação junto com a secretaria de Relações Internacionais para construir esses projetos de cooperação internacional e isso mobilizou muitos recursos para que a CUT pudesse desenvolver o trabalho de educação sindical.

Do ponto de vista histórico, quais apoios foram buscados?

O grande valor da CUT nessa época era a identidade de um novo sindicalismo na América Latina. A CUT era a “queridinha” internacional. Todo mundo queria conversar e cooperar com ela. A gente tinha essa facilidade porque as organizações, as correntes e as visões sindicais mundiais viram que aqui no Brasil, naquele momento histórico, estava nascendo uma novidade sindical muito importante. E que deveriam estar juntos, apoiando essa novidade, que combinava luta contra a ditadura militar e as liberdades democráticas, com o protagonismo dos trabalhadores. Ou seja, os trabalhadores eram os protagonistas dessa história no Brasil. Então isso tinha uma consistência e um valor muito grandes, que facilitou muito.

Nós fizemos um leque muito grande de contatos mas, obviamente, a CUT a teve um grande processo de cooperação com o sindicalismo europeu, e especialmente o sindicalismo da CIOLS, na qual a CUT veio a se filiar. No começo com os italianos, franceses e holandeses que foram organizações que deram um grande apoio e suporte para a CUT e abriram portas internacionais para a CUT

começar a participar da Organização Internacional do Trabalho - OIT, para participar dos eventos atuando com credibilidade nesses espaços, com a sua identidade. E também isso foi muito importante para uma aprendizagem daquela geração de sindicalistas, abrindo seus horizontes para esses aspectos da solidariedade internacional.

Foi muito importante os trabalhadores manterem relações internacionais, no momento em que o mundo se globalizava, intensificando a sua internacionalização econômica, política e social.

Como é que a internacionalização da CUT casava com educação sindical que no Brasil em termos práticos?

Nós trouxemos muito intercâmbio das experiências e da realidade das organizações historicamente já consolidadas no mundo sindical internacional. Por exemplo, se começou todo um debate sobre contrato de trabalho, da importância de se ter um contrato nacional de trabalho, toda a discussão dos ramos de atividade. Por isso o congresso de 88 foi um marco porque mudaram os estatutos da CUT, ele mudou a contribuição para central, uma contribuição obrigatória.

Criamos os ramos de atividade porque era preciso respeitar as categorias e a sua estrutura vertical, combinada com a estrutura horizontal, e nisso tudo a CUT se inspirou nos sindicalismo internacional. A formação foi o caminho, um mecanismo para transformar isso numa consciência, numa prática que os sindicalistas brasileiros assumiram.

Havia uma controvérsia na época, de que a CUT dentro da sua origem classista, que defendia o socialismo, se ligou à CIOLS, de caráter

→ 2006

aumento de 20% e uma política de permanente valorização do salário mínimo, além da correção da tabela do imposto de renda. O reajuste alcançado

foi de 8,57%, um valor bem acima da taxa de inflação, com o salário mínimo passando para R\$ 380,00 a partir de 1º de abril de 2007.

2007

**10 DE ABRIL
Dia Nacional de Luta**

A CUT e as demais centrais sindicais convocaram o dia nacional de luta pela

social-democrata. Então essa influência acabou influenciando ideologicamente na CUT. Como o senhor vê essa questão?

Naquela época houve a queda do muro de Berlim, e tudo o que ele significou, que foi a derrocada do mundo soviético. E avançou o neoliberalismo, na disputa por essa hegemonia. Eu acho que esse sentido classista que nós deu a Articulação Sindical, da nossa visão de uma CUT classista, ela permaneceu e se afirmou. A CUT como central sindical precisa, acima de tudo, defender o interesse dos seus filiados, defender os trabalhadores. Ela não pode perder o seu âmbito de autonomia sindical, precisa pensar no conjunto dos trabalhadores que representa.

Eu acho que esse entendimento de uma CUT classista já existia na época. O que era diferente é que havia gente de dentro da CUT que dava para isso uma conotação revolucionária, deu uma CUT que ia assumir o poder, e que iria pegar em armas. Existiam correntes na CUT que tinham essa leitura do termo classista, que não era a nossa concepção nem a nossa leitura, que

prevaleceu e se afirmou.

Aqui há um ponto que fala de uma CUT democrática, pluralista, unitária e representativa, mas com essa diversidade de tão grande devia ser difícil fazer unidade, não é?

É uma construção difícil, tanto que depois ocorreram dissidências. Você vê que hoje da CUT nasceram duas ou três centrais dissidentes, uma de cada corrente. Então era uma tarefa difícil, infelizmente. É uma coisa negativa nessa trajetória porque o melhor para os trabalhadores é que tivessem uma representação sindical a mais ampla possível. Que se conseguisse ter uma diversidade interna, com regras democráticas garantidas, mas uma unidade de ação mais ampla, porque isso fortalece os trabalhadores. Tudo isso era o debate que se fazia, e para o trabalho de informação isso era muito importante. E principalmente para evitar confusão entre sindicato e partido.

A central não pode ser uma correia de transmissão do partido, o que não quer dizer que ela não possa participar de um movimento político

da sociedade. São escolhas no momento de hegemonia da sociedade, mas o sindicato não pode se confundir com o papel do partido.

A proporcionalidade que havia na direção da CUT em 88 foi se diluindo com o tempo. Por que é que era o melhor?

Pode até ser um pouco idealista, mas eu penso que existem experiências em países que conseguiram manter sindicatos mais amplos e com isso conseguiram enfrentar melhor as mudanças e as transformações do mundo atual. Você vê movimentos em vários países de fusão de sindicatos, sindicatos se fundindo para realmente poder ter uma força maior de unidade de ação. Porque unidade de ação depende exatamente do seu poder de representação, real, e não artificial. Eu acho isso negativo.

O outro ponto da Tese 10: embora aqui está escrito que a CUT não iria para nenhum tipo de negociação relativa a “pacto social”, “porque isso seria uma nova tentativa de retirar conquistas e restringir a liberdade da classe trabalhadora”,

Extrato da Tese 10

“O sentimento antiimperialista e as reivindicações democráticas e populares dependem cada vez mais da capacidade da classe trabalhadora se organizar e o movimento sindical joga um papel histórico decisivo neste processo”

→ 2007

manutenção do veto do presidente Lula à Emenda 3, anexada pelo Congresso Nacional ao aprovar a Lei da Super-Receita. A Emenda 3 restringia a

atuação dos fiscais do trabalho e da previdência social, impedindo-os de punir empresas que praticassem fraudes contra os trabalhadores, não

assinando suas carteiras de trabalho e obrigando-os abrir firma individual. Com isso, os “PJs” deixavam de receber 13º salário, férias, FGTS,



Conquistar a liberdade sindical

Para finalizar, há uma questão tática e imediata diretamente relacionada com toda a discussão sobre concepção sindical da CUT: o resultado da Constituinte. Apesar de formalmente citado o princípio da liberdade e autonomia sindical, os elementos fundamentais da estrutura sindical fascista foram mantidos, especialmente a unicidade e o imposto sindical. A luta pela conquista efetiva da liberdade e autonomia sindical dependerá diretamente do avanço organizativo da CUT, de

sua capacidade de implantar uma organização sindical alternativa. Da mesma forma, que, na retomada das lutas e na origem do novo sindicalismo que a CUT representa, foi decisivo romper com os limites legais concedidos e impor novos espaços para a luta e organização sindical. Superamos a fase de fazer ou não fazer greve, de negociar ou não diretamente. Hoje, o avanço depende de nossa capacidade em desafiar aberta e concretamente os limites impostos pelos patrões e seus representantes à organização sindical dos

trabalhadores, implantando, na prática, a organização sindical livre e conquistando, na luta, melhores condições de vida para todos os que vivem do seu próprio trabalho. Este é o grande desafio para toda a discussão sobre estrutura e estatutos, nos quais deverá estar assegurada plenamente a concepção sindical combativa, classista, democrática, representativa e de massa que a CUT representa, no processo histórico de emancipação da classe trabalhadora brasileira.

vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e ter direito a aposentadoria. Ocorreram manifestações, atos públicos

e panfletagens nas capitais e grandes cidades, com paralisações de 1 a 3 horas em fábricas e transportes públicos.

1º DE MAIO DE 2007

Cerca de um milhão de pessoas foram para as ruas de São Paulo e outras centenas de milhares tomaram as

isso ocorreu na prática. O que mudou no curso daquele período, depois das resoluções de 88?

Para mim isso bem claro. Esses espaços institucionais da luta não comprometeram, só ajudaram. São indispensáveis. É a mesma coisa do que dizer que seu patrão é inimigo e você não senta com ele para negociar o interesse dos trabalhadores. Eu acho que existe um consenso de que o neoliberalismo, em que pese toda a era do FHC, graças às lutas da CUT e de toda a sociedade brasileira, teve uma incidência e uma presença tardia no Brasil. Tardia e não tão forte.

O que mostra que essa resistência garantiu depois que houvesse um governo popular. Hoje não se discute mais se o Estado tem um papel forte na economia, hoje isso virou um consenso. Então eu acho que a ação da CUT, liderando os movimentos sociais, teve uma grande contribuição para que essa visão neoliberal de “Estado mínimo”, da despreocupação com as políticas sociais, tivesse um papel muito menor no Brasil do que nos outros países da América latina e vários outros países do mundo.

Esse debate do “pacto social” foi muito panfletário na época. Eu acho que distorceu muita coisa em relação ao “pacto social” porque se a gente vê a experiência do pacto de Moncloa, que foi o pacto dos espanhóis, se você pega experiência holandesa, que foi um pacto duradouro, que reduziu o desemprego e que melhorou vários aspectos, aí se percebe que a oposição pura e simples ao pacto é uma coisa bastante primária, e bastante simplista. O que se tinha de ver era se os interlocutores que queriam sentar eram representativos e se agenda dessa proposta interessava aos trabalhadores.

Hoje a gente vê que os trabalhadores fizeram algumas concessões que não eram admitidas naquela época, mas não vejo como concessões, vejo como necessidade. Como, por exemplo, ter alguma flexibilidade por jornada de trabalho. Isso era uma necessidade, banco de horas. Eu vejo em outros países onde se têm jornadas parciais de trabalho que mantêm os direitos, jornadas parciais de até 3 dias ou de um dia, onde se garante os direitos dos trabalhadores, com geração de emprego, melhor qualidade de vida, ocupação, em todos os estratos sociais.

Eu acho que nesse sentido existe um amadurecimento de parcela significativa do sindicalismo e também com amadurecimento do que hoje está na CUT. Ainda tem que avançar muito mais. Nessa crise agora, é claro que é preciso estar preparado para evitar que o empresariado aproveite a crise para fazer demissões, aumentar seus lucros. Isso só é possível se nós formos o protagonista, o representante efetivo dos trabalhadores e se tiver qualidade e capacidade para propor coisas, sentar à mesa para negociar. Porque senão os empresários vão fazer do mesmo jeito.

Àquela época quem impediu o avanço das negociações em torno de câmara setorial foi o próprio governo FHC.

O governo FHC distorceu essa possibilidade, porque aí sim havia um projeto neoliberal muito mais forte, e muito mais orientador da sua estratégia política. Não passava pela necessidade de se valorizar a organização dos trabalhadores como interlocutora. Basta lembrar o que é que o governo Fernando Henrique Cardoso fez na greve dos petroleiros do início do seu governo. De criminalizar a greve, de transformar num caso

de polícia. Então deixou claro que tipo de projeto político estava aí orientado, ao contrário do que se vê hoje. A CUT teve um papel como protagonista no “impeachment” do Collor e depois na oposição às políticas neoliberais do FHC. Sem prejuízo de que, quando houvesse oportunidade de sentar para se posicionar, ela fazia.

Olhando para toda essa imensa plataforma de lutas, que vai desde a organização por local de trabalho até às relações internacionais, o que deveria ter sido melhor, o que não deveria ter sido feito, enfim qual é sua análise de todo o período?

Eu acho que o projeto da CUT é um projeto inacabado, ainda em construção. Eu não tenho condições de avaliar o momento presente, de que a CUT exatamente está fazendo. Vejo a visibilidade externa da CUT, porque ela faz muito mais do que aparece. Agora eu acho que ter uma central que consolide o projeto inicial é um projeto inacabado. Mas não acho que tudo que a gente fez na época foi certo, mas nas grandes questões a trajetória foi correta.

O problema hoje da CUT avançar no seu programa inicial, democrático, pluralista e representativa dos trabalhadores, numa dimensão mais consistente. Nesse sentido eu acho que a parte da formação sindical, de planejamento estratégico para o sindicato, de aprofundar a preparação permanente das lideranças sindicais, e fazer um esforço para refletir a sociedade, a realidade, estar permanentemente se atualizando em relação os desafios da realidade presente e futura, acho que aí a formação deixou de cumprir um papel muito importante.

→ 2007

ruas de outras cidades do país para comemorar o dia do trabalhador. A manutenção do veto do presidente Lula a Emenda 3, que tentava acabar com

os direitos trabalhistas, foi um dos pontos altos dos discursos. O presidente nacional da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, alertou sobre as inúmeras

tentativas de flexibilização de direitos que a classe trabalhadora vinha sofrendo nos últimos tempos.


 Extrato da Tese 10

“O movimento sindical no continente vem desenvolvendo também grandes ações de massa para impulsionar as conquistas políticas e democráticas dos trabalhadores no Cone Sul (Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Brasil), freqüentemente ameaçado de retrocessos políticos pelas forças reacionárias e golpistas”

Esse ponto precisaria ser retomado junto com a organização no local de trabalho?

Com certeza, junto com a organização nos locais de trabalho. São dois pontos que são chave, e hoje eu vejo que a CUT começa a ter acesso aos recursos do imposto sindical. Não vou entrar no mérito, mas quer dizer que seria a oportunidade de retomar um trabalho com um fôlego muito maior, não só nisso, de formação sindical, de organização nos locais de trabalho, mas também num sentido de responsabilidade social

mais ampla. Eu acho que a CUT poderia ter uma agenda mais desafiadora hoje. Que é fazer no Brasil o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Essa agenda deveria ser muito mais forte no interior da CUT.

Os trabalhadores deveriam recuperar a idéia de construir alianças sociais para avançar nessa perspectiva, de fazer o equilíbrio entre o econômico, social e o ambiental, para garantir o avanço da concepção de desenvolvimento sustentável e, ao mesmo através desse paradigma, fazer

uma agenda de inclusão nessa nova realidade, muito mais forte.

Eu acho que o sindicalismo teria de se renovar no sentido de construir uma agenda que assumisse também os desafios da atualidade, sair da agenda tradicional sindical. Então acho que a CUT tem congresso que consolidar esses aspectos que são clássicos, de representar sindicalmente os trabalhadores, mas também ter uma agenda social mais ampla, no sentido desses novos desafios para a humanidade. ■

23 DE MAIO

Dia Nacional de Luta Contra a Retirada de Direitos

Um grande ato com a presença de

milhares de pessoas em frente a FIESP, na Av. Paulista, além de atos e paralisações nos transportes em São Paulo e outras cidades, foram as

manifestações pela manutenção do veto à emenda 3, retirada do PLP 001/07, retirada de qualquer proposta que ataque o direito de greve do servidor público.



Osvaldo Bargas

**Metalúrgico do ABC,
consultor**

No CONCURTO de 1988 nós tínhamos uma diversidade muito grande de proposições políticas, então era momento da CUT definir uma posição porque não se permitia mais várias concepções dentro da central.

Se você tem o Brasil do tamanho que é com realidades tão distintas, e com relações de trabalho tão diferentes, e concepções políticas diversas porque nós éramos influenciados pelas diferenças ideológicas de múltiplas correntes,

então era preciso que a CUT, a partir da sua realidade sindical de base, do enfrentamento do seu cotidiano, definisse qual era sua linha de pensamento e qual o seu papel no processo de redemocratização do país.

Para isso cada corrente política apresentou as suas teses e, às vezes, essas mesmas correntes não estavam ligadas a chapas que concorriam porque, às vezes, havia disputa e depois, lá no final, juntavam-se alhos com bugalhos. Fazia-se uma mesma chapa porque

sempre pesava mais quem estaria na direção do que o próprio debate. Por isso é preciso que a CUT definisse a sua concepção sindical, que foi o grande momento da CUT.

Então haviam, basicamente, duas grandes vertentes: a que via a CUT como um “movimento” que deveria congrega todas as correntes de pensamento, sindicatos, grupos de oposição, ou um grupo de pessoas dispostas a lutar contra a ditadura e o modelo econômico, todos poderiam entrar na CUT.

Tanto foi assim que no primeiro congresso da CUT, essa tese defendeu a idéia da filiação direta à central, grupos de fábricas e toda a idéia de movimentos em uma estrutura definida. Portanto essa tese rechaçava toda idéia negociação e de organização vertical, de organização por categoria. O que seria na prática a negação do movimento sindical em todo o mundo.

Nós argumentávamos contra essa tese que o único lugar no mundo em que isso aconteceu foi na Polônia, com o Solidariosk, que viveu assim por pouco tempo e logo se tornou uma central sindical mesmo.

Como ficava a representatividade de cada ramo, na opinião?

Você fazia uma assembléia, convocava todos os trabalhadores e elegeria as pessoas como numa assembléia popular. Tanto é que antes, para você tirar os delegados da CUT, era assim. Você fazia assembléia na rua ou na frente das empresas, tirava três ou quatro representantes e pronto. Muitas vezes eram correntes, dava margem, mas ninguém representava nada.

Chegava na CUT e podia ter maioria, de forma que a algumas oposições sindicais tinham mais representantes que sindicatos constituídos. Muitas vezes esses delegados eram tirados na frente de uma fábrica. Toda vez isso gerava conflitos nos congressos da CUT, para saber quem estava representando quem.

Então era a idéia de uma central “movimento”, que não tinha essa tarefa da representação, mas da democracia direta, da forma mais direta possível, o que de fato não acontecia por que só quem conseguia fazer isso eram as correntes políticas.

E a outra corrente na qual nós passamos a nos organizar e que por isso passou a ser depois a “Articulação”, porque articulava os independentes, aquelas pessoas que estavam ali para convencerem e serem convencidas no congresso, e não aquelas pessoas que vinham com posições prontas. E aí nós, a partir de um estudo para conhecer as centrais e movimentos sindicais de outros países, nós então fomos percebendo que era preciso transformar a CUT de uma referência de imagem no país, “o pessoal do contra”, para um órgão de representação dos trabalhadores.

Para isso era preciso mudar a estrutura, para uma CUT representativa com uma forma de representação real, que já era uma forma de combater a nossa cultura sindical de então, de que o sindicato representa todo mundo. Então se a CUT representa os sindicatos, os sindicatos representam os sindicalizados. E era preciso definir o papel da CUT na relação capital-trabalho, e com os partidos, com o poder, esse era o debate que se colocou a partir daí. Toda essa concepção foi gerada na CUT estadual de São Paulo.

Em quais sindicatos?

Na CUT de São Paulo o peso estava nos metalúrgicos do ABC, uma parte dos químicos de São Paulo, onde havia uma divisão, os bancários, Santo André, São José dos Campos ainda nessa época, petroleiros, professores da APEO-ESP, sindicatos rurais do estado, que já tínhamos alguns, Sorocaba, e uma parte dos metalúrgicos do Rio Grande do Sul, uma parte dos bancários do Rio Grande do Sul, uma parte dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, Niterói e Espiritual Santo

estavam com a gente.

Nós éramos uma maioria na CUT, não uma a maioria absoluta. Então nós fomos para o III Congresso com uma tese da CUT estadual de São Paulo contra a tese da CUT nacional, e o pessoal da fundação da CUT, Gilmar Carneiro e o Jair Meneguelli aderiram e passaram a articular a nossa tese a nível nacional, e assim conseguimos ganhar o congresso.

Depois disso houve o debate continuou, mas nós fomos sedimentando a idéia de CUT. Na CUT, os debates ideológicos e de concepção sindical eram diretos, todo dia estavam presentes nas nossas discussões, era permanente.

Eu acho que nas relações de trabalho, há muito tempo, antes da CUT ser formada, essa questão ideológica deixou de ser tão determinante como nós imaginávamos quando criamos a Central.

Nós saíamos de uma ditadura, e essa coisa ainda estava muito viva nas nossas idéias, mas quando nós íamos conversar com outras centrais, inclusive da América Latina, não existia isso, já haviam superado. Eu me lembro de que, quando vinham os delegados internacionais, eles não entendiam. Eles diziam “você estão fazendo uma discussão que nós já fizemos 50 ou 60 anos atrás”. E nós dizíamos que “isso faz parte do nosso aprendizado. Nós ficamos 20 anos sem poder discutir essas coisas e estamos discutindo agora”.

O que era determinante na CUT eram as relações de trabalho, não era isso. O que acontecia na CUT, as decisões importavam muito pouco no que os metalúrgicos ou os bancários enfrentavam no dia-a-dia, não estava na questão ideológica. Então se você pegar a Tese 10, que buscava tra-

→ 2007

15 DE AGOSTO

Dia Nacional de Mobilização

Uma mobilização com mais de 20 mil cutistas em Brasília, de todas as

regiões do Brasil, cobrou do governo o atendimento de uma pauta de reivindicações, como a manutenção do veto presidencial à Emenda 3,

o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho e redução da jornada. Os manifestantes cercaram de mãos dadas o Congresso Nacional.



“ Todo este processo de lutas sindicais e populares, e a tentativa de resistência dos povos do continente aos eleitos devastadores da crise imposta pela dívida, impulsionam o movimento sindical do continente a buscar novas formas de articulação e luta ”

zer a CUT para uma visão sindical, e não de movimento, ela é cheia de adjetivos, socialismo, CUT de base, porque essa era a linguagem do nosso público, muito politizado em função da disputa.

Então era importante colocar isso na nossa tese, mas isso não quer dizer que nós tínhamos uma concepção socialista ou social-democrata. Não era isso. O que nós tínhamos que fazer é que os trabalhadores tivessem um bom acordo coletivo, que se organizassem em função dos seus direitos, ter maior democracia, essa pauta. Mas ela tinha de ser carregada de outras coisas, com esses adjetivos, para poder ser mais combativa, ser mais da base e tal.

Num tema de discussão da Tese 10, chamado “Conjuntura Internacional: novas tecnologias, dívida externa e desemprego” está dito aqui “A atual conjuntura está marcada por mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo e pela perspectiva de agravamento da crise econômica mundial”. Vi mais além, afirmando que “os efeitos das mudanças estruturais, associados ao quadro de crise, são devastadores para os países do chamado terceiro mundo e para a classe

trabalhadora a nível internacional

A análise estava correta porque depois veio o governo Collor, que nós sabemos o que foi, e FHC, que fez as privatizações e em oito anos quebrou país e da classe trabalhadora. O senhor acha que a CUT resistiu bem a esse período?

Primeiro, eu acho que o movimento sindical está sempre a reboque da política. Ele reage sempre às circunstâncias da política e da economia. Em todos os períodos de desenvolvimento econômico com pleno emprego ele cresce, cria musculatura, reivindica mais e os trabalhadores conquistam mais. Nos períodos de recessão econômica que nós passamos a nossa posição é reativa, lutamos contra o prejuízo e contra as perdas. E muitas vezes parece até que somos mais combativos em função do discurso, mas não em função do resultado. O resultado sempre depende dos efeitos econômicos.

O senhor acha que naquela época a busca pela negociação com o governo federal, câmara setorial e outras coisas, relegou para um segun-

do plano a organização da CUT nas suas bases?

Eu acho que cada vez mais, a forma de produção está muito ligada a uma relação de participação e cooperação entre os trabalhadores e empresa. Hoje nenhuma empresa consegue mais produzir como no passado, com aquela mentalidade ditatorial, com o chefe mandando. Hoje somos levados a ser muito mais cooperativos com a empresa, parceiros. Se o sindicato só se colocar contra isso, ou ele acaba sendo rejeitado pelos trabalhadores ou fica fora das negociações, na busca de benefício para eles.

Hoje, a situação no mundo todo faz com que o sindicato, na relação capital-trabalho, tem que ter co-responsabilidade em buscar soluções para uma dificuldade econômica da empresa. Por que essa empresa hoje não explora o trabalhador só em função da ganância do patrão. Muitas vezes os trabalhadores perderam emprego em função da competitividade. Hoje nós perdemos para um país comunista entre aspas, que é a China. Então vai fazer o quê? Trazer o regime comunista para cá para ser explorado que nem lá?

→ 2007

05 DE DEZEMBRO

Marcha da Classe Trabalhadora

A marcha foi organizada pela CUT em conjunto com as centrais CGTB, Força Sindical, NCST e

UGT. Ela contou com a participação de mais de 40 mil pessoas que foram a Brasília defender as bandeiras da redução da jornada de trabalho, mais e melhores empregos e o fortalecimento

da seguridade social e das políticas públicas. A pauta de reivindicações foi entregue ao Congresso Nacional e ao governo federal durante audiência com o presidente Lula.

Hoje eu acho que o papel da central sindical e dos sindicatos passa por negociação, busca de solução. Agora, caminha sempre no fio da navalha, é saber exatamente o que é cooperação, no sentido de garantir o emprego e melhores condições de vida, e o que é a adesão aos interesses da empresa. A melhor forma para evitar o risco é o sindicato ser democrático. Os trabalhadores sabem na empresa quando perdem e quando ganham. Se o sindicato estiver sempre com os trabalhadores na hora de optar e decidir com eles, e os trabalhadores com a presença e poder dentro das fábricas, isso está mais garantido.

Aí a questão volta ser de representatividade?

Volta a ser de representatividade. O que nós percebemos hoje, a grande constatação na CUT, é que ela não avançou onde poderia ter avançado. A CUT abandonou o que ela se propôs a fazer lá na Tese 10. Ela deveria perseguir a sua trajetória de disputa pela representação de todos trabalhadores. Hoje ela faz concessão com todas as centrais sindicais, ela divide os fóruns tripartites por igual, ela foge do conflito com as outras centrais sindicais, ela foge do conflito ideológico.

Durante todos esses anos com o PC do B dentro da CUT, ela não fez enfrentamento. Ficou muito a reboque da governabilidade interna com as tendências. A CUT hoje abandona sua vocação de ser única, unitária, ela permite e não faz o debate ideológico, esse debate da disputa da representação, que não é ficar disputando eleição do sindicato, é disputar com uma central sindical, que tem de usar seu peso.

A CUT hoje deixou de introduzir, no ponto de vista teórico, não tem assessoria, não tem

formação, acabou com tudo isso, e perdeu seu centro de elaboração. Nós tivemos uma proposta de mudança da organização sindical e a CUT ficou a reboque, não apostou, ficou com um pé atrás e permitiu que a “pelegada” tomasse conta do debate.

A CUT prioriza as questões temáticas ao invés das questões das relações do trabalho, está cheia de comissões. É uma grande ONG que trabalha com questões temáticas, mas isso não é importante, porque isso tem de ser um departamento, com consultores e assessores. E os dirigentes têm de fazer política. Eu acho que a CUT hoje não está produzindo políticas que podem atender às necessidades dos sindicatos.

Houve um debate na Apeoesp, para o qual fui convidado, eu falei que a CUT corria o risco de passar por um processo de “mexicanização” ou de “argentinização”. Tanto no México, a CTM, quanto na Argentina, a CGT, nasceram de um processo de enfrentamento, de lutas, de organização e combate sindical. E passaram por um processo em que foram cooptadas pelo sistema.

A grande maioria dos sindicatos da CUT já foi cooptada pelo sistema e a CUT está sendo contada pela nossa estrutura sindical. Se você for ver os passos que ela deu, ela se acomodou dentro da estrutura sindical que está aí. O que falta na CUT é tomar iniciativas das quais ela tenha governabilidade. Ela tem governabilidade e não faz.

Esse seu raciocínio até que está expresso na opinião de outras pessoas, mas há quem ache que isso começou lá atrás, quando o III CONCURTO criou a estrutura de representação, chamada de “burocratização”, e com a sua

própria participação?

(gargalhada) Você ter ramos de atividade, metalúrgicos, químicos, isso não é burocratizar, isso é a estrutura da organização sindical, porque o sindicato dos trabalhadores existe porque existe a organização patronal. O confronto nasce na relação capital-trabalho e essa relação não se dá entre o sindicato dos metalúrgicos e o sindicato dos banqueiros. Então é preciso que os bancários se organizem em torno dos seus problemas comuns, e no enfrentamento com seu patrão, com organização patronal dele, os bancários tenham uma consciência de classe, e dentro da CUT, que é um órgão de solidariedade entre o grande e um pequeno sindicato, os trabalhadores mais organizados e os menos organizados.

Hoje a CUT é um órgão de solidariedade porque os bancários de São Paulo, de Brasília, os metalúrgicos do ABC, não precisam da CUT pelo que ela oferece. Nenhuma organização do mundo sindical pode existir se você não organizar os ramos de atividades econômicas, porque a cultura, as relações de trabalho, as relações de classe que os bancários têm são diferentes dos metalúrgicos.

Não adianta juntar todo mundo que não vai fazer uma greve geral por tempo indeterminado, isso não existe. Ramos de atividade não é burocratização, a burocratização está na CUT no sentido de ela ter aderido à estrutura que está aí. De não ter avançado nas suas proposições da Tese 10, que são liberdade de negociação, é representação no local de trabalho, é ampliar seu leque de representação, fazer a disputa pela hegemonia na sociedade. Nós não estamos fazendo disputa dos sindicatos da representação sindical, que se dá na base na base, não se dá no discurso teórico. ■

2008

MARÇO

Reconhecimento das Centrais Sindicais

O movimento sindical ocupou a Câmara dos Deputados no dia 11 de março e

acompanhou a votação e aprovação do projeto de lei 1.990/07, enviado pelo presidente Lula, que reconhece as centrais sindicais de trabalhadores. O projeto deu

origem a Lei 11.648/2008, sancionada no dia 31 de março. O reconhecimento das centrais sindicais atendeu a uma reivindicação tão antiga quanto à própria CUT.



Durval Carvalho

Metalúrgico de Campinas

Eu penso que uma marca fortíssima pós-88 foi a greve de 1989. Em março de 1989 ocorreu a maior greve geral que nós convocamos e dirigimos como central. E ao mesmo tempo nós estávamos ainda na transição da ditadura para a democracia, num momento de preparar a CUT para a eleição presidencial, quando Lula e Collor popularizaram o Brasil.

Com certeza a CUT teve um papel muito importante na década de 80, por ela ser parte constitutiva daquele movimento que canalizou para o PT. Eu me lembro do significado da participação de um grande conjunto de militantes sindicais naquela campanha, naquele movimento todo. Esse foi um marco importante, como se fosse o coroamento de todo o movimento popular da década de 70 e 80. A CUT foi a síntese de todo esse movimento e isso sustentou uma postura combativa e mobilizadora da classe trabalhadora, tanto no campo quanto da cidade.

Essa mobilização era marcada por uma profunda unidade política. Todos nós sabíamos que nós éramos uma grande conformação de correntes e tendências ideológicas e isso era visto como algo positivo e extremamente necessário no espaço político da esquerda brasileira, e a CUT conseguiu sintetizar a diversidade da luta urbana, da luta rural, a diversidade da classe trabalhadora brasileira e a diversidade ideológica das correntes.

Qual é sua avaliação sobre o processo de institucionalização da luta político sindical, que se aprofundou a partir desses anos?

Daí para cá a nossa CUT foi fazendo, a meu

juízo, um caminho de acomodação, nós fomos nos acomodando, nós fomos nos tornando uma central mais suave. O final da década de 80 é um marco divisório no qual a CUT deixa aquela postura que ela ostentava na sociedade brasileira, como uma central radical, muito referenciada na experiência do Solidarienosk polonês e na COB boliviana, que eram as grandes referências sindicais classistas que nós tínhamos no Brasil, e nós entramos claramente no caminho da moderação.

A meu juízo, a CUT não conseguiu compreender, infelizmente, na sua maioria, o que significava aquele fechamento de um ciclo da ditadura militar, que termina no fim do governo Sarney com o acúmulo de força dos movimentos sociais e que chega ao final dos anos 80 com a campanha presidencial que dividiu o Brasil ao meio, onde quem ganhou claramente foi o projeto neoliberal, o representante da fina flor da elite brasileira, tendo a Rede Globo como seu porta-estandarte. E ganharam na mão grande, com a marca da ilegitimidade.

Mas se o senhor está dizendo que havia um grande acúmulo de forças, o que fez a CUT se moderar, de acordo com a sua própria afirmação?

Eu penso que houve um erro de leitura da história dos próprios trabalhadores do Brasil. Eu penso que os nossos dirigentes foram perdendo a noção de qual terreno eles estavam combatendo, contra quem estavam combatendo. Isso aconteceu em função da acomodação e da burocratização. Foi a institucionalização de uma

central que era puramente movimento social e se tornou uma estrutura burocrático-sindical.

O III CONCURTO foi o grande divisor de águas, por causa grande embate que foi o nosso Estatuto, onde se definiu se a CUT continuaria tendo congressos para 5.500 delegados ou se seria um congresso de 1.300, 1.500, como foi em 91, de dois anos depois. Ou seja, se a CUT continuaria sendo pela base, a base com poder de decisão e de influenciar a direção ou se ela seria uma central de sindicalistas, ou uma central de militantes. Ganhou no III CONCURTO o modelo da CUT como uma central de sindicatos e sindicalistas. A meu juízo, ali foi derrotado o modelo que fundou a CUT como movimento social de base, em que as estruturas e os dirigentes sindicais tinham um com um peso relativo muito menor.

Na sua visão quais foram os reflexos para o movimento sindical desse novo caminho?

Nós perdemos uma aspiral mobilizatória de luta social, de luta operária, de luta sindical, de luta popular, tendo o sindicalismo como um dos grandes catalisadores dessa mobilização e o papel que a CUT desempenhava de educação política de amplos setores da classe trabalhadora, no processo de politização e disputa de eleições sindicais, de varredura dos pelegos do sindicalismo brasileiro.

Nós perdemos a unidade política e a idéia de ser uma central pluralista onde caberiam socialistas, sociais-democratas, comunistas e extremistas de esquerda, a luta no campo, a luta contra o racismo, luta da mulher trabalhadora, ou seja, nós perdemos a nossa essência. Que era a idéia de nós nos constituirmos como um mo-

→ 2008

28 DE MAIO

Dia Nacional de Lutas e Mobilizações

O Dia Nacional de Lutas aconteceu em 21 Estados e reuniu milhares de

pessoas manifestações, em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários. No dia 03 de junho aproximadamente mil dirigentes da

CUT e das demais centrais sindicais entregaram no Congresso Nacional mais de 1,5 milhões de assinaturas em apoio ao projeto de redução da jornada de 44

Extrato da Tese 10

“Esta recomposição orgânica do movimento sindical e popular encontra inúmeras dificuldades de articular a luta cotidiana dos trabalhadores pela sobrevivência com as grandes questões que a crise impõe”

vimento sindical, um movimento da CUT como um movimento operário e menos preocupação com a tal da burocracia sindical, porque a nossa origem era a da negação da estrutura sindical.

A CUT foi fundada, literalmente, pelas oposições sindicais e algumas direções sindicais combativas, memoráveis como os próprios metalúrgicos do ABC, os bancários de São Paulo, bancários de Porto Alegre e que viviam boa parte desse períodos sob intervenção. A ditadura intervinha e a luta continuava, ou seja, eram direções sindicais construídas muito mais pela sua legitimidade do que por sua legalidade.

Nós tínhamos uma orientação claramente crítica à estrutura sindical, de não atrelamento. A CUT nasceu com a idéia de ser crítica aquele velho sindicalismo, levado adiante pelos velhos pelegos ou pelos PCs, que era o sindicalismo de cúpula. Quando nós perdemos esse projeto original, essa originalidade, nós fomos nos aparelhar, e começamos a sentir o gosto do poder interno.

Travamos uma batalha muito dura e sem tréguas para que nós pudéssemos fazer com que o

sindicalismo de base da CUT se traduzisse em sindicatos plurais, democráticos, com convenções, com proporcionalidade. Isso que me parece uma coisa tão simples e tão singela, me parece que o sindicalismo cutista não quis mais abraçar.

De acordo com a sua análise como é que a CUT enfrentou os anos de recessão e desemprego da década de 90?

Nós fomos derrotados e quem ganhou batalha foi a direita. Ganhou a batalha eleitoral com a fraude em 89, e a partir daí ganhou a batalha político-programática. O Collor ganhou uma eleição ilegítima e propôs de imediato uma mesa de “entendimento nacional” e travou-se uma luta na executiva da CUT, onze de um lado e dez do outro, a cerca de desse aspecto. Eu estava entre os dez, a minoria. Nós dizíamos que o Collor representava um projeto internacional, que é o projeto do neoliberalismo, que estava avançadíssimo na Europa, que estava comprando e vendendo países no mundo inteiro, criando o Estado mínimo.

E naquele momento, isso só não vigorou aqui porque as forças que dirigiam o Brasil representavam a oligarquia, que tinha críticas ao Estado mínimo, ao mesmo tempo em que eles não tinham legitimidade política para impor aquela agenda destrutiva para a economia brasileira.

Portanto, nós não deveríamos jamais ter participado daquelas mesas de “entendimento nacional”, que na verdade era “pacto social”, porque nós iríamos legitimar um governo ilegítimo. Tínhamos que ter ido para a mobilização denunciar aquele governo, tínhamos que expor o governo, travar esse combate, que era um combate de época, para dividir a sociedade ao meio, mesmo.

De qualquer forma, o governo Collor foi derrotado com a participação decisiva da CUT, mas o governo FHC retomou e conseguiu realizar o projeto neoliberal com muito mais radicalidade. Por que, em sua opinião?

Nós já tínhamos perdido a unidade da CUT lá atrás, quando a maioria da CUT assimilou a po-

→ 2008

para 40 horas semanais. O pedido de ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT foi enviado ao governo Lula ao Congresso Nacional.

**05 A 08 DE AGOSTO
Plenária Nacional da CUT**

Em São Paulo, com 527 delegados, a Plenária avaliou as estratégias da

CUT para próximo período, entre as quais a de buscar o fortalecimento da Central pela disputa da hegemonia na sociedade. Também foram discutidos

lítica que aquele núcleo de poder pós-ditadura estava apresentando naquele momento. Mesmo com Collor deposto, o movimento de esquerda não teve unidade política para impor a sua agenda. Nós tínhamos aceitado a agenda do adversário, a agenda da elite. Prevaleceu a idéia entre nós de que deveríamos perder alguns anéis para não perder alguns dedos.

Foi aquela estupidez de “banco de horas”, “flexibilização da jornada”, ou seja, toda agenda do empresariado, para fazer a sua reestruturação produtiva selvagem e voraz. Nós entramos naquela cantilena de “como é que a gente perde menos?” e aí se travou um debate ideológico, de que nós éramos esquerdistas e queríamos transformar a CUT num partido revolucionário, e tomar o poder, como se fôssemos um bando de malucos.

Na realidade, o que nós estávamos dizendo é que nós não trabalhávamos com as idéias da III Internacional, de um pretense marxismo cartesiano, de que qualquer transformação na sociedade é feita por um partido da doutrina do operariado, dirigente maior e único, essa bobagem que a história cuidou de resolver.

Ao contrário, tudo isso nos fez compreender que uma disputa política programática, disputa de projeto, de nação, ela tem que ser capaz de incorporar o conjunto da sociedade, das forças políticas que vão de setores da massa, os pobres, setores médios, até setores do empresariado menor, que estão descontentes com o projeto central. É isso que se galvaniza em torno de um projeto soberania nacional.

São bandeiras que não são propriamente socialistas, são bandeiras de afirmação de uma

visão de desenvolvimento, de democracia, de reformas propriamente ditas.

Mas não foi esse projeto que foi entre esboçado mais tarde, com a vitória do primeiro presidente operário do país?

A despeito das elites brasileiras, o presidente do Brasil é um metalúrgico, e eu diria “que honra para o Brasil e para as classes trabalhadoras”. É o primeiro que não é sangue azul numa história de 500 e poucos anos, que não é filho da elite. Então esse sindicalismo dos anos 70, do qual o presidente Lula foi um dos representantes, foi um grande celeiro de quadros e líderes para a luta política brasileira. É claro que os quadros foram saindo da esfera sindical para a político-partidária.

O que ocorre é que se criou um vazio no movimento sindical por conta de fatos que foram simultâneos. Primeiro, a CUT se dividiu no final dos anos 80 e começo dos anos 90, sobretudo em relação ao modelo sindical e a como enfrentar o projeto neoliberal da nova direita, que se apresentou para hegemonizar o Brasil no pós-ditadura.

E ao mesmo tempo nós sofremos um golpe fortíssimo, que foi a reestruturação produtiva, que promoveu a desindustrialização do Brasil. A agenda neoliberal abriu a fronteira alfandegária e sofremos um processo de desindustrialização. E houve uma perda de força brutal do sindicalismo brasileiro.

Nós somos derrotados em dois momentos, na “década perdida”, economicamente, nos anos 80, e na “década perdida” politicamente, nos anos 90, porque a vanguarda da luta sindi-

cal tornou-se moderada. Ela abandonou as suas bandeiras antigas, a sua postura radical e optou conscientemente para a moderação.

O caso da CUT tem momentos, tem aspectos que são suigêneres, ou aspectos que são novidades mesmo, porque chegamos numa situação tal que a CUT saiu da esquerda do PT nos anos 80 e foi para a direita do PT nos anos 90. De uma década pra outra, o PT tinha que ser o partido moderado porque já tinha conquistado prefeituras de capitais como São Paulo, como Porto Alegre, como Vitória e outras cidades importantes, do interior paulista, por exemplo. O PT que tinha que ir para a moderação porque estava crescendo sua base parlamentar, mas, no entanto, a CUT estava mais moderada que o PT na década de 90, paradoxalmente.

E o governo plenamente neoliberal, governo que veio pra fazer terra arrasada, num país da pior distribuição de renda do planeta, num país do capitalismo selvagem.

A CUT foi totalmente contra as privatizações em 88, mas elas ocorreram com força. Por que, em sua opinião?

Elas ocorreram porque nós perdemos esta batalha. Em outros países, como Uruguai, que manteve uma postura coerente do começo ao fim, não se perdeu esta batalha. Eles ganharam, resistiram, exigiram plebiscito, que é o caminho que nós faríamos, naturalmente. Nós perdemos o debate e perdemos a batalha das privatizações. O sindicalismo cutista sofre, ao meu juízo, essas duas derrotas da transição do final da década de 80 para 90 e uma das coisas que fragilizou mesmo a CUT foi a perda da nossa unidade política.

o respeito às cotas de gênero, a criação das secretarias de Juventude e Combate a Discriminação Racial e foi reafirmado o princípio da CUT

pelo fim do imposto sindical. Como uma das atividades dos 25 anos da CUT, a Plenária foi encerrada numa grande Assembléia Nacional da Classe

Trabalhadora, em São Bernardo do Campo, no dia 08 de agosto, quando foi apresentado para aproximadamente seis mil militantes de todas as regiões



“Esta política compromete o crescimento econômico, aprofunda a perda de competitividade tecnológica, fortalece o atraso histórico e descarrega sobre os trabalhadores todas suas conseqüências, na forma do desemprego crescente e intenso arrocho salarial e deterioração nas condições de vida e trabalho”

Porque sem unidade política nós não tivemos condições de desenvolver o nosso projeto de formação de quadros novos, que tinha uma demanda, uma energia, uma metodologia muito avançada, e que pudesse preparar uma nova geração para que houvesse um rodízio natural e saudável. A cada dois ou três mandatos você tiraria aquela vanguarda e botaria uma nova vanguarda pra dirigir o movimento sindical brasileiro e esse processo natural de renovação liberaria esses quadros para fazer atividades políticas, política institucional, partidárias, para ser prefeito, deputado, vereador, senador, enfim.

Nós estávamos disputando um projeto de Brasil, nós não estávamos no sindicalismo pra poder negociar se o salário iria ter mais 10 ou 5 % apenas de aumento, porque isso é muita pobreza. Esse era nosso debate. Se você leva o sindicalismo a discutir apenas o valor do salário, numa visão economicista, você leva este trabalhador para o atraso, para uma visão mais torpe,

do que é um processo social e cultural da sociedade, porque ele não percebe seu papel como sujeito da produção, como produtor de bens de riqueza, de mercadoria, enfim, de cultura.

Havia um partido que havia sido fundado em função desta concepção, mas a luta sindical não foi suficiente para suportar um arrocho de 10, 15 anos por quê?

Veio a desindustrialização, veio a recessão e a demissão em massa. A categoria metalúrgica reduziu para menos da metade. Os metalúrgicos do ABC que eram quase 150 mil trabalhadores e reduziu pra 80 mil. Houve uma quebra geral. O que foi o processo dos bancários, por exemplo, de informatização, houve uma redução fortíssima, a perda de sete milhões de postos de trabalhos. Nossa opinião, é isso que eu quero dizer, é de que essa separação mecânica entre partido e sindicato, entre sociedade e movimento social, essa separação é completamente equi-

vocada. A vida está cheia destes exemplos. Se fosse assim nós não podíamos nunca ter o Lula presidente, por exemplo. O Evo Morales não poderia presidir a Bolívia, porque ele é sindicalista.

Pelo que o senhor fala, deixou-se uma coisa de lado em função de outra?

Não é isso não. Na verdade o sindicalismo foi derrotado. Ele perdeu a relevância como sujeito político da disputa de poder do país, duma visão de economia, de Estado. Nós vamos ter um Estado mínimo ou vamos ter um Estado adequado aos interesses do povo brasileiro? A empresa estatal do ramo de energia é importante por quê? Essa disputa é própria da sociedade, e é própria de seus organismos. Os intelectuais, os artistas, a juventude, o sindicalista, a liderança religiosa, até políticos fazem essa luta, é uma disputa para todo mundo. Nós tivemos uma manifestação agora pouco no Rio de Janeiro, contra a CPI da Privatização da Petrobrás, e estava todo mundo

→ 2008

do país o Plano de Lutas que sintetiza o que será feito nos próximos meses até o 10º Congresso.

03 DE DEZEMBRO

Marcha da Classe Trabalhadora

A Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi tomada por 35 mil

manifestantes, trabalhadores do campo e da cidade, servidores públicos e da iniciativa privada que resistiram bravamente à chuva e levantaram

lá. Estava a OAB, profissionais liberais, o pessoal da ABI, jornalistas, estudantes, juventude e também tem a FUP. Isso era comum antes, é que de repente se criou um estranhamento.

Nós começamos a imaginar que éramos europeus, para fazer aquilo, porque os europeus num certo momento começaram a esconder a bandeira dos partidos comunistas e foram refundando. Os socialistas viraram sociais-democratas, até que viraram neoliberais também, como aconteceu em quase toda a Europa, um caminho de direitização da esquerda mundial.

Hoje o governo Lula tem que se aliar com parlamentares sem respaldo na sociedade, e que o próprio III CONCURTO combatia. Isso é uma consequência do fato do sindicalismo e dos movimentos sociais não terem se enraizado, aprofundado entre os trabalhadores, como o senhor aponta?

Com certeza, na medida em que nós interrompemos o processo de formação de base deste

sindicalismo classista. Porque nós trabalhamos com a idéia de que o Brasil é uma sociedade de classes, e a luta de classes continua, a elite continua mandando, ela tem projetos, ela comanda o poder, ela controla o Estado, controla a mídia, controla o poder econômico, portanto ela é a idéia dominante. Então nos perdemos aquela construção que vinha daquele movimento de base, do movimento de oposições sindicais rurais, de sindicalização no campo, do sindicalismo combativo, do sindicalismo urbano, da varredura dos pelegos dos sindicatos estratégicos no Brasil inteiro.

E ao mesmo tempo, não fizemos a formação e a capacitação de militantes e de dirigentes sindicais no Brasil inteiro. Isso, com certeza, formaria uma esquerda muito mais politizada no sentido programático para enfrentar esse neocapitalismo ou neoliberalismo dos anos 90. A complexidade da reestruturação produtiva e o que isso representa como um novo padrão de acumulação de riqueza no mundo e no Brasil e a repercussão dessas transformações sobre os trabalhadores e a classe trabalhadora são graves.

E como se conformava o Estado brasileiro, que era um Estado nacional que tinha algum

cuidado com a esfera pública, como as empresas estatais estratégicas? Nós tínhamos um consenso que educação e saúde eram um direito da população e um dever do Estado providenciar. E nós perdemos essa perspectiva histórica como projeto de nação brasileira, projeto de país.

Embora o papel do partido seja estratégico porque é um papel dirigente, mas o papel do sindicalismo classista é absolutamente estratégico porque ele organiza o poder popular. Sem o poder popular e sem a democracia participativa direta nós não vamos mudar o país com a democracia representativa.

Então, à medida que nós deixamos de fazer, nós levamos o gol. Por isso que nós ganhamos o governo do Lula em 2002, mas nós não levamos. Levamos parcialmente, porque o Lula para governar num país marcado por essa hegemonia de direita fascista, de uma elite pós-escravocrata das mais perversas do planeta, de um sistema político corrompido, para governar ele tem que fazer um conjunto de concessões porque senão ele não fica no poder.

Porque só ficaria se tivesse uma força social construída ao longo de duas décadas, 80 e 90, duas décadas de construção. Aí nos botaríamos 100 mil, 500 mil, um milhão de pessoas na rua pra acertar as contas com a tucanada. ■

bandeiras, faixas e cartazes em defesa do emprego, da garantia de renda e por medidas que defendam os trabalhadores dos impactos negativos da crise

financeira internacional. A 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora foi organizada pela CUT e demais centrais sindicais.

2009

11 DE FEVEREIRO
Dia Nacional de Luta pelo
Emprego e pelo Salário
Neste Dia Nacional de Luta,



Gerson Almeida Silva

Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações nos anos 90 e atual Secretário Nacional de Articulação Social

Nesse período do terceiro CONCU, era um momento agudo da transição, estávamos no período de Constituinte, que certamente foi um momento de construção de sínteses e alianças do conjunto dos movimentos sociais e populares em torno de uma plataforma, de um projeto de democratização do país, e mais do que isso, de procurar constitucionalizar, assegurar na Constituição, as conquistas que vinham sendo construídas há muito tempo na luta social.

A Constituinte se tornou oportunidade para isso, mesmo que ela não tivesse livre, soberana e exclusiva como a consígnia que a CUT e os movimentos sociais na época lutavam. E, portanto, a CUT que vinha caminhando já para completar a primeira década de existência, se sempre ela teve um papel interessante de agregação, de solidariedade e de alianças com outros setores sociais não sindicais “estrito senso”, naquele momento ela ampliou muito essa característica.

Os sindicatos não tinham seu horizonte fechado nas suas categorias, no seu setor, no seu ramo, ou até mesmo no mundo sindical “largo senso”. A CUT nasceu com a idéia de ser sindical e ter bem claro esse papel, mas ter os sindicatos como uma alavanca para as transformações sociais brasileiras. E acho que isso é uma coisa que muito interessante, porque sempre ligou a luta dentro das fábricas, das escolas, enfim, das categorias sindicais, com um projeto nacional, e a Constituinte foi a síntese maior disso, porque se estava discutindo questões fundantes e como se organizaria a sociedade brasileira e se os direitos sociais iriam ou não ser reconhecidos.

Então eu tenho convicção que naquele mo-

mento, a CUT e a força política que ela já expressava, e essa aliança com os setores sociais dos mais variados – a luta urbana, a luta feminista, a luta pela igualdade racial, direitos humanos, enfim – a CUT soube tecer, ao mesmo tempo em que fazia parte dessa teia era um sujeito a tecê-la. E também nas alianças com aquela expressão política, os partidos da esquerda, o PT notadamente, mas também o PSB, PDT, PC do B, e tantos outros partidos que soldaram uma aliança num projeto não sindical, mas um projeto de sociedade para o país.

Essa era uma característica muito significativa da CUT e que a diferencia das experiências sindicais de muitos lugares. A CUT teve a sabedoria de avaliar as transformações que o capitalismo brasileiro vinha sofrendo, e não ter ilusões com os projetos das elites, dos setores dominantes, não procurar um espaço funcional dentro daquelas transformações, mas tê-la como uma possibilidade de construir alternativas políticas, se aparecer como um sujeito transformador.

Uma avaliação consensual na CUT era que a crise econômica mundial iria se agravar naquele momento. Essa boa compreensão do período permitiu que a CUT fosse menos surpreendida com as transformações radicais que de fato houve, na própria estrutura de composição da organização capitalista, com várias categorias transformaram sua importância relativa da economia e na sociedade, umas decaíram na sua importância, outras cresceram, e todas tiveram mudanças estruturais na organização do trabalho.

Acho que a CUT, ao perceber isso, pode tratar com esse novo perfil de classe trabalhadora que se estava construindo melhor, o que não

significa que essa tarefa tenha sido cumprida de todo, mas acho que ela se surpreendeu menos ao assumir conjuntamente um grande consenso nessas questões. Mesmo com as nuances do grupo A ou grupo B, muito ricas e importantes para a Central, sempre foram.

Um fator muito importante é que o capitalismo brasileiro e as elites estavam numa crise de representação, quer dizer, ao avaliar que havia uma crise de hegemonia nas elites brasileiras, que estavam muito bem acomodadas sob a ditadura, mas que o processo democrático demonstrou uma série de limitações, e a luta social, inclusive, consolidou isso, a CUT acho que foi decisiva para construir uma alternativa dos trabalhadores, aí os trabalhadores vistos como “largo senso”.

Os trabalhadores eram um largo campo social que envolvia as alianças sociais com a intelectualidade, setores médios, pequenos e médios produtores rurais, com tudo aquilo que não era hegemonizado pelo capital financeiro e industrial.

Nesse sentido, a CUT foi importante para consolidar as conquistas e aquilo que não fora consolidado, porque houve uma disputa política radical, dentro da própria Constituinte, nós vimos o Centrão, e toda uma reação conservadora, a esse ímpeto mudancista, mas víamos isso em perspectiva. Nós nunca tivemos a idéia de que a luta se resolveria com as decisões parlamentares ou institucionais. Quer dizer, a organização social é capaz de ir alterando isso.

De lá para cá, parece que nesses longos anos, na vida de um militante social – mas que do ponto de vista histórico talvez não seja tan-

→ 2009

com a chamada “Querem lucrar com a crise. A classe trabalhadora não vai pagar esta conta”, a CUT denunciou setores empresariais e políticos que estão se

aproveitando da conjuntura para atacar os direitos dos trabalhadores. A CUT e suas entidades reuniram milhares de pessoas em mobilizações de rua, atos políticos, passeatas

e panfletagens em algumas das mais importantes cidades do país, com o objetivo de reafirmar que o emprego e o salário devem ser prioridade absoluta do Brasil.

to – a luta política e social no Brasil alterou o país. Alterou para melhor, com todas as mazelas que há e todos os problemas, hoje nós temos liberdades democráticas consolidadas no país, e que precisam avançar ainda mais. Eu diria que existem setores nos quais esse processo chegou tenuemente.

Para avaliar melhor esse momento, o senhor se reportou algumas vezes a um novo projeto de país baseado na organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Exatamente que projeto esse que foi desenhado há 25 anos?

Primeiro era um projeto anticapitalista, por inclusão social. Era um projeto que tinha um forte conteúdo anticapitalista, porque era identificado com a construção de alternativas não só sociais como também econômicas na organização da economia, do Estado e da sociedade. Isso era uma coisa muito forte para os setores sociais e populares. A CUT, inclusive, tem nos seus princípios o socialismo como uma das marcas. Agora não só o socialismo, de forma genérica, mas coisas que são ainda muito inovadoras e que ainda distingue o movimento social brasileiro em relação a muitos outros países: o classismo, a autonomia dos trabalhadores.

Eu já achava isso muito importante à época, mas hoje cada vez reputo que a idéia de autonomia é magmaravilhosa, porque hoje a CUT convive com governos estaduais, municipais e o federal, com o governo do presidente Lula, que são governos que tem uma relação extremamente forte e compromisso orgânicos com essa luta, mas que tem tarefas distintas, que estão

em posições distintas. E a solidariedade, sustentação, apoio, não significam a perda da capacidade de fazer uma crítica forte e inclusive lutas sociais de massa. O próprio presidente Lula tem repetido que a luta social que é fundamental e é totalmente errado diminuir as lutas sociais porque agora se tem um governo identificado com as demandas populares.

Um governo com as nossas características é muito beneficiado pelo fortalecimento das lutas sociais, não só porque melhora e qualifica as políticas públicas, que já existem, como coloca de forma muito aguda os vazios em termos de políticas públicas, de abrangência do Estado. Nós sabemos que o Estado brasileiro foi construído para uma parcela muito pequena da população brasileira e que não chega às largas parcelas sociais.

Esse esforço e essa determinação de ampliar para novos sujeitos sociais uma nova geografia política, porque tem lugares nesses rincões e no interior desse país que o Estado chega muito pouco, isso é uma nova situação. Então a autonomia é um princípio que permite que a CUT, apesar de uma identidade muito forte com o nosso governo e os movimentos sociais que tem laços muito fortes, eles de qualquer sorte, mantenham as suas características de tencionar permanentemente para o avanço.

Isso eu acho que, sem o princípio da autonomia enraizado nos dirigentes sociais, na sociedade brasileira, provavelmente essa realidade não estaria presente. Como nós vemos em vários outros países, onde as centrais sindicais e os partidos viraram quase correia de transmissão dos governos. E me parece que não há nenhum

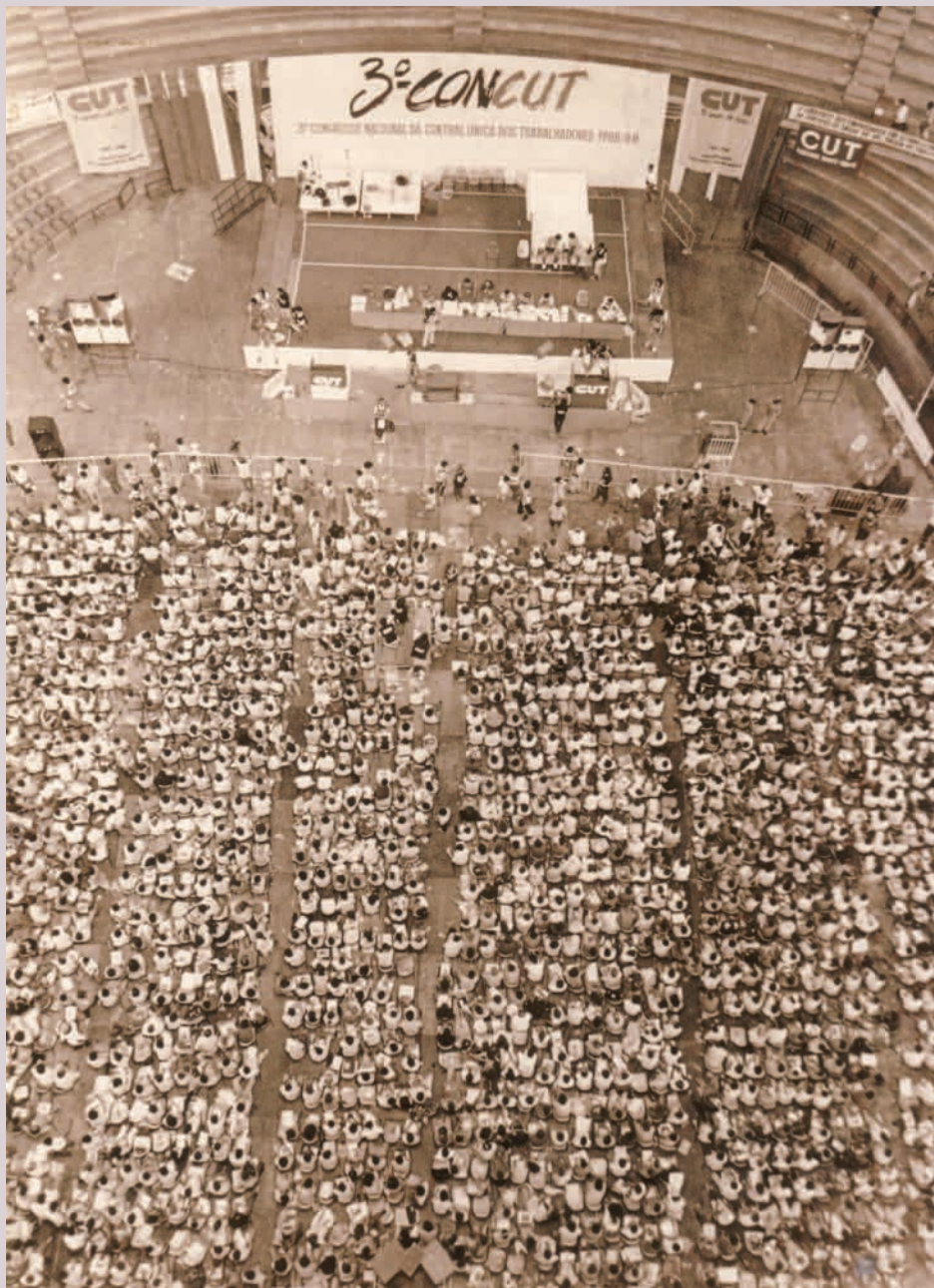
elemento que sustente de que a CUT, mesmo tendo fortíssima identidade política com nosso governo, com o governo do presidente Lula, tenha abdicado, tenha assumido esse papel de correia de transmissão.

Isso é bom para a CUT e é bom para o movimento social brasileiro. E é muito bom para os nossos governos.

Quer dizer que, em essência, em sua opinião, em momento alguns dirigentes da CUT optaram pelo caminho da institucionalização e da ocupação de cargos no governo Lula, deixando de lado a organização mais profunda dos trabalhadores?

Eu acho que assumir tarefas nos governos e nos parlamentos é a consequência é imperativa de uma visão que não se restringe ao mundo sindical estreito senso. Quer dizer, se existe uma concepção que não se restringe ao mundo sindical, é evidente que se tem que disputar projetos na sociedade. Isso significa disputar com os conservadores, disputar com os nossos adversários políticos, e em algumas vezes adversários de classe, espaços nos governos federal, estaduais, municipais e nas instituições.


É preciso que esses novos sujeitos sociais também disputem em seu quinhão na máquina de Estado. E façam do Estado não um balcão de negócios das elites, mas um lugar para ampliação, inclusão social, e coisas do gênero. Então eu acho que essa é uma falsa polêmica e que a CUT resolveu o muito bem. Uma conquista da CUT no seu conjunto foi a de que a dimensão sindical tem que ser fortalecida, mas não em detrimento dos seus projetos. E os seus projetos não podem, também, e eclipsar a sua dimensão sindical. Essa combinação me parece algo que



O 3º CONCURTO reafirma as definições políticas básicas e fundamentais do último Congresso:

“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política da poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora.

A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade SOCIALISTA, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua independência” em relação ao poder do Estado e autonomia frente aos partidos políticos” (CUT. Resoluções do 2o. Congresso. Caderno Especial, agosto de 1986).



“O governo da Nova República, formado pela Aliança Democrática, mantém, na prática, a mesma orientação conservadora do regime militar. Sua política antipopular está voltada para atender os interesses da burguesia nacional e transnacional, sob a tutela das forças armadas”

tenha que ser muito valorizado, e a CUT conseguiu constituir uma novidade neste aspecto.

Mas o que se discute é se não houve em paralelo uma desmobilização da organização classe mais profunda?

Tudo isso depende muito de períodos e conjunturas. Portanto respostas sobre os movimentos sociais nunca são absolutas. Os movimentos têm seus momentos de ascenso, descenso mais ou menos dificuldades, e se nós pegarmos algum determinado momento pode consolidar a tese de quem acha que isso aconteceu. Ou então nós podemos nos reforçar de outros momentos para desmentir isso.

E acho que em termos de período, a CUT foi muito decisiva em algumas lutas importantes. Privatização ou não privatização? Eu lutei, estava no centro disso como presidente da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações e foi muito importante lutar para derrotar a emenda de privatização do setor de telecomunicações,

uma forte presença dessa opinião no Parlamento, na Constituinte.

A luta dos trabalhadores conseguiu estender por dez anos essa iniciativa e aí pegou uma conjuntura em que essa questão estava desfavorável. O governo Fernando Henrique Cardoso patrolou. Então veja que existem conjunturas nas quais não faltou a luta dos trabalhadores, com greves magníficas, as primeiras greves nacionais, lutas fortíssimas, mas a correlação de forças naquele momento de predomínio do neoliberalismo viabilizou a privatização. Da mesma forma, o impedimento da privatização da Petrobrás, da conclusão da privatização do setor elétrico, bancos estatais, só foi possível porque nós tivemos, no caso do Rio de Grande do Sul, no governo Olívio, que impediu a privatização já desenhada do banco do estado do Rio Grande do Sul, como tivemos também o governo Lula que interrompeu o processo de privatização.

Estes são exemplos interessantes de que

essa combinação não é apenas teóricas, geral que todo mundo concorda, ela se expressa na vida real. Se a CUT tivesse abdicado de um processo de construção de governo, essa chamada institucionalização, provavelmente em muitas lutas estritamente sindicais ou do seu projeto de sociedade que não teriam sido vitoriosas.

Estes exemplos ajudam também a entender que no balanço do último período, nos momentos em que a CUT e o movimento social brasileiro estiveram mais presentes nos parlamentos ou nos governos, e não foram ruins para a luta social. Ao contrário, nós concluímos agora o sétimo “Grito da Terra” no país. Até pela função de que tenho hoje - a secretaria geral coordena esse processo junto com o ministério- aquilo foi um processo de alto significado. Foram de mais de 50 reuniões com dirigentes, com dezoito ministérios, com resultados maravilhosos. Essa dinâmica de relação é uma concretude em termos de políticas públicas e recursos para a agricultura familiar e assalariados rurais, só é

possível por essa combinação.

Hoje eles não ficam do lado de fora, fazendo manifestação e gritando para ouvidos moucos. Hoje eles produzem uma dinâmica de discussão, de convencimento, com luta e contestação para 18 ministérios, como orientação do presidente Lula.

Eu quero concluir com isso: momentos de descenso e de avanço, eles têm que ser considerados não como opções políticas da direção apenas, mas se nós soubermos nos momentos de crise e dificuldades produzir uma política que seja capaz de superar aquilo, acho que está bom. Mesmo a CUT em momentos de crise, mesmo no ápice do neoliberalismo, a CUT soube preservar as condições mínimas para fazer essa superação junto com as alianças, junto com outros setores da sociedade, a frente parlamentar, a frente institucional e coisas do gênero.

Eu particularmente vejo que o governo entra nesse balanço com mais vantagens nessa estratégia do que o contrário. Nós não tivemos nem uma derrota histórica nesse processo em função dessas há opções que a CUT teve. Ao contrário, setores que evitaram esse caminho praticamente hoje então se condenaram a ter uma opinião e uma presença quase que politicamente pouco relevante para alterar a conjuntura do país.

O senhor frisou que nos momentos mais gra-

ves de crise, a CUT agiu positivamente. Mas agora que há uma crise internacional de grandes dimensões, o que senhor acha que os sindicatos filiados à CUT devem fazer?

Assim como no III CONCURTO, a CUT soube desenvolver teses e resoluções sobre conjunturas, avaliando que nós estávamos passando por um momento de transição, de transformação, a impressão que eu tenho é que nós, como uma transição de natureza diferente. Hoje as próprias pressões capitalistas centrais e o neoliberalismo, a idéia de desregulamentação do Estado, um Estado forte para a o lado do capital e fraco para incorporar as demandas sociais, isso está em crise.

Nós estamos também num momento de transição e me salta aos olhos que nós precisamos voltar a acumular compreensão sobre o momento para que, de fato, a alternativa dos trabalhadores, a alternativa desse campo social não capitalista, possa se fazer valer. Há certo vazio, de um lado os neoliberais, à direita, que não falam mais sobre os postulados que organizaram sua ação nos últimos 15 anos, e por outro lado me parece que ainda não foi construído um discurso de projeto social que seja capaz de dar mais vigor, de fato, para esse processo já robustecido no Brasil, com conquistas muito boas.

Parece que o nosso desafio hoje é atualizar

qual é o nosso projeto para o próximo período, como fim das idéias do Estado único, que organizaram muita coisa no mundo e no país, eu mesmo tempo reconstruir um projeto alternativo nessa conjuntura. Estamos num meio de uma crise econômica e de projeto social.

Ao mesmo tempo, as relações do Brasil de hoje, dos projetos sociais brasileiros com os projetos sociais africanos, asiáticos, criou-se uma rede que não só no Fórum Mundial Social se expressa, mas em tantos outros lugares. Tínhamos e temos um vigoroso movimento social, com redes articuladas, não possuíamos essa realidade em escala mundial tão solidamente construída. Hoje mesmo a Europa está com uns projetos alternativos que começam a crescer, e me parece que é o momento que tem muita riqueza potencial.

Eu estou certo que a CUT vai saber se atualizar para esse período e a afirmar a importância que tem para esse projeto nacional mais igualitário. E também em um papel internacional que ela nunca abdicou. A CUT foi uma das primeiras centrais sindicais a defender o “Solidariedade” quando havia uma polêmica muito grande sobre isso. Sempre teve relações internacionais fortes, mantendo a sua autonomia.

Então me parece que esse é o grande desafio da CUT neste momento. ■



Rosiver Pavan
Apeoesp

Faz tempo que acompanho apenas de longe o movimento sindical, mas vou dizer o que penso sobre essas questões. Antes, porém, preciso fazer algumas ponderações: O congresso de 1988 deu-se num momento histórico de muitas mobilizações de massas, de muitas conquistas e disputas em torno dos diversos projetos para a sociedade, aí incluída a consolidação da democracia, além da disputa pelo poder, ou espaços de poder, nas esferas legislativa e executiva, especialmente nos principais centros.

Importante destacar que o movimento social era tão forte que conseguiu “adiar” a implantação do modelo neoliberal de Estado mínimo já em curso no Chile, Argentina e outros países da AL. Havia também uma grande participação do mundo acadêmico nos debates. Ou seja, foi um período muito acalorado de embates, divergências e consensos.

Outra coisa importante é que a CUT ainda era a Central Única dos Trabalhadores, que representava trabalhadores urbanos e rurais, operários e intelectuais. Era a coisa nova, saudada no mundo todo.

Uma CUT de massas, organizada por local de trabalho, sem vanguardismo ou decisões isoladas da cúpula? Isso foi conquistado, uma CUT classista?

Considero que houve avanços. Temos hoje muito mais organização por local de trabalho e as posições da CUT são historicamente defendidas pela classe trabalhadora, portanto são classistas. Vejam-se a respeito as lutas pelo impedimento do Collor, a campanha pela eleição do então candidato Lula, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o combate sem trégua às privatizações do governo FHC e à concepção neoliberal do Estado mínimo, muitas derrotadas, mas que marcaram presença no cenário político. Houve recuos? Sem dúvida, o governo FHC conseguiu, ao derrotar a greve dos petroleiros, com a ajuda de outra central que se construiu nesse período para se contrapor à CUT, “quebrar” o ânimo do movimento sindical

e de outros movimentos sociais para consolidar seu projeto de Estado. A CUT teve que ficar na defensiva para manter as conquistas anteriormente obtidas, mas teve que fazer concessões e isso não é fácil de ser compreendido. Houve uma grande desmobilização social e a CUT, parte integrante desse processo, não conseguiria contrapor-se ao avanço do neoliberalismo. Lembre-se que o projeto neoliberal não tinha fronteira em nosso país e tinha o apoio de toda a mídia. Éramos “dinossauros, jurássicos”.

Sobre decisões isoladas da cúpula, embora tenha havido muitas divergências internas na CUT, o que também é bom, as decisões sempre foram tomadas em congressos e plenárias. Sei que há muita negociação entre as correntes, e mesmo internamente em uma corrente, antes de uma tese vir a público e que nem sempre a “base” participa desse processo. Há votos “fechados”, mas há embates e discussão.

A negociação com governos (como Collor e previdência com FHC) feriu o princípio classista da Central?

Creio ter respondido anteriormente. Negociar é uma das principais prerrogativas de uma central sindical. Pressionar e negociar. A CUT, como outros movimentos tiveram que negociar para manter conquistas, mas teve que ceder para não perder tudo. Não creio que a negociação fira o princípio classista. Ao contrário, numa negociação fica claro que há dois pólos, duas posições, duas visões que se confrontam, mas que precisam chegar a um ponto final. E aí, entra a questão da correlação de forças. Nesse período, a CUT e os movimentos sociais não estavam com uma correlação de forças favorável à classe trabalhadora. Havia, infelizmente, um certo “consenso” na sociedade, criado por muitos fatores, sobre o buraco da Previdência e os poderes executivo e legislativo se uniram para aprovar as reformas. Negociar, nesse caso, com pouca pressão de massas, é tarefa das mais difíceis, mas é dever da Central.

A Tese 10 pregava uma CUT independente, sem vínculos diretos com centrais sindicais in-

ternacionais, partidos e governos? Foi assim?

Minha interpretação de uma central autônoma (não advogo independente) é aquela que não se subordina a partidos e governos, porém pode e deve estabelecer relações e vínculos. Quando a CUT delibera e faz campanha para a eleição do presidente Lula, ela está tomando autonomamente uma posição, não se subordinando ao PT ou ao governo.

Ela tem um lado na disputa, ela conhece os projetos em disputa e é absolutamente correto que opte pelo que achar melhor para a classe trabalhadora. O contrário seria abster-se de uma disputa na sociedade, abdicando de um papel importantíssimo a qualquer movimento social: o de posicionarem-se frente aos problemas do país, do Estado e da nação, assuntos de interesse direto e imediato dos trabalhadores.

Em relação à filiação à CIOLS, fui e sou favorável, pois o movimento sindical brasileiro, como o de outros países, insere-se no movimento sindical internacional, principalmente por que o capital é internacional, as decisões do capital e dos capitalistas são tomadas internacionalmente.

Participar das decisões do movimento sindical internacional é decisivo para muitas interlocuções, negociações e lutas que atravessam fronteiras. Só a título de exemplo, a erradicação do trabalho infantil.

Mas indo mais além: não se trata de apenas a CIOLS fortalecer a CUT. Teríamos uma visão estreita, de que estamos isolados do mundo ou de que o mundo deve nos ajudar. Acho que isso é de mão dupla: a filiação à CIOLS fortaleceu a CUT e a CIOLS.

No período de reformulação neoliberal das relações de produção, com demissões em massa, já com FHC, houve a resistência adequada da CUT? Ou seus quadros estavam institucionalizados demais para reagir?

Um depoimento pessoal: algumas pessoas me dizem que nós, os dirigentes do 3º e 4º Congressos não deveríamos ter saído da Executiva da CUT, pois ela teria se burocratizado e perdido o vigor. A todos esses respondo que, se a antiga



“Todo o ascenso de lutas permitiu um avanço da CUT frente ao peleguismo em praticamente todas as frentes e regiões do país. Conquistamos novos sindicatos, formamos inúmeras oposições sindicais e avançamos na construção da CUT”

direção tivesse permanecido, teríamos enfrentado o mesmo problema: uma coisa é você ser direção em momento de mobilização, de ação, com o povo na rua, com pressão social favorável, com vitórias.

Outra, bem diferente é ser direção em momento de descenso, em uma correlação de forças nacionais e internacionais bastante desfavorável, em que há uma certa hegemonia de um projeto, no caso o neoliberalismo. Se os quadros reagissem isoladamente, aí sim, estariam sendo vanguardistas, distantes daqueles a quem representavam.

Quantas vezes as direções da CUT ou de seus sindicatos propuseram greve em assembleias totalmente não representativas e, quando aprovadas, tiveram que recuar por falta de adesão dos trabalhadores de sua base? Gostaria muito que tivéssemos derrotado o projeto FHC, mas, volto a repetir, existia um certo consenso, construído, é claro, com forças e interesses de enormes e poderosos segmentos das “classes dominantes”, nacionais e internacionais, contando com o apoio de parcelas de lideranças sociais e intelectuais.

De alguma forma se impuseram na subjetividade de muitos setores da classe trabalhadora, forjando aquilo a que se chama de hegemonia. Lutar contra um projeto dessa magnitude no ní-

vel específico já é uma batalha muito dura, com várias greves de servidores públicos estaduais e federais derrotadas. Lutar no nível mais geral, contra as privatizações, por exemplo, que parece não interferir na vida direta das pessoas é ainda mais difícil.

Repito: Éramos considerados “jurássicos”, representávamos o passado, o Estado paquidérmico, quando devia reinar o livre mercado, a competitividade, a livre concorrência que traria benefícios aos cidadãos. Esse “bla blá blá” todo, contudo, tinha apoio ou consentimento popular.

E hoje, o que é preciso fazer? A CUT se firmou como central de massas ou está muito burocratizada e institucionalizada?

Hoje, temos um cenário diferente, mas difícil de lidar: A CUT é autônoma, mas não é oposição ao governo federal. Ela tem uma responsabilidade muito grande de, ao mesmo tempo, pressionar para avançar nas conquistas e, para isso, deve mobilizar os trabalhadores, mas a maioria se sente representada pelo governo Lula e acredita que ele e seu governo podem dar as respostas, fazer as reformas progressistas.

O desafio da CUT é melhorar a discussão sobre correlação de forças para desvendar que a eleição e reeleição do Presidente Lula foram frutos de uma determinada correlação de for-

ças, com o esgotamento do modelo neoliberal, mas que o Executivo não pode tudo sozinho. Ele não tem a maioria no Congresso, nos governos estaduais, municipais, não tem apoio da mídia e, assim, por mais que ele queira avançar, sem pressão social, não conseguirá. Essa discussão me parece importante, principalmente em período pré-eleitoral como o que se está abrindo.

Manter as conquistas dos Governos Lula e conquistar novos direitos vai implicar na correlação de forças a favor do projeto de sociedade melhor para os trabalhadores. Não creio que esse projeto já seja hegemônico e nem toda a blogosfera do país consegue se contrapor ao poder da grande mídia e daqueles que ela representa.

Outro dado importante é que hoje há dezenas de centrais, e eu não defendo a unicidade sindical, e muitas delas existem apenas para receber o imposto sindical e aí, sim, penso que sua institucionalização foi um retrocesso na luta pela liberdade e pela autonomia sindical. A CUT é uma central sindical de massas, está em seu DNA. Mas há disputa de espaço acirrada e as diferenças significativas entre as várias centrais não ficam muito claras, até porque, como também defendo, há que se construir unidade na ação. Porém, não tenho dúvida de que ela é e será capaz de colocar as massas na rua quando suas conquistas estiverem em perigo. ■

DIREÇÃO DA ENTIDADE DURANTE III CONCURTO

Jair Antonio Meneguelli
Presidente
Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP

Avelino Ganzer
Vice-presidente
Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará/Fetagri

Gilmar Carneiro dos Santos
Secretário-geral
Sindicato dos Bancários de São Paulo/SP

Delman Sergio Ferreira
Primeiro secretário
Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis/SC

Durval de Carvalho
Primeiro tesoureiro
Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas/SP

Oswaldo Martinez Bargas
Secretário de Relações Internacionais
Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP

Jorge Lorenzetti
Secretário de Formação Sindical
Associação Brasileira de Enfermagem/SC

Rosiver Pavan
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo/APEOESP

José Olívio Miranda de Oliveira
Secretaria de Política Sindical
Sindicato dos Engenheiros da Bahia

Antonio Carlos de Andrade
Secretaria de Política Social
Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social/FENASPS

Cyro Garcia
Diretor executivo
Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

Sebastião Lopes Neto
Diretor executivo
Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

Gerson de Almeida Silva
Diretor executivo
Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações/FITTEL

Jacques Oliveira Pena
Bancários/DF

